

Emily Marleen Elisabeth Lopes Roberto

As “anti-cidades” ? (Re) pensando turismo e património em
territórios segregados:
um estudo comparativo - museus de favela e as ilhas do Porto

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Turismo, orientada pela
Professora Doutora Maria Inês Ferreira de Amorim Brandão da Silva

Membros do Júri

Professor Doutor Luís Paulo Saldanha Martins
Faculdade de Letras- Universidade do Porto.

Professor Doutor Paulo Castro Seixas
Universidade de Lisboa

Professora Doutora Maria Inês Ferreira de Amorim Brandão da Silva
Faculdade de Letras – Universidade do Porto

Classificação obtida: 16 valores

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Setembro de 2015

Dedicatória

À memória do meu Avô, Roeland Humbeeck, a quem serei eternamente grata por esta oportunidade. “Où que tu sois, merci infiniment....”

Sumário

Agradecimentos	7
Resumo	8
Abstract	9
Résumé	10
Índice de figuras.....	11
Lista de Siglas e Abreviaturas	12
Glossário	14
Nota de abertura	17
Introdução	20
1. Capítulo I.....	23
1.1. Justificação do tema	23
1.2. Objetivos e hipóteses do trabalho	26
1.3. Fontes e Metodologia	29
1.3.1. Fontes	29
1.3.2. Metodologia	31
1.3.3. Estrutura da dissertação	33

Parte I - Revisão de literatura
--

2. Capítulo II. Entre o “Velho” e o “Novo turismo”	35
2.1. Conceções atuais de turismo: Um debate	35
2.1.1. O conceito de <i>Novo Turismo</i> : Tendências e implicações	38
2.2. Turismo de Realidade: Um turismo vilão ou um turismo solução?.....	40
2.2.1. Turismo de Realidade: Debate conceptual	40
2.2.2. O lado da procura: Perfil e motivações do turista	42
2.2.3. A pobreza enquanto atração turística: Representações e comercialização dos <i>slums</i>	45
2.2.4. Os dois lados da mesma moeda: Os interesses de “os de fora” versus o olhar “dos de dentro”	47
2.2.5. Contributo para a mudança (ou não) de perspectiva em relação aos <i>slums</i>	52
2.2.6. Limitações da literatura	54

2.3. O Património como opção turística: Um jogo de valorização ou desvalorização?	55
2.3.1. De “Tradicional” para “Novo”: O Património que se conhece.....	55
2.3.2. O Património Cultural como Recurso Turístico.....	59

Parte II - Fachadas adentro e morro acima: O caso das favelas e das ilhas

3. Capítulo III. As anti-cidades: Origem e características	63
3.1. As favelas do Rio de Janeiro	63
3.1.1. Contextualização histórica	63
3.1.2. Políticas de intervenção e urbanização do Rio de Janeiro	64
3.1.3. Entre estigma e valorização: significados e interpretações da favela e do <i>favelado</i>	69
3.2. As Ilhas do Porto	71
3.2.1. Contextualização histórica	72
3.2.2. As <i>Ilhas</i> enquanto objeto de estudo	75
3.2.3. Além do material: as <i>ilhas</i> enquanto espaços vivos de identidade	78
4. Capítulo IV. Os processos de valorização: Um novo olhar sobre a segregação.....	81
4.1 Favelas enquanto património: o caso de dois museus	82
4.1.1. O Museu a Céu Aberto do Morro da Providência	82
4.1.2. O Museu da Maré	85
4.1.3. Tutelas e interesses em conflito	86
4.2. Exteriorização da cidade escondida: o caso das Ilhas do Porto	88
4.2.1. Programas e políticas de valorização e revitalização	89
4.2.2. Análise e pequenas conclusões	94
4.3. A informalidade enquanto plataforma de trocas de experiência	96
4.3.1. Proposta de Musealização das ilhas do Porto	96
Considerações finais	100
Referências bibliográficas	105
Anexos de Figuras	114
Anexos	123

Agradecimentos

A todos aqueles que acompanharam-me durante esta longa e difícil caminhada. Àqueles que foram, aos que ficaram, e aos novos que entraram, e que, de uma forma ou de outra, ajudaram a concluir este capítulo tão importante da minha vida. A todos, aqui fica o meu especial agradecimento:

À minha avó, Betsy, e ao meu falecido avô, Roeland Humbeeck, a quem serei eternamente grata pela oportunidade dada de continuar os meus estudos com um Mestrado. Pelo apoio e carinho nos momentos mais difíceis, pelo incentivo e confiança em mim depositada, independentemente das circunstâncias. Obrigada, a ti e ao avô, por esta oportunidade. Agradecer, no fundo, é pouco.

À minha professora e orientadora Inês Amorim, pelas ideias, apoio e disponibilidade, desde o primeiro momento. Pelos elogios, que me fortaleceram, e pelas críticas construtivas, que me permitiram evoluir e melhorar, tanto a nível pessoal como a nível académico. E, sobretudo, por nunca ter deixado de acreditar em mim, mesmo nos momentos mais difíceis.

À minha família, aos meus pais, tios e tias, ao meu padrinho, obrigada pelo apoio incondicional. Um especial agradecimento aos meus irmãos. À Katharina, pela companhia, pelas horas de trabalho e de conversas passadas juntas e pela cumplicidade que delas resultou. À Sarah e ao Ayrton, um muito obrigada, pelo apoio e motivação, sobretudo, pelas duras (porém necessárias) palavras durante este processo, que muito contribuíram para a sua conclusão.

À Mara e ao Vítor, pelo acolhimento, e aos olhos dos quais fui conhecendo o Porto, os seus cantos e encantos, e com quem aprendi e cresci muito. Obrigada por me tratarem sempre bem. Convosco sinto, e sentir-me-ei sempre, em casa.

À Filipa, que apesar de não estar muito familiarizada com todo este processo, acompanhou-me desde o início e esteve sempre disponível para ouvir, sempre com muita paciência, as minhas queixas e ideias, e pelo apoio quando mais precisei. À Carmen e à Laura, que, apesar de as conhecer há pouco tempo, foram um apoio crucial nos momentos de dúvidas e incertezas. Muito me motivaram para seguir em frente e não desistir dos meus sonhos - tenho a agradecer-vos por isso. Obrigada pela companhia, nos estudos e nas horas livres, e por ouvirem os meus lamentos.

À Aline Cunha, uma verdadeira fonte de inspiração, tanto a nível pessoal como a nível profissional. Mais do que uma colega, uma amiga, que tive o prazer de conhecer e trocar impressões e por quem tenho grande carinho e admiração. Obrigada por teres cruzado o meu caminho e espero que sempre me acompanhes.

Ao LAHB Social, em especial ao Professor Fernando Matos Rodrigues, pela simpatia e disponibilidade e pelo papel crucial que teve no meu contacto com informações e pessoas indispensáveis para a realização deste projeto.

À Dra. Liliana Vasconcelos, por muito mais que o profissionalismo e disponibilidade.

Ao Professor e Diretor do Mestrado em Turismo, o Prof. Dr. Luís Paulo Martins, pelo apoio e simpatia desde o primeiro momento e pelo conhecimento compartilhado nas aulas.

Aos meus colegas e amigos do curso, pelos bons momentos passados juntos. Um especial abraço à Tânia, e ao Joaquim, pelas palavras de apoio e incentivo cruciais nestes últimos dias.

Por fim, à Chanda e Djoy Faustino, de quem não me podia esquecer. Um muito e sincero obrigada, por TUDO.

Resumo

O tema da dissertação é um desafio de reflexão, e pode ser considerado mesmo, um longo ensaio em torno do turismo como possível fator de inclusão de territórios altamente segregados. Favelas e ilhas, vistos por muitos, inclusivamente pelos próprios habitantes das suas respetivas cidades como autênticas anti-cidades ou *cidades à parte*, são conceitos que se discutem, e propõe-se abordar o caso das favelas no Brasil e das ilhas na Cidade do Porto, de forma comparativa, enquanto exemplos autênticos desta “segregação sócio-espacial”, partindo da perspectiva do turismo e do património enquanto vertentes de domínio sociocultural capazes valorizarem estes espaços. Neste contexto, o turismo, que tem ganho crescente importância no cenário internacional de preservação do património, aparece como elemento capaz de atribuir visibilidade a estes territórios, ao mesmo tempo que os chamados “novos patrimónios”, assim como os seus respectivos critérios de seleção e preservação, aparecem cada vez mais inseridos nas discussões acerca de desenvolvimento económico, sustentabilidade e turismo.

Palavras-chave: turismo, património, anti-cidades, ilhas, Porto

Abstract

The topic of this dissertation is a challenge for reflection and can even be considered a long essay around tourism as a possible factor for the inclusion of highly segregated territories. Slums and *ilhas*, seen by many, even by local inhabitants themselves from their respective cities, as authentic anti-towns or cities apart, are concepts that are discussed. This dissertation also intends to address the case of Brazilian favelas and the *ilhas* in the City of Porto, comparatively as real examples of "socio-spatial segregation", starting from the perspective of tourism and heritage as aspects of sociocultural domain able to value these communities. In this context, tourism, which is receiving increasing importance in international level around heritage preservation, appears as an element capable of assigning visibility and shedding light over these areas, while the concept of "new heritage", as well as their respective selection criteria and preservation, appear increasingly inserted in discussions around economic development, sustainability and tourism.

Keywords: Tourism, heritage, anti-cities, *ilhas*, Porto

Résumé

Le sujet de cette dissertation est un défi de réflexion, et pourrait même envisager un long essai sur le tourisme en tant que possible facteur d'inclusion de territoires hautement ségrégués. Les taudis et les «îles», sont vus par beaucoup, y compris par les habitants de leurs respectives villes eux-mêmes, comme des anti-villes ou des villes à part. Ce sont des concepts qui sont en discussion, et je vais aborder le cas des bidonvilles au Brésil et les îles dans la ville de Porto au Portugal qui sont de véritables exemples de "ségrégation socio-spatiale". Je ferais cela en utilisant une démarche comparative à partir du point de vue du tourisme et du patrimoine, en tant qu'aspects du domaine socioculturel capables de valoriser ces espaces. Dans ce contexte, le tourisme, qui acquiert chaque jour davantage d'importance, apparaît comme un élément susceptible d'octroyer visibilité à ces zones, tandis que ce qu'on appelle les «nouveaux patrimoines», ainsi que les respectifs critères de sélection et de préservation, apparaissent de plus en plus insérés dans les discussions sur le développement économique, le développement durable et le tourisme.

Mots-clés : Tourisme, patrimoine, anti-villes, *ilhas*, Porto

Índice de figuras

- Figura 1** - Localização geográfica das favelas do Rio de Janeiro
- Figura 2** - Localização geográfica do Complexo de Favelas da Maré
- Figura 3** - Localização geográfica do Museu da Maré
- Figura 4** - Localização geográfica dos principais “*slums*” de Nairobi (Kenya)
- Figura 5** - Localização geográfica do (*slum*), Joanesburgo (África do Sul)
- Figura 6** - Localização geográfica de *Dharavi* (*slum*) em Mumbai (Índia)
- Figura 7** - Conceitos comumente ligados ao Turismo da Realidade
- Figura 8** - Participação dos residentes na oferta de serviços turísticos juntamente com empresas em Kibera, no Kenya (Victoria Safaris)
- Figura 9** - Diagrama sumativo dos tipos de património, segundo a UNESCO
- Figura 10** - Quartel-general e o Morro da Providência em 1900
- Figura 11** - As primeiras casas no Morro da Providência em 1905
- Figura 12** - Conjunto habitacional (Vila Kennedy – 1963)
- Figura 13** - Roteiro MUF
- Figura 14** - Museu de Favela – vista sobre o asfalto
- Figura 15:** Museu de Favela – Atividades criativas
- Figura 16:** Mapa do Centro Medieval da Cidade do Porto no século XIX Figura 17. Morfologia básicas das “Ilhas”

Lista de abreviaturas e siglas

BNH – Banco Nacional da Habitação

CBT - Community-Based Tourism

CEASM – Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré

CFM - Complexo de Favelas da Maré

CHISAM – Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Rio de Janeiro.

CICS-U. Minho – Centro de Investigação das Ciências Sociais da Universidade do Minho

CMP – Câmara Municipal do Porto

CNN - Cable News Network

CODESCO – Companhia de Desenvolvimento das Comunidades

CRUARB - Comissariado para a Revolução Urbana da Área da Ribeira-Barredo

DT - Dark Tourism

ESAP – Escola Superior Artística do Porto

FAFERJ – Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro

FIG. – Figura

FIGS. - Figuras

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus

ICOM - International Council of Museums

IGESPAR - Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico

INE - Instituto Nacional de Estatística

IPHAN - Instituto do Património Artístico e Nacional

JN - Jornal de Notícias

LAHB Social - Laboratório de Habitação Básica e Social

MCA - Museu a Céu Aberto

MEH – Movimento *Economia e Humanismo*

MM - Museu da Maré

MP - Morro da Providência

MUF - Museu de Favela

OECD - The Organisation for Economic Co-operation and Development

OM – Operação Mutirão

ONG - Organização não-governamental

PAC – Programa de Aceleração de Crescimento
PC – Património Cultural
PMCP – Plano de Melhoramentos para a Cidade do Porto
PPT - Pro-Poor Tourism
RJ – Rio de Janeiro
S.A.A.L. - Serviço de Apoio Ambulatório Social
SAGMACS – Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais
SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana
ST - Slum Tourism
TBC - Turismo de Base Comunitária
TN - Turismo Negro
TPP - Turismo Pró-Pobreza
TR - Turismo de Realidade
UA - Universidade de Aveiro
UC - Universidade de Coimbra
UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNESCO - United Nations Educational Scientific and Cultural Organisation
UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UNISANTOS - Universidade de Santos
UWE - University of the West of England
UNWTO - United Nations World Tourism Organisation
USP - Universidade de São Paulo Santos

Glossário¹

- **Bairro:** “Em muitos países, a noção de bairro está associada aos povos mais carenciados, que vivem em condições precárias de alojamento e, muitas das vezes, no meio de alguma tensão e violência. Neste sentido, um bairro, na acepção de bairro social seria o que na Argentina se conhece como ‘villa miséria’, no Brasil como favela, em Espanha como ‘chabola’ ou no Uruguai como ‘candegril’, por exemplo. Em Portugal, para além das habitações sociais, há ainda os chamados ‘bairros de lata, construídos à margem da lei”.

Fonte: <http://conceito.de/bairro> [Consultado a 21 de Novembro de 2014]

- **Cortiço:** Denominação dada, no Brasil e em Portugal, a uma casa cujos cômodos são alugados, servindo cada um deles como habitação para uma família. As instalações sanitárias são comuns. São geralmente ocupados por famílias de baixa renda, normalmente numerosas, com média de 6 membros por família. Os cortiços são chamados tecnicamente de "habitações coletivas precárias de aluguel" (HCPA) sendo os tipos mais comuns o *cortiço de quintal*: ocupa o centro do quarteirão com acesso através de um pequeno corredor. De face para a rua, ao lado do portão de entrada, há quase sempre um prédio de uso comercial. E o *cortiço pensão*: construção independente com frente para a rua.

Fontes: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Corti%C3%A7o>; [Consultado a 22 de Novembro de 2014] <http://www.cefetsp.br/edu/eso/geografia/corticcos261.html> [Consultado a 22 de Novembro de 2014]

- **Favela:** Conjunto de habitações populares precariamente construídas e desprovidas de infraestruturas básicas como redes de esgotos, abastecimento de água, energia, centros de saúde, coleta de lixo, escolas, transporte coletivo, entre outros. Geralmente localizadas em áreas ocupadas irregularmente nas encostas dos morros, nas margens dos rios, canais, as casas são construídas em madeira ou alvenaria, muitas com mais de um andar, sem espaçamento entre uma e outra, criando uma área densamente povoada.

Fonte: <http://www.significados.com.br/favela/> [Consultado a 20 de Novembro de 2014]

- **Gentrificação:** Termo geralmente usado na área da arquitetura e urbanismo, entre outros, que consiste no processo de valorização imobiliária de uma zona urbana que é

¹ As definições aqui apresentadas foram colocadas apenas com o intuito de orientar o leitor, de forma a poder diferenciar os termos ao longo da dissertação. Admite-se, porém, que estas mesmas definições são, por si só, demasiado generalistas e limitadas.

geralmente acompanhada da deslocação dos residentes com menos poder económico para outro local (geralmente para a periferia) e da entrada de residentes com maior poder económico.

Fonte: <http://www.priberam.pt/dlpo/gentrifica%C3%A7%C3%A3o> [Consultado a 21 de Novembro de 2014]

- **Gueto:** Área de uma cidade ocupada por certas minorias, por imposições económicas, raciais, religiosas ou mesmo sociais. O termo “gueto” originariamente se referia a áreas de cidades europeias em que os judeus viviam ou eram forçados a viver. Hoje em dia, o termo é aplicado às áreas onde qualquer grupo minoritário é forçado a viver devido à pressão social e económica.

Fonte: <http://www.dicio.com.br/gueto/> [Consultado a 21 de Novembro de 2014]

- **Ilha:** Habitação económica típica na cidade do Porto do séc. XIX, habitada por famílias operárias vindas do campo para trabalhar nas fábricas da cidade. Situa-se nas traseiras dos edifícios de classe média (casa principal), dispostas ao longo de um estreito corredor perpendicular à rua de acesso.

Fonte: Pimenta et al. (2001). “As “Ilhas” do Porto – Estudo Socioeconómico.

- **Shantytown:** Uma seção, parte integrante de uma cidade ou vila, caracterizada por barracos, casas ou cabanas grosseiramente construídas, chamados de “shanties” ou “shanty”, no singular.

Fonte: <http://dictionary.reference.com/browse/shanty> [Consultado a 20 de Novembro de 2014]

- **Slum:** Rua ou distrito urbano superlotados e em estado de desleixado, habitado por camadas muito carenciadas de uma população, normalmente associado a problemas sociais e económicos onde geralmente podem ser vistas barracas e outras habitações precárias.

Fonte: <http://www.oxforddictionaries.com/definition/english/slum> [Consultado a 20 de Novembro de 2014]

- **Township:** Na África do Sul, o termo “township” geralmente se refere às áreas residenciais urbanas (muitas vezes subdesenvolvidas) que, desde o final do século 19 até ao fim do regime Apartheid, foram reservadas para os não-brancos (negros africanos, de cor e indianos). Os “townships” eram geralmente construídos na periferia das cidades. O termo também tem um significado legal distinto, sendo que, no sistema Sul africano de título de terra, não carrega conotações raciais.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/Township_%28South_Africa%29 [Consultado a 20 de Novembro de 2014]

Nota de abertura

Tornou-se incontornável registrar, em nota de abertura, o especial interesse e envolvimento que levou-me a embarcar nesta “viagem” pelas ilhas do Porto e, de certa forma, pelas favelas do Brasil. Uma viagem longa, e sem dúvida desafiante, mas acima de tudo enriquecedora, tanto a nível pessoal como a nível académico, recheada de experiências e aprendizagens únicas que, ao mesmo tempo que aprendia, me faziam crescer, cientificamente e humanamente, com elas.

Esta dissertação representa, portanto, a realização de um projeto idealizado, há já algum tempo, e implicou uma reflexão crítica quer do ponto de vista teórico quer empírico, a partir de estudos de caso. Por um lado, o caso do museu de favela que aqui se propõe abordar, que representa o exemplo latino-americano de valorização de bairros periféricos através do processo de patrimonialização e *turistificação*. Por outro lado, apesar de constituírem uma realidade distinta das favelas, as ilhas do Porto representam, neste caso, o “exemplo europeu” de segregação socioespacial das chamadas “anti-cidades” (Freire-Medeiros, 2006: 58).

Na verdade, o interesse pela criação de um projeto que abordasse as questões do turismo em locais considerados marginais às sociedades urbanas - como as ilhas do Porto e as favelas do Brasil - surgiu durante a realização de um projeto de fim de curso – neste caso de licenciatura – no Reino Unido acerca do *Slum Tourism*². O projeto era um embrião ainda, porque consistiu, na altura, numa revisão de literatura, mas permitiu lançar um olhar crítico acerca das novas ramificações do turismo e das suas diversas práticas e implicações, nomeadamente os impactos sobre os respetivos locais, em particular sobre os seus habitantes. Ao mesmo tempo, estas mesmas práticas surgem cada vez mais associadas a inúmeras polémicas - nomeadamente éticas e morais – que muito têm contribuído para agudizar as discussões e debates atuais, a diversos níveis, acerca do turismo. Sob esta perspetiva, o turismo, enquanto prática, é, muitas vezes, acusado de *voyeurismo* e “espectacularização da pobreza” e os turistas vistos como autênticos devoradores desse espetáculo, muitas vezes encenado. Num jogo de entretenimento e falsa autenticidade, o turismo pode constituir, segundo os mais críticos, uma verdadeira ameaça à continuidade das culturas e tradições locais. Pode ainda causar tensões, quer entre os lugares observados, mas vividos, e os que os observam, tal parque de diversões. Se acrescentarmos que se trata de espaços marcados por níveis de vida precários, perguntamo-nos se a pobreza é observável ou exige uma intervenção social, a sua irradicação. E é aqui que a questão ganha pertinência, porque se coloca a questão de se o turismo vai “fixar” estes espaços ao observá-los, mantendo a imagem que deles querem ter. Ou será que o turismo vai contribuir para a sua transformação, por contribuir para a reabilitação de uma memória que apenas resiste para não se repetir? Serão aqueles simples lugares de Memória?

² Termo usado em inglês que se refere ao turismo nos subúrbios das cidades, ou até em bairros desfavorecidos, colocados à margem da sociedade urbana. Donde tirou esta informação?

A pergunta que aqui surge é, afinal de contas, o que é ser turista? Será condenável o seu interesse por visitar este tipo de locais? A profundidade de reflexão acerca das diversas práticas e implicações do turismo que fui acumulando ao longo destes anos de contacto com o tema, fez surgir uma certa necessidade de afastamento desta tendência de estigmatização e lançar um novo olhar sobre o papel do turismo. Um turismo consciente, sensibilizado e voltado para as questões sociais. Um turismo mais humano.

Ainda que não descartando a existência e aplicabilidade dos seus efeitos perversos em alguns/muitos casos – o programa “As tribos do Norte da Namíbia” oferecido pela agência turística *SWA Safaris* em Tsumeb é um bom exemplo (Ramos, 2003: 47) - o interesse desta investigação reside numa análise do turismo nos seus aspetos mais sociais - e porque não dizer intangíveis - que incluem as relações de proximidade criadas entre os visitantes e as comunidades locais. Neste sentido, o principal aspeto que motivou a escolha do tema, e acabou por direcionar a investigação nesse sentido, foi, precisamente, esta ideia de “socialização/humanização do turismo”, assim como o interesse em conhecer a história dos habitantes, as suas culturas e dinâmicas sociais específicas.

Embora o interesse inicial tenha sido estudar o caso das favelas do Brasil, a mudança de foco para o estudo das ilhas do Porto foi fruto de diversas contribuições, de pessoas e projetos, através de sugestões de leitura, indicações de contacto e participação em eventos. De facto, ao invés de estudar um caso longínquo, geograficamente, como o Brasil, por que não olhar para uma realidade mais próxima e que faz parte da própria cidade em que me encontro: as ilhas do Porto? De entre todas as contribuições, destaco, aqui, a relevância da leitura da dissertação de Aline Cunha (2012) como primeiro contacto com as ilhas, e da perspectiva de abordagem – as ilhas enquanto património – que representou uma verdadeira fonte de inspiração e acabou por funcionar como ponto de partida do meu percurso de investigação pelas ilhas do Porto.

Mais do que um simples projeto de investigação, a dissertação representa um convite para conhecer e explorar a “outra” faceta da cidade, procurando dar continuidade aos diversos projetos e investigações que têm sido desenvolvidos em torno da valorização do aspecto humano, dos habitantes, das comunidades minoritárias ou marginalizadas, como as ilhas do Porto e as favelas do Rio de Janeiro, e do seu papel crucial na dinamização e humanização do espaço, acabando por atribuir a este uma dimensão afectiva (Manuel Carlos Silva, conferência dia 10 de Abril de 2014. Anexo 1: 2).



Ilha da Bela Vista (Maio 2014). Emily Roberto.

Introdução

Com base na expressão de autoria de Bianca Freire-Medeiros (2006: 57), o conceito de “anti-cidade” requer lançar um olhar crítico sobre a questão dos bairros, subúrbios ou periferias e o seu direito à cidade. Requer, ainda, refletir acerca do próprio conceito de cidade, construída e estruturada com base na diferença, sob a qual se estabelece a relação “dentro-fora, centro-periferia, cidade e subúrbios” (Seixas, 2008: 358), e do seu contributo ao aumento da desigualdade e exclusão social, seja ela espacial ou simbólica.

Desde sempre, favelas e ilhas constituíram territórios altamente segregados, vistos por muitos – inclusivamente pelos próprios habitantes das suas respectivas cidades – como autênticas *anti-cidades* ou *cidades à parte* (Freire-Medeiros, 2006: 57). Dentro da esfera desta relação antagónica e separatista, da ideia do “Outro”³ (Cunha, 2012), propõe-se abordar o caso das favelas no Brasil e das ilhas na Cidade do Porto enquanto exemplos autênticos desta “segregação sócio-espacial” (Cofré, 2007) e de exclusão ao chamado “direito à cidade e à habitação” (Louis Lefébvre, 1968, referido por Teresa Mora, conferência dia 10 de Abril de 2014. Anexo 1: 6), partindo da perspectiva do turismo e do património enquanto vertentes de domínio sociocultural, capazes de valorizar estes espaços. Neste contexto, o turismo, que tem ganho crescente importância no cenário internacional de preservação do património (Leal, 2008: 21), aparece como elemento capaz de atribuir visibilidade a estes territórios, ao mesmo tempo que os chamados “novos patrimónios” (Saupin, 2014) – surgidos com o alargamento da noção de património –, assim como os seus respectivos critérios de seleção e preservação, aparecem cada vez mais inseridos nas discussões acerca de desenvolvimento económico, sustentabilidade e turismo (Lanna e Rubino, 2013: 343).

A perspectiva é a de como o turismo, ao relacionar-se com as tradições e potencialidades locais, ajuda na construção e valorização de um património cultural (Lanna e Rubino, 2013: 353) e de que forma esta valorização pode vir a reforçar a identidade das comunidades locais (Cluzeau, 2000: 122, referido por Alfonso, 2003: [5]). Da mesma forma, o património cultural pode ajudar, através da patrimonialização, a “dinamizar comunitariamente comunidades minorizadas ou minoritárias que fabricam as suas próprias representações e imagens culturais” (Pereiro, 2006: 26 referido por Cunha, 2012: 3). Neste contexto, favelas e ilhas representam, dentro dos seus respectivos contextos, “pequenos universos” dentro de uma conjuntura maior que são as suas respectivas cidades, criando dinâmicas sociais muito próprias (Seixas, 2008; Cunha, 2012; Freire-Medeiros, 2006; Menezes, 2009).

Ao mesmo tempo que é chamada a atenção para os seus aspectos ambivalentes, incluindo a própria possibilidade de espectacularização da pobreza e miséria do outro, propõe-se aqui lançar

³ Em inglês *other* ou *otherness*. Veja-se em <http://www.unige.ch/ses/geo/collaborateurs/publicationsJFS/OtherOtherness.pdf>.

um novo olhar sobre o turismo, mais concretamente o turismo cultural, um turismo mais consciente e participativo, desmistificando, assim a ideia de que este seja sinónimo de *voyeurismo*, de “folclorização e espetacularização da pobreza” (Fernando Matos Rodrigues, conferência dia 10 de Abril de 2014. Anexo 1:8).

Procura-se, a partir da relação estabelecida entre o turismo e o património cultural, e no âmbito dos diversos projetos desenvolvidos em diversas áreas de estudo em torno das ilhas do Porto e das favelas do Rio de Janeiro, analisar o valor que se tem dado às dinâmicas e manifestações culturais específicas dentro de comunidades segregadas como as favelas e as ilhas, e, nomeadamente, em relação à questão do direito à cidade e o direito à habitação, que tem-se tornado uma questão fulcral abordada nos diversos projetos desenvolvidos em torno das ilhas do Porto. A ideia é, através da proposta de criação de um museu, de forma participativa e democrática, nas ilhas do Porto, avaliar até que ponto esta valorização pode contribuir para dar voz à identidade dos seus habitantes e das suas manifestações culturais e qual seria o contributo do turismo neste processo. Esta perspetiva baseia-se na ideia defendida por Michel Parent⁴ de que o turismo representa “um processo de intercâmbio cultural, de ‘compreensão mútua entre os povos e o desenvolvimento e salvaguarda das suas culturas específicas’ ” (citado por Leal, 2008: 21). Na mesma linha, Alfonso (2003: [5]) afirma que os turistas culturais procuram, ao “consumir aspectos do património de um determinado local [...], compreender tanto o lugar como aqueles que nele vivem ou viveram”⁵ sendo nesta ótica que este estudo se baseia. Ou seja, a ideia de museu surge como “um espaço de colaboração e de aprendizagem, de criatividade, reflexividade e pensamento crítico” (Semedo e Ferreira, 2012: 2), não só do conceito de museu por si só, como também das diferentes dinâmicas e aspectos que integram uma determinada comunidade. No caso das ilhas, seria uma forma de abrirem os seus portões para o resto da cidade.

De acordo com Alfonso (2003: [7]), a melhor forma de conseguir esta compreensão, este respeito, é que, de uma forma ou de outra, os turistas se sintam identificados com o que vêem, com o património em questão. Isto implica, segundo a autora, que se tornem observadores ativos, isto é, que sejam capazes de criar um sentimento, uma emoção, proveniente dessa observação. Estas experiências emotivas, cada vez mais valorizadas dentro das tendências atuais do turismo (Fortuna, 2012), são muitas vezes resultantes da sensação de se estar na presença de “[...] um original ou algo cuja raridade nos transmite uma sensação de excepcionalidade que recolhe alto apreço entre os sujeitos numa cultura de repetição e cópia como a cultura contemporânea do consumo” (Fortuna, 2012: 28).

⁴ Michel Parent (1916-2009) foi consultor da UNESCO e do World Heritage Centre no Brasil, Tunísia, Assouan (Índia), Bruges e Gorée (Senegal). Informação retirada de Lanna e Rubino (2013, p. 341).

⁵ Original: “Por tanto, aquellos que se dedican a practicar el turismo cultural consumen aspectos del patrimonio de un determinado emplazamiento con la intención, es de suponer, de comprender tanto el lugar como a quienes viven o vivieron en él”. Tradução própria.

Assim como a “indústria da memória”, a dimensão histórica e cultural tem uma grande centralidade em certas tipologias de turismo moderno, como refere Sturken (2007 em Fortuna, 2012: 31) “Muitas cidades turísticas contemporâneas devem precisamente à valorização do seu passado a importância que ostentam enquanto lugares de atração de visitantes num mercado internacional de elevada competitividade”. Neste contexto, a cidade do Porto, por exemplo, é considerada fundamentalmente histórica (Fortuna et al., 2013: 263), e as ilhas representam, para além das suas vivências específicas, lugares de memória e repositórios do passado (Cunha, 2012).

Capítulo 1.

1.1. Justificação do tema

Apesar de inseridas em contextos e sociedades inegavelmente diferentes, favelas e ilhas constituem uma realidade da cidade à qual pertencem (Cunha, 2012: 3). Do ponto de vista histórico-urbanístico, estão ligadas à expansão da cidade e, por conseguinte, as questões da habitação popular constituem uma realidade problemática e segregadora. No que diz respeito ao aspecto habitacional, ambas representaram – e continuam a representar – ao longo dos séculos, uma das formas de moradia predominantes para as classes mais negligenciadas das suas respetivas cidades. No Rio de Janeiro, são os imigrantes vindos do interior do país, à procura de melhores condições de vida na cidade que, juntamente com os antigos soldados da *Guerra de Canudos* (1896-1897),⁶ fundam, a finais do século XIX, a primeira favela carioca – o Morro da Providência (Freire-Medeiros, 2006: 46). Na cidade do Porto da segunda metade do século XVIII, os recém-chegados dos campos, também eles à procura de um futuro melhor no mundo urbano, encontraram nas ilhas a solução habitacional para os seus escassos recursos económicos (Pereira, (n.d.); Cunha, 2012).

Cabe mencionar que, apesar dos seus pontos em comum, não é objetivo desta investigação considerar as ilhas do Porto como equivalente das favelas em Portugal uma vez que, como referem Fortuna e Leite (2013: 6), “o território da favela [...] não tem equivalente em Portugal”. No entanto, tendo em conta a diversidade dos seus universos, culturais e geográficos, consideram-se estes dois casos, favelas e ilhas, como espaços de aproximação ao turismo, um turismo de *realidade* e de valorização territorial, admitindo-se a possibilidade de intercâmbio de informações e experiências, como referem Fortuna et al. (2013: 261):

“Cidades [...] exibindo histórias muito diferenciadas partilham hoje linguagens, projetos e ações surpreendentemente similares. [...] funcionam como plataformas [dinâmicas] em que as cidades se expõem umas às outras forjando uma relação de “proximidade” sem precedentes. Sujeitas ao cruzamento de informações e ao confronto de experiências, as cidades recebem das suas congéneres uma imagem refletida de si próprias que enuncia tanto o que são quanto o que poderiam ser.”

Similarmente, Elena Tarsi (conferência dia 10 de Abril de 2014. Anexo 1: 3) sublinha, acerca da arquitetura, “a importância da experiência brasileira como base de conhecimento para entender as dinâmicas e transformações atuais dos países do chamado ‘Norte do Mundo’ ” que seriam,

⁶ A *Guerra de Canudos* foi um dos mais sangrentos episódios da República brasileira, consistindo no confronto entre os camponeses que formavam o movimento popular sócio-religioso e o exército da República de 1896 a 1897, na então comunidade de Canudos no interior da Bahia. Veja-se em <http://www.espacoacademico.com.br/050/50bandeira.htm>.

neste caso, as cidades europeias, incluindo as portuguesas. Partindo desta ideia de intercâmbio, propõe-se estudar, através do confronto de aspetos específicos das respetivas cidades, o caso da marginalidade/exclusão social no Rio de Janeiro, como é que é tratada lá, contrapondo-a com a forma como é tratada em Portugal, mais concretamente nas ilhas do Porto. O Museu da Maré, criado com base numa ideologia participativa por parte dos habitantes, seria o exemplo concreto do tipo de museu que se pretende criar nas ilhas: um museu participativo, baseado num processo inclusivo e democrático (Cunha, 2012).

Durante muito tempo, os discursos - académicos, políticos e sociais - acerca das favelas, de um lado, e das ilhas do Porto, do outro, têm refletido uma tendência generalizada em etiquetar estes espaços como “no-go zones”⁷ (Rogerson, 2004: 250), afastando todo e qualquer interesse de aproximação a estes locais. No que diz respeito às favelas, e citando as palavras de Lícia Valladares, constata-se que:

“[...] o discurso intelectual vai construindo, ao longo do século XX, a representação da favela como ‘território da violência, como lugar de todas as ilegalidades, como bolsão da pobreza e da exclusão social’.”

(Valladares, 2005: 20 em Freire-Medeiros, 2006: 2)

Tipicamente representadas pela ocupação desordenada de barracos nas encostas no centro e na periferia da cidade do Rio de Janeiro, as favelas aparecem como consequência direta da má distribuição de renda e do deficit habitacional do país, associadas à histórica dificuldade por parte do governo em criar políticas habitacionais adequadas. Deixadas ao descuido do poder público, e condenadas à exclusão social, favelas e *favelados*⁸ tornam-se, com a ajuda dos *media*, sinónimos de violência, tráfico e “bandidagem”. Em contrapartida, para mais de 1.393.314⁹ pessoas, a favela é lar, é vivência e convivência, é orgulho daquilo que, com muito suor e sacrifício, se conseguiu conquistar.

Do outro lado do Atlântico, encaixadas nas traseiras dos portões da cidade, estão as chamadas *ilhas* do Porto, um tipo de habitação muito específico, frequentemente associadas às *back-to-back houses* do período industrial da cidade de Leeds, como refere Seixas (2008: 43), ou aos *cortiços* do Rio de Janeiro (Teixeira, 1994 e Tarsi, conferência dia 10 de Abril de 2014. Anexo 1: 3). Apesar de inicialmente construídas para a classe trabalhadora do período de industrialização oitocentista da cidade, as *ilhas* continuam a ser habitadas pelas camadas mais baixas da população do Porto. Da mesma forma, tal como no início da sua existência,

⁷ Em português, *zonas ou destinos “no-go”* ou, por outras palavras, zonas interditas ou desaconselháveis, onde a presença policial é escassa.

⁸ O termo *favelado*, frequentemente usado no Brasil para se referir aos habitantes das favelas.

⁹ Número total de residentes nas favelas do Rio de Janeiro em 2010 segundo o Censo realizado pelo IBGE no mesmo ano, publicado no site *O Globo* (2011).

continuam a ser percebidas como espaços de pobreza e insalubridade, marcadas, à semelhança de verdadeiras ilhas, pelo isolamento e exclusão. Neste contexto, acrescenta-se ainda o qualificativo de não-cidades, segundo Paulo Seixas:

“Na urbanização, é o outro desfavorecido que, aconrendo à cidade, é difamado por uma imaginação que institui as ilhas como espaços expiatórios de tudo quanto na cidade é negativo. [...] Mas, como se não bastasse que a cidade permitisse a miséria do Outro e a ocultasse, ainda criou uma imaginação higiênica degradante que anunciava, e por vezes ainda anuncia, as ilhas como lugar infernal: espaço de pobreza, mas também de insalubridade, de doenças, de criminalidade e de imoralidade. As ilhas tornaram-se, assim, espaços expiatórios por excelência da cidade moderna, lugares de uma invisível muralha que aponta, no interior da cidade, os lugares da não-cidade ou os não-lugares. ”

(Seixas, 2008: 360)

Nesta conjugação de parolos e atributos falaciosos, *ilhas* e favelas foram-se transformando – ou melhor dizendo, transformadas – em autênticos “apartheids urbanísticos” (Seixas, 2008: 360) do século XXI, constituindo verdadeiras “cidades à parte” (Olavo Bilac, 1908 citado por Freire-Medeiros, 2006: 49). Surgem então, ao longo dos anos, hetero-imagens – paradoxais e simbólicas – construídas por vozes “externas” que nada mais tem feito do que aumentar o fosso de desigualdade que separa estes locais do resto da cidade. Uma cidade que as abriga, mas que as repugna.

Apesar destes rótulos e percepções perversas e contraditórias – muitas vezes criadas *a priori* -, têm-se assistido, nas últimas décadas, a uma mudança de foco, quer das favelas quer das ilhas do Porto, traduzida na valorização de uma perspetiva mais voltada para os habitantes locais. Como vivem? O pensam? O que sentem? Passam a ser algumas das questões cruciais desta perceptiva. Ao mesmo tempo, reconhece-se estes lugares, e os seus habitantes, como parte da história da própria cidade, assim como o seu contributo para a configuração do espaço urbano atual da mesma. Se antes eram associados a “espaços asselvajados” (Seixas, 2008: 233), hoje são vistas, inclusivamente, como património, o que demonstra claramente esta tendência de valorização, não só do espaço como dos seus habitantes.

No Rio de Janeiro, cidade elevada ao estatuto de Património da Humanidade pela UNESCO em 2012, as favelas são vistas inclusivamente como atração turística, o que revela um interesse por parte dos turistas em visitar áreas antes consideradas impensáveis de serem visitadas (Freire-Medeiros, 2006). Nelas foram criados roteiros turísticos com visitas guiadas *morro acima*, assim como museus, fechados/convencionais e o ar livre,¹⁰ com vista a valorizar a favela enquanto território, pelas suas vistas privilegiadas sobre a cidade, e os seus habitantes, que,

¹⁰ Destacando-se os museus da Maré no Complexo de Favelas da Maré (CFM) e o Museu a Céu Aberto (MCA) do Morro da Providência (MP).

através dos seus testemunhos, contribuíram para a construção da história do Rio de Janeiro (Freire-Medeiros, 2006; Menezes, 2009).

No caso do Porto, as ilhas são hoje alvo de várias propostas de projetos que defendem a sua patrimonialização, reabilitação¹¹ e integração em parte de roteiros turísticos¹² (Freire e Lousada, 2013), o que acaba por refletir bem esta tendência de valorização.

Ademais, hoje, é realçada a sua importância não só arquitectónica, enquanto modelo do alojamento operário da segunda metade do século XIX, mas também histórica, pelo seu contributo para a composição atual da cidade, refletida na intenção de elaborar uma proposta de candidatura das Ilhas do Porto a património municipal¹³. Do ponto de vista social, sublinha-se a sua importância enquanto tipo de organização social específico, que se reflete nas práticas quotidianas e nas relações de vicinalidade entre os habitantes, quase extintas da sociedade atual. Parece haver, tanto a nível académico como a nível político e social, uma tendência de atribuição de valor às ilhas e aos seus habitantes, através da existência e criação de vários projetos em torno da habitação social, com vista a integrá-los no cenário urbano da cidade, combatendo assim o seu isolamento e estigmatização. Entre os distintos projetos existentes, destacam-se o *Reabilitação Total*, o *Serviço de Apoio Ambulatório Local (S.A.A.L.)*, a publicação recente da dissertação de Aline Cunha, em torno das ilhas do Porto e, finalmente, o Laboratório de Habitação Básica e Social (*LAHB Social*).

1.2. Objetivos e hipóteses do trabalho

É no contexto da mudança de discurso voltado para a preservação e divulgação das favelas do Rio de Janeiro como património da humanidade, entre outros, criando roteiros e museus, e da tendência de atribuição de valor às ilhas do Porto e os seus habitantes, visível através da criação e desenvolvimento de diversos projetos em torno das mesmas, que este projeto se integra. Assim como estes, ele representa uma aposta no desenvolvimento educativo e cultural das comunidades através da dinamização e animação turística e sociocultural das mesmas (Mora, conferência dia 10 de Abril de 2014. Anexo 1: 7). Para além do reforço da identidade dos seus habitantes, o objetivo consiste em enaltecer o conceito de “direito à cidade” e de “sentido de habitação”, que não inclui apenas o habitar mas também “as relações sociais de vizinhança e a

¹¹ O projeto de reabilitação da ilha da BelaVista, única ilha camarária ainda habitada, a cargo do Laboratório de Habitação e Sociedade, com o apoio da Câmara Municipal do Porto. Para mais informações veja-se: http://www.jn.pt/paginainicial/pais/concelho.aspx?Distrito=Porto&Concelho=Porto&Option=Interior&content_id=3562108. Para projetos similares, veja-se: <http://www.publico.pt/local-porto/jornal/bairro-de-s-victor-de-siza-vieira-pode-acolher-laboratorio-da-habitacao-25235146#0>. E <http://www.publico.pt/local/noticia/ilha-da-bela-vista-vai-ter-casas-adaptadas-a-pessoas-com-problemas-de-mobilidade-1625691>.

¹² Veja-se Também: <http://proibidoapontar.blogspot.pt/2013/11/ilhas-project-roteiro-politicas-da.html>.

¹³ Veja-se na reportagem da *Regiões TV* (RTV): http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=tOC3ZHsrw1c.

coabitação das pessoas com o espaço” (Granja, conferência dia 10 de Abril de 2014. Anexo 2: 1). Ao abordar a questão das favelas e das ilhas sob a perspetiva do património e do turismo, pretende-se testar, do ponto de vista teórico-bibliográfico, e empírico, o contributo que estas duas áreas têm dado (e podem vir a dar, futuramente) nas comunidades reduzidas, como é o caso das ilhas do Porto, através de uma proposta de criação de um museu em torno da vida e da arquitetura das ilhas. Do seu património, tangível e intangível. Concretamente, lançam-se os seguintes objetivos a diferentes níveis:

➤ **Do património:**

- No contexto das ambivalências do turismo e do património, que podem implicar a “folclorização da pobreza”, repensar acerca daquilo que pode ou não ser considerado património, através da análise da evolução do conceito de património e museu. Por um lado, um “novo património”, mais abrangente, que abre as suas portas para novos legados, ao mesmo tempo que se afasta dos seus critérios clássicos, dos novos agentes que passa a abranger. Por outro lado, o museu enquanto conceito e espaço, que promove a criatividade e o pensamento crítico.

- Explorar o processo de patrimonialização da favela em questão: a sua importância na preservação e valorização da memória dos habitantes locais que, segundo os critérios clássicos, não se integram no legado patrimonializável.

- Refletir acerca dos conceitos de património cultural, nos quais as ilhas e favelas se integram, e dos diferentes conflitos de interesse entre os agentes e analisar a ambivalência destes “novos patrimónios” que incluem o risco de se “patrimonializar a pobreza”.

- Olhar para as ilhas e para o sentido de “habitar” a partir do passado (o que foram, o que representaram), do presente (o que elas são, as suas vivências, a sua valorização) e do futuro (o que podem vir a ser, no fundo, o que pretendem os diversos projetos, incluindo o que propõe esta investigação, e como se poderia alcançar tais objetivos).

➤ **Do turismo:**

- Tendo em conta o valor e o interesse que hoje se dá ao visitar e conhecer lugares considerados marginais, no contexto do conceito clássico de património cultural, analisar o debate acerca das concessões atuais de turismo: deixando aberto o problema da definição e em que medida o chamado *turismo de realidade* se encaixa nestas concessões. Poder-se-á chegar a alguma conclusão, em termos de conceito, sobre o que representa o *turismo alternativo*?

- Pode o turismo possivelmente contribuir para iniciar a transformação social dos residentes das favelas? Pode o turismo de realidade permitir uma melhor representação dos habitantes? Pode criar um impacto social nas comunidades? O que o turismo representa para os habitantes locais? O que pensam da presença de atividades turísticas nas suas comunidades? A razão pela qual se coloca estas questões está ligada á intenção de contribuir para uma melhor compreensão do tema, no sentido de por em causa as suposições existentes á volta do turismo de realidade ou *Slum Tourism*, e, explorar o outro lado deste tipo de turismo, mais especificamente como um potencial agente de transformação social dos habitantes. Destaca-se aqui o interesse na dimensão social do turismo de realidade.
 - Através da proposta de criação de um museu, analisar em que medida é que um projeto turístico de musealização pode colaborar no desenvolvimento social/ participativo das Ilhas:
 - Contribuir para a destigmatização das ilhas e dos seus habitantes e, ao mesmo tempo, mostrar e promover uma outra perceptiva do turismo como uma prática consciente, preocupada e voltada para questões sociais. Mostrar que o turismo não é só assistir mas também agir, participar e contribuir.
 - O contributo do turismo na valorização das comunidades, da sua identidade e cultura, tendo em conta os seus recursos existentes.

- Analisar as diferenças e similitudes entre as favelas e as ilhas. Com base no debate acerca do turismo, ver se é possível estabelecer ligações entre estas duas realidades, não em termos morfológicos mas sim enquanto espaços de aproximação ao turismo de valorização territorial – de forma consciente e participativa - e chamar a atenção para os seus aspectos ambivalentes e a possível folclorização e espectacularização da pobreza:
 - A favela: como exemplo (modelo) de atração turística que já atingiu a fase de amadurecimento e cuja popularidade e preferência de escolha por parte deste tipo de turistas resulta indiscutivelmente importante.
 - As ilhas: tendo em conta o interesse do poder público em patrimonializar as ilhas, propor, tomando como exemplo o caso brasileiro, a criação de uma rota pelas ilhas do Porto. Em termos de património, procura valorizar a memória dos habitantes locais e as suas relações sociais - únicas e específicas -.

1.3. Fontes e Metodologia

O processo de seleção das fontes para esta investigação requereu um olhar crítico sobre a leitura em termos de conteúdo, perguntas de partida e resposta às perguntas de partida e também em termos de metodologia usada pelos autores. Tendo estes aspetos em consideração, pretende-se, nesta secção, explicar os processos de pesquisa tendo em conta a metodologia utilizada, assim como a diferente origem das fontes, indicando os diferentes recursos usados tanto para a pesquisa teórica como para a empírica.

1.3.1. Fontes

No que diz respeito às fontes, procurou-se manter sempre presente a preocupação em realizar uma abordagem diversificada do fenómeno das favelas do Rio de Janeiro e das Ilhas do Porto. Numa fase inicial, procurou-se no repositório disponibilizado pela biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, seguindo-se a utilização de outros repositórios e sites de bibliotecas tais como o *B-on.pt*, *ukessays.com*, e no repositório online das universidades de Aveiro (UA), Coimbra (UC), São Paulo (USP e UNISANTOS), Rio de Janeiro (UERJ e UFRJ) e no *UWE Research Observatory*¹⁴ da University of The West of England, no Reino Unido. O resultado foi a obtenção de uma série de materiais bibliográficos com destaque para artigos de revistas científicas, constituindo uma base adequada sobre as principais e mais recentes discussões sobre o tema.

Dos artigos selecionados, grande parte fazia parte de revistas especializadas em Antropologia, Turismo, Património, Museologia, Sociologia, Urbanismo e História. Também foram procurados artigos em revistas científicas e plataformas de informação online, como o *Sciencedirect*, *Elsevier*, *Annals of Tourism Research* e *Scielo*. De modo a orientar a pesquisa para a temática escolhida, utilizaram-se palavras-chave (em diversas línguas) como: Património, memória e identidade; Turismo Cultural; Turismo Patrimonial; Localização Ilhas do Porto/favelas Rio de Janeiro; Ilhas do Porto no século XVIII/XIX; Turismo e valorização do património; Impactos do turismo no património; Relação turismo-património; Museu de Favela; História das favelas do Rio de Janeiro, Turismo de Memória, entre outros.

No caso concreto das ilhas, tendo em conta que se desconhecia a história da cidade do Porto e o aparecimento das mesmas, para além da leitura de artigos científicos acerca do tema, procurou-se familiarizar com o mesmo através da leitura da dissertação de Mestrado de autoria de Aline da Cunha: “*Da minha ilha não se vê o mar – As ilhas do Porto: Património, práticas e representações*”, defendida na Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 2012. Trata-se de uma obra considerada central para esta investigação, uma vez que serviu de fonte de

¹⁴ A utilização deste repositório e particular deve-se ao facto do autor do presente trabalho ter frequentado a referida instituição de ensino no ano de 2011.

inspiração para a abordagem das Ilhas do Porto enquanto objeto de estudo. De igual importância consta também o facto de ter-se assistido ao 1º *Seminário Internacional de Habitação Básica* e da participação em reuniões com membros do LAHB Social, referidos anteriormente. Em conversas informais com autoras como Elena Tarsi¹⁵ e Aline Cunha, realizadas durante o seminário, foi igualmente possível ter acesso a materiais como a apresentação no *prezi* “Urban Informality” (Tarsi, 2014) e sugestões de leitura de autores como Alice Semedo, ligada à museologia e sugerida por Aline Cunha.

No caso do Brasil, cabe salientar também a autora Bianca Freire-Medeiros, pioneira no debate académico acerca do turismo nas favelas no Rio de Janeiro. De entre os diversos artigos referidos nesta investigação, destaca-se a “*Favela como patrimônio da cidade? Reflexões e polémicas acerca de dois museus*”, publicada em 2006 pela mesma autora, onde são abordadas as diversas polémicas que giram em torno da criação de museus na favela, assim como o artigo “*Interseções entre novos sentidos de favela e património: o caso do Museu do Morro da Providência*” publicado no XIV Congresso Brasileiro de Sociologia no Rio de Janeiro por Palloma Menezes em 2009, que abrange a questão do processo de patrimonialização do Museu do Morro da Providência no contexto dos conceitos de “novo património” e “nova museologia”.

Para além dos artigos científicos, optou-se igualmente por recorrer a livros, na sua maioria compilações de obras de diferentes autores, destacando-se, entre outros, a obra de Freire e Lousada (2013) intitulada “Roteiros da Memória Urbana – Porto: Marcas deixadas por libertários e afins ao longo do século XX”. Foi igualmente possível ter acesso a documentos oficiais da Casa do Infante, onde foram consultados relatórios e publicações camarárias, como o estudo realizado por Pimenta et al. em 2001 intitulado “*As “Ilhas” do Porto: Estudo Socioeconómico*” publicado pela Câmara Municipal do Porto, os Planos de Melhoramentos da Cidade (1952-1966 e 1966-1972).

A utilização de elementos cartográficos também resultou importante para a localização geográfica do objeto de estudo: as favelas do Morro da Providência e o Complexo de Favelas da Maré, e as ilhas na Cidade do Porto. Realizou-se também pesquisas no sítio do Museu de Favela (MUF), no Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e no Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), para as questões relacionadas com o património e os museus no Brasil, e o IGESPAR, no que diz respeito aos projetos de patrimonialização das ilhas do Porto, para além do blog *Proibido Apontar*, administrado por Fernando Matos Rodrigues. Consultaram-se igualmente fontes impressas, nomeadamente notícias publicadas por jornais online como O Globo, a SIC, o Público e o Jornal de Notícias (JN), à procura de informações

¹⁵ Elena Tarsi é arquitecta e actual bolsista do pós-doutoramento no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Para mais informações, veja-se: http://www.ces.uc.pt/investigadores/index.php?action=bio&id_lingua=1&id_investigador=685.

concretas sobre a demolição das ilhas camarárias, os avanços do projeto de reabilitação da Bela Vista, e a polémica subjacente à criação do Museu a Céu Aberto no Morro da Providência.

Para dados mais concretos como o número total de habitantes nas favelas do Rio de Janeiro, recorreu-se a base de dados de natureza estatística, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para o caso do Porto, consultou-se o Instituto Nacional de Estatística (INE) e relatórios publicados pela Câmara Municipal do Porto que indicassem dados demográficos relativamente às ilhas, entre outros, a sua população total, o número de fogos, número de ilhas por freguesia.

1.3.2. Metodologia

A metodologia utilizada nesta investigação centra-se em dois aspetos principais: uma abordagem teórica, que compreende uma revisão bibliográfica acerca dos principais debates que rondam as áreas de turismo e património, e um estudo empírico ou trabalho de campo, realizado para o caso concreto das ilhas do Porto através da observação participante, que implicou visitas às ilhas do Porto e outros bairros como o Bairro do Picoto, em Braga e do Rio Bom, no Porto, e a interação com os seus habitantes.

Numa fase inicial, o processo de investigação consistiu, na sua grande maioria, na consulta e leitura de fontes bibliográficas, jornais e documentos publicados tanto em sites oficiais como o IPHAN, a Organização Mundial do Turismo (UNWTO), a OECD e a UNESCO, como em repositórios online de bibliotecas universitárias e revistas científicas. Isto com intuito de aprofundar o contacto com o tema e, a partir daí, delinear os objetivos e perguntas de partida e afunilar as áreas de pesquisa. Optou-se igualmente por consultar a lista bibliográfica dos principais autores de cada tema, servindo estes de guia e orientação para novas leituras.

Recorreu-se igualmente à utilização de material cartográfico, mais concretamente mapas da cidade, procurados na sua maioria no *Google Earth*, de forma a poder localizar as favelas na cidade do Rio de Janeiro e as ilhas no Porto. No entanto, tendo em conta a dificuldade em encontrar documentos oficiais que contivessem uma localização detalhada e completa das ilhas levantadas, dado que as informações existentes apenas indicavam o número de ilhas em cada freguesia (Anexos 2 e 3) , e não a sua localização individual e específica¹⁶, sentiu-se a necessidade de fazer um levantamento das mesmas de forma a completar as informações em falta. Para tal, construiu-se uma tabela que indicasse, de forma detalhada, as suas respectivas localizações indicando, consoante a existência e disponibilidade de informações: a quantidade de ilhas existentes; o nome de cada uma; a freguesia à qual pertencem e o nome da rua. As informações utilizadas para a construção da tabela foram recolhidas em diversas obras, tratando-se portanto de dados secundários. Foram, portanto, encontradas em blogs administrados por

¹⁶ É o caso das obras de Pimenta et al. (2001) e Cunha (2012).

autores relacionados com o tema das ilhas do Porto tais como *Magistério 6971* e *Proibido Apontar*, assim como nas teses de Aline Cunha (2012) e Seixas (2008), de Mestrado e Doutoramento, respetivamente. Também de crucial importância foram as obras de Freire e Lousada (2013), Matos e Rodrigues (2009) e Pimenta et al. (2001), onde se encontrou a maior parte da informação necessária para completar a tabela, indicando concretamente o nome de algumas ilhas, o que permitiu a sua localização posterior através de outras fontes como o *Google Maps*. Não obstante, cabe mencionar que a tabela em questão não inclui todas as ilhas existentes no Porto, devido à inexistência de um levantamento atualizado e completo das mesmas¹⁷, pelo que se incluiu apenas aquelas cuja informação se encontrava disponível.

No caso das favelas no Rio de Janeiro, não se realizou o mesmo procedimento uma vez que foi possível encontrar mapas online que indicassem a localização exata das favelas (Fig. 1.), entre elas a favela da Maré (Fig. 2.), incluída como objeto de estudo desta investigação, assim como o percurso do roteiro existente para os visitantes do museu (Fig. 3) encontrado na obra de Menezes (2009: [11]). Tendo em conta a extensão da favela, a sua localização aparece como uma área delimitada (Fig. 2), ao contrário das ilhas, cuja localização é indicada pelo nome da rua em que estão situadas.

Após o levantamento das ilhas do Porto, até então nunca visitadas, e a sua indicação em tabela, procurou-se conhecê-las um pouco mais e olhá-las de mais perto. Para tal, decidiu-se contactar investigadores e membros de projetos envolvidos no estudo acerca das ilhas do Porto como Aline Cunha¹⁸, Fernando Matos Rodrigues¹⁹ e outros membros do LAHB Social, para uma pequena entrevista informal, da qual resultou um convite para participar no *1º Seminário Internacional de Habitação Básica* que decorreu em Braga e no Porto (Anexo 4). A participação no mesmo resultou crucial no avanço da investigação, uma vez que foi possível recolher uma grande quantidade - e qualidade - das informações, tanto a nível teórico como a nível empírico.

A nível teórico, para além das contribuições dos diversos participantes do seminário, cujas informações foram recolhidas com gravações de voz, sublinha-se a importância da contribuição de várias áreas de conhecimento numa análise multiperspetivada sobre o tema da habitação social. Nesta fase, a estratégia utilizada para a seleção de pessoas a serem entrevistadas informalmente, assim como a seleção de novas leituras basearam-se no “efeito bola de neve”

¹⁷ Os levantamentos feitos até agora das ilhas incluem apenas as ilhas camarárias. Atualmente, existe apenas uma: a lha da Bela Vista, localizada na rua D. João IV. Quanto às ilhas privadas, ainda não existe um levantamento oficial.

¹⁸ Aline da Cunha completou o Mestrado em História e Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 2012, com a dissertação “*Da minha ilha não se vê o mar*” – *As ilhas do Porto: património, práticas e representações*, defendida no mesmo ano.

¹⁹ Fernando Matos Rodrigues é responsável pelo projeto Laboratório Habitar e Sociedade na Ilha da Bela Vista, que arrancou em 2014 com apoio do vereador da Habitação e da Ação Social na Câmara Municipal do Porto, Manuel Pizarro (Público, 2013). Para mais informações acerca do curriculum de Fernando Matos Rodrigues, veja-se http://saber.sapo.pt/wiki/Fernando_Matos_Rodrigues.

(Duarte, 2010: 18), que consiste na sugestão, por parte das pessoas contactadas, de outra pessoa ou bibliografia que possa ser relevante.

A nível empírico foi possível visitar o Bairro do Picoto²⁰ e o Bairro do Rio Bom²¹, para além da visita previamente realizada à ilha da Bela Vista, onde foram recolhidas alguns apontamentos, seguidos de um pequeno relatório da visita (Anexo 5). As visitas realizadas no Porto consistiram em percorrer as ruas da cidade de forma a localizar *in situ* as respectivas ilhas, identificá-las, fotografá-las e realizar pequenas entrevistas informais aos moradores, o que permitiu recolher algumas impressões. Durante este período, assistiu-se também a eventos como a tertúlia: “O que é o património” organizada pelo projeto *Reabilitação Social* (Anexos 6 e 7) e a comemoração do 25 de Abril organizada pelo *Lahb Social*. Neste contexto, a participação a estes eventos – que abrangiam várias áreas, desde a arquitetura à sociologia – permitiu estender o olhar para outras áreas de conhecimento e conseguir uma maior percepção sobre o trabalho que está a ser desenvolvido em torno das ilhas do Porto, da habitação social e do direito à cidade.

Numa fase mais avançada da investigação, procurou-se reunir as informações em falta, atualizar aquelas já recolhidas – incluindo as novas leituras - e compará-las entre si. Consistiu ainda, reflexão sobre o lido, seguido de uma seleção mais minuciosa e precisa das fontes, com intuito de tornar a estrutura cada vez mais concreta e direcionada.

1.3.3. Estrutura da Dissertação

Uma vez apresentada a pergunta de partida, é necessário, reunir informações consideradas relevantes que permitam olhar para o fenómeno em análise desde uma certa perspetiva teórica (Quivy & Campenhoudt, 1992, 91-106), procurando a estrutura valorizar tanto o turismo como o património. Neste contexto, procura-se, no segundo capítulo, e no seguimento da ideia de turismo como plataforma transdisciplinar, apresentar os principais debates acerca das concessões atuais de turismo e analisar, até que ponto, será possível encontrar um denominador comum em termos de conceitos, mencionando as principais tendências, positivas e negativas, na literatura atual, assim como as lacunas existentes acerca do tema. Pretende-se igualmente contribuir para uma melhor compreensão do fenómeno turístico de realidade, tendo em conta a complexidade e singularidade das comunidades em questão, através da identificação das principais lacunas existentes na literatura atual, sendo uma delas a perspetiva das comunidades. Para tal, são estabelecidos dois objetivos da investigação: o primeiro, por em causa as suposições existentes na literatura acerca do turismo de favelas, tornados dogmas “inquestionavelmente verdadeiros” (Valladares, 2005 em Duarte, 2010: 29); segundo, explorar as complexidades deste tipo de turismo e compreender se é possível, e até que ponto, o turismo

²⁰ O Bairro do Picoto é um bairro de etnia cigana, localizado em Braga.

²¹ Um bairro tipo-ilha cuja grande maioria dos habitantes é de origem cabo-verdiana.

ser um potencial estimulante na transformação social dos residentes das favelas. Em traços gerais, é feita uma divisão de tópicos de debate do turismo nas favelas em três partes principais. Na primeira, uma pequena introdução ao tema ao descrever o fenómeno do turismo de Realidade nos diversos destinos, assim como a sua análise em termos conceituais. Em segundo, as motivações que estão por detrás das visitas dos turistas a estes locais, fortemente criticadas na literatura existente acerca do tema; depois, falar da representação e mistificação das favelas, em filmes e outros meios de comunicação, e como estas se tornaram um produto; dos interesses dos governos e empresas turísticas organizadoras de visitas, antes de explorar o tema desde a perspectiva dos habitantes. Por fim, avaliar o contributo deste tipo de turismo na mudança de perceptivas, que por parte dos turistas, quer por parte dos anfitriões, isto é, da população local, procurando sublinhar este último ponto como uma das principais lacunas existentes na literatura atual.

No que diz respeito às questões patrimoniais, uma análise cronológica e crítica da evolução do termo "Património" através de história, em épocas distintas, é necessária para uma compreensão dos costumes atuais em torno da noção de património. Paralelamente, partindo da ótica do turismo, e tendo em conta as discussões atuais acerca do mesmo, procura-se analisar a relação em termos de valorização e desvalorização existente entre estas duas áreas que, mais do que frequentemente, atuam de forma conjunta.

No terceiro capítulo, pretende-se apresentar e contextualizar o percurso histórico das favelas do Rio de Janeiro e das ilhas do Porto demonstrando que, estas “micro-cidades”, ubicadas dentro de um caos que, controversamente, resulta externo/aparente, são, de certa forma, organizadas, com vivências e códigos de convivências próprias.

O quarto e último capítulo debruça-se, precisamente, no contexto deste reconhecimento e/ou valorização das favelas, por um lado, e das ilhas, do outro. O intuito é conhecer um pouco melhor o processo de valorização de ambas as realidades. Ao analisar de mais perto os projetos criados, as respetivas tutelas, a sua implementação e impactos sobre a população local e a sociedade em geral, segue-se, finalmente, a proposta de musealização das ilhas do Porto, berço daqueles que, com muito trabalho e suor, ajudaram a construir o Porto que hoje se conhece.

Por fim, as considerações finais, síntese e reflexão dos principais pontos do debate de turismo e património e as suas atividades; das favelas e das ilhas. Para além de apresentar as devidas conclusões e limitações da literatura - deixando em aberto os temas para debates e investigações futuras seguido de algumas sugestões para as mesmas.

Tendo em conta estas considerações, sempre e quando se analisa o turismo, a secção seguinte procurará perceber melhor o que é isto de “novo turismo”, os seus pros e contras, as suas críticas e possíveis conclusões em termos conceituais.

Parte I - Revisão de literatura

Referindo-se o enquadramento teórico ao “ pilar de base da teoria” (Duarte, 2010: 3), servirá de suporte à informação recolhida durante o estudo empírico, assim como de reforço aos argumentos a favor da perspectiva que este trabalho pretende apresentar. Desta forma, esta secção pretende clarificar como o conhecimento abstrato é moldado de acordo com os objetivos desta investigação, procurando-se alcançar o que é chamado de estado de arte, o estado atual da investigação do tema.

II. Entre o “Velho” e o “Novo turismo”

No que diz respeito ao turismo em concreto, qualquer análise ou perspectiva de estudo acerca do mesmo deve ser, segundo Mowforth e Munt (2009: 3) multidisciplinar, funcionando como “importador líquido de ideias, temas e conceitos das ciências sociais mais amplos”²². Neste contexto, o que aqui se pretende é procurar não olhar para o turismo, como um objeto de estudo isolado, mas sim como uma área que engloba discussões e reflexões diversas acerca de teorias do desenvolvimento, políticas sociais, económicas, geográficas, relações internacionais, entre outras. Por outras palavras, como uma atividade que ajuda a compreender o mundo e as sociedades em geral (Mowforth e Munt, 2009: 3). É, portanto, no seguimento desta ideia transdisciplinar de turismo que irá basear-se o debate nas secções que se seguem.

2.1. Conceções atuais do turismo: Um debate

*How can we get from extensive to intensive travel,
From devouring miles to lingering,
From ticking off items in the travel guide to stopping and thinking,
From rush to leisure,
From aggressive and destructive to creative communication,
From camera-wearing idiots to people with third eye?
I believe these are the importante and burning issues.
For we are all looking for meaning and humanity*

(Krippendorf, 1987: 141 em Moscardo, 1996: 376)

²² Original: “[...] a study of tourism must be a net importer of ideas, themes and concepts from the broadest social sciences”. Tradução própria.

Este poema de Krippendorff reflete as principais preocupações atuais acerca do turismo: afinal, que implicações têm a sua prática e o que significa realmente ser turista? Na verdade, os debates têm-se agudizado cada vez mais, entre outras razões, pela controvérsia que representam a sua prática e as suas consequências em termos éticos e morais (Freire-Medeiros, 2008: 44; 2009: 587). Definir o turismo e/ou turista tem-se tornado então, segundo académicos, um verdadeiro desafio (Ritchie et al., 2003).

Na década de 90, a Organização Mundial do Turismo (1993) definiu o que seria até hoje o conceito comumente aceite de turista, como “um indivíduo que visita temporariamente um lugar fora do seu local usual de residência por um período contínuo de pelo menos 24 horas e menos de um ano, por motivos de lazer, negócios ou outros propósitos”²³. Da mesma forma, Smith (1989: 1) – reconhecendo a dificuldade desta missão, e relembrando a variedade de motivações que estão por detrás de cada visita, definiu, partindo de uma visão mais operativa, os três elementos que formam a base do turismo: o *Tempo Disponível para o Lazer + a Renda Extra + Consequências Locais Positivas*²⁴.

A verdade é que, independentemente da definição mais aceite, o turismo tem demonstrado ser, ao longo do tempo, uma área cada vez mais complexa, quer enquanto ciência, quer enquanto atividade prática. De uma simples prática de lazer, passou a constituir um dos principais atores do comércio internacional, para além de estar integrado nos mais diversos quadros políticos e económicos internacionais, onde tem ganho crescente importância (UNWTO, 2014; OECD, 2014: 3). Paralelamente, a interligação entre desenvolvimento e turismo torna-se cada vez mais evidente nos discursos atuais, atribuindo-lhe um papel fulcral enquanto motor de desenvolvimento em diversas escalas, seja nacional, regional, ou até local (UNWTO, 2013: 2; UNESCO, 2013).

Partindo de uma visão mais económica, muitos são os estudos que procuram discutir e, ao mesmo tempo, especular, acerca do crescimento e possíveis impactos do turismo nos respectivos destinos, frequentemente no Produto Interno Bruto (PIB), considerando-o uma importante fonte de ingresso para os países receptores, principalmente nos países em desenvolvimento e os chamados “países do terceiro mundo” (Mowforth e Munt, 2009: 1). Ao mesmo tempo, o seu papel enquanto dinamizador económico e a respetiva capacidade de gerar emprego, principalmente no que diz respeito a comunidades locais, muitas delas vulneráveis, também contribuem para fortalecer os argumentos em defesa desta perspectiva (Smith, 1989: 6; OECD, 2014: 12).

Em contrapartida, Valene Smith (1989) defende que, apesar do forte carácter económico que lhe é frequentemente atribuído, trata-se de uma visão demasiado simplista e limitadora, sendo

²³ Original: “The temporary visitors staying in a place outside their usual place of residence, for a continuous period of at least 24 hours but less than one year, for leisure, business or other purposes”. Tradução própria.

²⁴ Original: “Tourism= leisure time + discretionary income + positive local sanctions”. Tradução própria.

necessária uma análise mais aprofundada e realista acerca das suas implicações práticas. Para aquela autora, o turismo representa por si só um tema bastante complexo, a começar pelas infinitas motivações que precedem a visita dos turistas aos locais, como a diferenciação perante o resto da sociedade, a vontade de realizar novas descobertas²⁵, assim como “a diversidade já existente de respostas culturais à chegada de novos visitantes” (MacCannell, 1973: 6). Neste contexto, fatores como as novas tendências de mercado e o surgimento de novos interesses por parte dos turistas têm posto cada vez mais em causa a ideia tradicional de turismo como apenas “um bom negócio” ou uma simples forma de lazer. De facto, e como referem Mowforth e Munt (1998: 2), o conceito de turismo, que implica aqui o termo e a prática, tem estado em constante evolução, principalmente nas últimas décadas, deixando de limitar-se ao sol e à praia, o chamado turismo de 3’S,²⁶ para se envolver em questões mais profundas e complexas ligadas à sensibilidade ecológica, à história e cultura das comunidades locais, assim como à procura de novos conhecimentos (Santana, 1998: 37). Assim, para além do aspecto económico, o turismo passa a ter uma responsabilidade social e ambiental ligada a uma preocupação constante com o desenvolvimento e sustentabilidade (Mowforth e Munt, 2009: 98).

É precisamente neste contexto, mais humanista ou social, que reside a ideia de que o turismo transcende benefícios materiais, entre outros o lucro financeiro, tratando-se, igualmente, de um poderoso veículo de aprendizagem e intercâmbio de valores culturais entre visitantes e as comunidades locais (Mowforth e Munt, 2009: 130; Krippendorf, 1987). Da mesma forma, aspectos como a busca de conhecimento e a descoberta de novas culturas, assim como a preservação cultural, são indicados como os principais motivos que estão na base da prática do chamado “novo turismo” (NT) (Poon, 1994: 91; Mowforth e Munt, 2009: 98), a ser aprofundado na secção seguinte.

Perante esta variedade, quase que infinita, de definições existentes em torno do turismo, autores com Rojek e Urry (1997: 2) alertam para a imprescindibilidade de uma análise objetiva e realista, evitando assim generalizações excessivas. Por um lado, ao “humanizar” o turismo, corre-se o risco de cair numa idealização quase que utópica, ocultando assim o seu lado mais obscuro, que muitas vezes se resume às suas implicações mais práticas, com adjetivos como *soft*, *alternativo* ou *green*. Por outro lado, ao considerá-lo como uma atividade puramente económica, poder-se-á ignorar importantes aspetos sociais e culturais, muitas vezes abstratos ou intrínsecos que refletem a existência de dinâmicas culturais muito próprias.

²⁵ Poder-se-ia aqui aprofundar as motivações turísticas que estão por detrás da procura. Porém, por motivos relacionados com os objetivos e limites desta investigação, foram apenas referidas as gerais. Optou-se antes por aprofundar aquelas que vão ao encontro tema e propósito desta investigação: as motivações que estão por detrás da prática do turismo de realidade.

²⁶ Provém do inglês: *Sun, sand and sea*.

2.1.1. O conceito de “Novo Turismo”: Tendências e implicações

Há já algumas décadas que o turismo até hoje conhecido como turismo de massas, tem vindo a ser criticado por académicos, e ao mesmo tempo questionado pelos turistas que, por sua vez, o vêem cada vez mais estandardizado e impessoal. Segundo explica Poon (1994: 91), “o turismo de massas dos anos 60 e 70 tem vindo a ser substituído por um ‘novo turismo’ impulsionado por avanços tecnológicos e por uma maior sensibilidade no gosto dos consumidores”. Aqui, ao contrário do turismo *mainstream*, são as ONG’s e pequenas empresas privadas as principais atuantes no mercado (Poon, 1994: [79]). Esta nova forma de turismo surge, assim, como refere Leksakundilok (2006), como uma das muitas respostas aos impactos negativos do modelo convencional de turismo - de massas -, acabando por ser um reflexo da mudança do turismo como “uma oferta tradicional mercantilizada para uma mais especializada e exclusiva²⁷” (Read, 1980 em Knight, 2011: 12). Concretamente, o *novo turismo* representa uma consequência direta da procura por novas alternativas ao turismo, reinventado-o, tornando-o mais atrativo aos olhos dos consumidores.

Do ponto de vista académico, o tema tem vindo a ser discutido há algumas décadas, tendo ganho cada vez mais protagonismo em áreas como a antropologia, a sociologia, a etnografia e o património, entre outras. Desde então, muitas foram as perguntas que surgiram e às quais nem sempre se encontram respostas. Porém, o que parece evidente é uma necessidade incontestável de encontrar uma definição apropriada a esta nova onda tendencial de turismo que, apesar de cada vez mais abordada, permanece teoricamente pobre (Pearce, 1992 em Smith e Eadington, 1992: 19).

Para autores como Smith (1989) e Mowhforth e Munt (2009: 98), o que está claro é a falta de consenso entre termos conceptuais e práticos, isto é, aqueles que estudam o turismo, e as suas novas formas, e os operadores turísticos, respetivamente. Neste contexto, enquanto Poon (1994) aponta para o aumento da complexidade das necessidades e da procura dos consumidores como principais vectores desta nova “revolução turística” (Poon, 1994: 91), já Mowforth e Munt (1998; 2009) tentaram lograr uma maior aproximação àquilo que seria uma definição mais concreta de “novo turismo”. Embora reconheçam que se trate de um termo bastante amplo, alegam existir um consenso geral acerca do facto do NT ajudar a “compreender o surgimento de uma variedade de turismos e que [...] estes [novos turismos] procuram distinguir-se do que é referido como turismo convencional ou de massa”²⁸ para um prática *além praia* (Mowforth e Munt, 1998: 5; Leksakundilok, 2006; Smith, 1989).

²⁷ Original: “It marked the move from tourism as a commodified, mainstream offering to one that was more specialised and unique”. Tradução própria.

²⁸ Original: “While it is a rather broad term, [“new tourism”] helps to indicate that a variety of tourisms have emerged and that [...] these seek to distinguish themselves from what is referred to as mainstream or conventional mass tourism”. Tradução própria.

Do ponto de vista prático, parece haver uma tendência por parte dos próprios turistas em fugir do chamado turismo de massas – longe do *Med crowd*²⁹ (Mowforth e Munt, 2009: 122), colocando em questão os critérios classificadores dos destinos como visitáveis e não visitáveis, acompanhado de um olhar crítico sobre o que implica, de facto, o turismo. Ao questionar, rompem-se algumas ideias pré-concebidas dando lugar a uma nova onda de interesse na procura por destinos considerados pouco atrativos ou antes considerados impensáveis de visitar. Destinos estes que, até então, estavam vedados simbolicamente, principalmente em países do terceiro mundo e rotulados como *no-go zones*, como é o caso dos bairros sociais ou das favelas, que iremos aprofundar mais adiante.

Segundo Pearce (1992: 19), tanto os turistas, como os projetos que abrangem o novo turismo, revelam, normalmente, uma elevada preocupação com o seu impacto sobre o ambiente e comunidades locais, assim como um alto grau de participação e integração da população local. Geralmente, a literatura existente revela a necessidade de integrar as pequenas empresas nas atividades turísticas, com intuito de integrar adequadamente o turismo nos principais objetivos de desenvolvimento económico, onde os níveis de participação dos moradores variam (Rogerson, 2004; Binns e Nel, 2002).

Assim, a este acrescentam-se novos sufixos como “soft”; “alternativo”; “responsável” ou até “apropriado” (Binns e Nel, 2002: 81 e 98; Pearce, 1992: 18), ao mesmo tempo que o *novo turismo* vai sendo associado a novas práticas, abrangendo novos mercados e dando origem a múltiplas ramificações, que muitas vezes servem de rótulo, entre as quais se destacam o *ecoturismo*, *turismo sustentável* e o *turismo étnico*. À lista acrescentam-se igualmente o *turismo pro-pobreza* (TPP)³⁰ e o *turismo de base comunitária* (TBC) – uma subdivisão do TPP³¹ - (Ashley et al., 2001: 2 e 3), sendo ambas formas de “*fomentar actividades que beneficiem os pobres*”³² (Scheyvens and Momsen, 2008: 35). Neste contexto, procuram-se formas de reforçar o papel do turista no intercâmbio cultural e na preservação da tradição, do património de um local, seja ele tangível ou intangível, defendendo assim o turismo como atividade construtiva, participativa e interativa.

Leksakundilok (2006), por exemplo, alega a existência de um interesse, por parte dos organizadores do turismo, em apoiar ou tornarem-se ativamente envolvidos em medidas conservacionistas. No entanto, este mesmo interesse pode eventualmente ser uma forma de manter uma imagem positiva perante a sociedade, e, também manter, de forma subtil, a desigualdade de relações de poder entre os organizadores do turismo e as respectivas comunidades, tal como alertam Mowforth e Munt (2009). Neste contexto, embora se acredite na possibilidade de ultrapassar esta relação de desigualdade, torna-se cada vez mais imprescindível

²⁹ Original: “far from the Med crowd”. Tradução própria.

³⁰ Em inglês *Pro-poor tourism* (PPT).

³¹ Em inglês *Community-based tourism* (CBT).

³² Original: “Fomenting existing activities that benefit the poor”. Tradução própria.

“reavaliar até que ponto é que o turismo pode alterar a distribuição e controlo de propriedade e poder, [...] o fetichismo e estetização, os quais são necessários para explicar muitas das suas características e interpretações das novas formas de turismo” (Mowforth e Munt, 2009: 82).

Da mesma forma, apesar dos esforços científicos e governamentais para torná-lo mais ético e mais sustentável do que o turismo convencional (Rogerson, 2004; Freire-Medeiros, 2008), criar um aumento [massivo] da procura por um turismo alternativo (Rolfes, 2010) cria certas dúvidas sobre sua diferença com o turismo de massa e estabelece pequenas ligações entre ambos, reforçando a ideia de que o turismo alternativo e cultural pode, de facto, ser produzido em massa (Scheyvens e Momsen, 2008).

2.2. Turismo de realidade: Um turismo vilão ou um turismo solução?³³

Até agora foram discutidos o aparecimento e crescimento das novas formas alternativas de turismo nas últimas décadas, sublinhando a procura de um turismo mais diferenciado e cultural. Uma dessas novas tendências é o *Slum Tourism*³⁴ (ST), ao qual se refere esta investigação como “Turismo de Realidade” (TR). Trata-se de um fenómeno em expansão na segunda metade do séc. XX, particularmente popular nos países em desenvolvimento (Rogerson, 2004), consistindo, geralmente, em visitar as “partes mais desfavorecidas das [respetivas] cidades” (Rolfes, 2010: 421).

2.2.1. Turismo de Realidade: Debate conceptual

De acordo com OBrien (2011: 6), a atual tendência para a prática do turismo de realidade é em grande parte atribuída a Marcelo Armstrong (Brasil) que, em 1992, começou a levar os primeiros turistas à Rocinha (Fig. 1), uma das maiores e mais conhecidas favelas do Rio de Janeiro³⁵. Para além das favelas no Brasil, estas visitas são oferecidas a uma escala consideravelmente grande em territórios marginalizados como os chamados “guethos” das principais cidades africanas como Nairobi (Kenya) (Fig. 4), Joanesburgo (Fig. 5) e Cidade do Cabo (África do Sul, desde a década de 1970); e nas cidades asiáticas como Mumbai (como por exemplo a comunidade de Dharavi, (Fig. 6)), Nova Delhi (ambas na Índia), Jacarta (Indonésia),

³³ Expressão retirada da dissertação de Mestrado de Camila Moraes (2010: 23).

³⁴ Epistemologicamente, o termo “*slum*” refere-se, segundo a definição criada pelas Nações Unidas como “uma área degradada de uma cidade caracterizada por moradias precárias prevalecendo a miséria e falta de segurança” (em OBrien, 2011: 6). Contudo, esses mesmos bairros variam de cidade para cidade, de país para país e são portanto muito difíceis de generalizar. Da mesma forma, o “*Slum Tourism*” existe sob diversas formas e a sua prática não pode ser considerada igual em todos os destinos, tal como será posteriormente abordado. Trata-se de realidades morfológica, histórica e culturalmente diferentes. Admitindo este senão, optou-se por traduzir para “Turismo de Realidade”, adotando assim o termo mais operativo – prático – que consiste na sua atividade principal, que é visitar locais desvantajosos da cidade.

³⁵ Veja-se em www.favelatour.com.br.

e até em Siem Reap (Camboja), entre outros exemplos atuais, mais frequentemente estudados a nível empírico. Tendo em consideração os objetivos desta investigação, debruçar-nos-emos sobre o caso das favelas no Rio de Janeiro no Brasil, servindo, os outros casos, de exemplos, de estudos empíricos, de forma a retirar destes as devidas conclusões.

Apesar de constituir um tema relativamente novo no meio académico e nas investigações em torno do turismo, a verdade é que tem recebido cada vez mais atenção, especialmente pela polémica que levantam as suas práticas controversas e, pelas suas implicações interdisciplinares³⁶ (Frenzel e Koens, 2012), sublinhado em debates éticos, culturais e económicos mais amplos (Rolfes, 2010), que irão ser discutidos mais adiante.

Na literatura existente, observam-se duas tendências principais: primeiro, a percepção deste tipo de turismo – igualmente chamado de "Slumming" ou "Poorism" (Rolfes, 2010: 422), "Poverty Safaris" ou até "Ghetto Tours" (OBrien, 2011: 7), como sendo uniformemente definível, associa-se a conceitos mais amplos como *Pro-Poor-Tourism* ou *Dark Tourism*³⁷, aos quais se somam questões éticas ligadas ao voyeurismo e à espectacularização da pobreza (Frenzel e Koens, 2012) (Fig. 7).

Segundo, destaca-se a necessidade de considerar as suas actividades como parte da sua definição, tal como defende Rolfes (2010). Estas aparecem, por sua vez, genericamente divididas em duas categorias diretamente relacionadas com as motivações dos turistas: a primeira como *authentic tours* ou *de realidade*³⁸ (Freire-Medeiros, 2008: 62; Rolfes, 2010; Rogerson, 2004), e os *tours sociais*³⁹ (Freire-Medeiros, 2008: 62; Rolfes, 2010), sendo a partir daqui que as definições divergem. Os *authentic tours* são frequentemente associados a conceitos extremos, como o "Turismo Negro" - que consiste em "visitar lugares relacionados com a morte, o sofrimento e desastre" (Freire-Mederios, 2008: 2; Stone, 2006: 146) - e combinado com a noção de autenticidade – intimamente ligada às motivações dos turistas. Paralelamente, os *tours sociais* estão associadas principalmente ao turismo educacional, étnico e cultural (Rogerson, 2011), aparecendo na literatura como "turistas precisam ou desejam experimentar 'identidades locais'" (Taylor, 2001: 8). Ou até como "turistas interessados na cultura local e na 'tradição ininterrupta' " desses locais (MacCannell, 1989: 25; Rogerson, 2004; Bruner, 1991). A pobreza torna-se então um elemento-chave de atratividade, independentemente da tipologia, da mesma forma que o interesse do turista por visitar áreas que não fazem parte dos circuitos habituais constitui o denominador comum desta equação de turismo de realidade (Rolfes, 2010;

³⁶ Atualmente, um dos principais centros de debate acerca do "Slum Tourism" é a conferência internacional chamada "Destination Slum", que teve lugar em Bristol, no Reino Unido de 9 a 11 de Dezembro de 2011. Nela foi discutida "a produção e consumo da pobreza no turismo" (Frenzel e Koens, 2012). Posteriormente, foi realizada uma segunda conferência: "Destination Slum! 2" de 14 a 16 de Maio de 2014 em Potsdam, Alemanha. Veja-se em <http://slumtourism.net>.

³⁷ Em português: *Turismo Negro*.

³⁸ Em inglês: *Authentic* ou *reality tours*.

³⁹ Em inglês: *Social tours*.

Rogerson, 2004). No entanto, se à pobreza é-lhe atribuída tal importância, vê-la enquanto lazer torna a sua relação com práticas éticas e morais bastante duvidosa (Freire-Medeiros, 2008; Menezes, 2009).

Para além da discussão conceptual, o tema Turismo de Realidade é muitas vezes levado para debates mais amplos, sobrepondo-se frequentemente com o Turismo Pro-Pobreza e o Turismo de Base Comunitária, referidos em seções anteriores. Na verdade, dada a sua crescente popularidade (Rolfes, 2010), assim como a dependência dos países em desenvolvimento ao sector turístico (UNWTO, 2013), o recente interesse manifestado por parte dos governos e outras organizações não-governamentais (ONG's), para integrar o turismo nos seus objectivos anuais de desenvolvimento económico, não parece ser uma surpresa (Scheyvens e Momsen, 2008). Da mesma forma, a ideia de que, para além de geração de emprego, este tipo de turismo constitui um passaporte para o desenvolvimento em determinados países (Mowhforth e Munt, 2009; Scheyvens e Momsen, 2008) é constantemente contestada por académicos. Estes, com base em resultados empíricos, reivindicam que os benefícios são raramente partilhados com as comunidades locais, como é o caso da favela da Rocinha, no Rio de Janeiro (Rogerson de 2004; Freire-Medeiros, 2008). Existem, portanto, claras discordâncias entre discussões teóricas e resultados provenientes de experiências empíricas. Na verdade, mesmo que os operadores turísticos afirmem reservar parte de seus ganhos para residentes locais (Freire-Medeiros, 2008), nas comunidades de Alexandra e Soweto (África do Sul), os turistas foram aconselhados por guias a "comprar artesanatos de vendedores específicos" (Rogerson, 2004: 255), com quem tinham algum tipo de parceria. Já nas favelas do Rio de Janeiro, a maioria dos operadores turísticos eram estrangeiros e pareciam usar ações de doação como um protocolo de ética para evitar o olhar crítico da sociedade (Freire-Medeiros, 2006: 55).

2.2.2. O lado da procura: motivações do turista

Quando se referiu anteriormente a necessidade de distinção do turismo de massa, através da procura por novas alternativas ao mesmo, falou-se igualmente na mudança e interesse por parte dos turistas como sendo um dos principais vetores desta nova tendência de turismo. Segundo Klepsch (2010: 21), a necessidade de distinção do turismo convencional, e, no fundo, também do indivíduo da sociedade, “é apenas um recurso na procura dos turistas em reunir novas experiências que são únicas, perigosas, autênticas, interativas, aventureiras e/ou fora da rotina do dia-a-dia, na busca de experiências emotivas⁴⁰”. Lugares estes que, segundo sugere Dean

⁴⁰ Original: “The distinction from mass tourism is just one feature in the research of tourists to gather new experiences that are unique, dangerous, authentic, interactive, adventurous and/or off the beaten track in the search for ‘emotions’”. Tradução própria.

MacCannell (1992, citado por Freire-Medeiros, 2008: 62), são “idealizados como autênticos, pertencentes a outras culturas ou a um passado mitificado”.

Ao abordar as implicações controversas deste tipo de turismo, Rolfes (2010) alega que estas tendem a ser, em grande parte, em torno das motivações dos turistas. Ou seja, no interesse que estes locais despertam. Na literatura, elas aparecem geralmente divididas em dois factores: os *intrínsecos*, que correspondem às necessidades vontades e desejos internos (do próprio turista) (Chon, 1990; Taylor, 2001); e os *extrínsecos*, que dizem respeito a influências externas, criadas por filmes, documentários e publicidade em torno das visitas (Rolfes, 2010; Williams, 2008).

- **Fatores intrínsecos:**

Ao contrário das acusações académicas de *voyeurs* (Rolfes, 2010; Leu, 2004), os praticantes deste tipo de turismo associam-se muitas vezes aos *Backpack travellers* e auto-categorizam-se como *melhores viajantes* (Leite, 2000; Rolfes, 2010), sendo socialmente e culturalmente mais preocupados do que outros tipos de turistas (Freire-Medeiros, 2009). A esta nova preocupação com o consumo ético por parte dos turistas, e, conseqüentemente, a mudança nas preferências de viagem, Butcher (2003: 3) chama de “Novo Turista Moral”⁴¹, que surge como a desilusão com o turismo de massa, criado nas sociedades modernas (MacCannell, 1989), onde turistas procuram fugir de suas situações de vida normal e experienciar “outros lugares que interpretam como não moderna”⁴² (Urry, 2002: 9). Neste contexto, o estranho e desconhecido deixam de ser ameaçadores e passam a ser domesticados (Klepsch, 2010: 21).

Contudo, o que muitas vezes se questiona é até que ponto pode a miséria e a pobreza do outro ser “admirada” ou “contemplada” sem ser considerada antiética ou amoral? Serão as motivações dos turistas eticamente viáveis (Taylor, 2001)? Neste contexto, autores como Freire-Medeiros (2006), Menezes (2009) e Williams (2008) argumentam a existência do risco de violação da privacidade dos moradores, assim como a sobre exposição dos mesmos durante as visitas. Sob esta perspectiva, o turismo transforma-se numa espécie de palco montado nestes locais, onde os turistas constituem a plateia e assistem à espetacularização das populações locais, num jogo de autenticidade, muitas vezes forçada, rebaixando-as à categoria de animais de zoo (Freire-Medeiros, 2006: 63; Williams, 2008).

“Nas práticas turísticas ditas alternativas, de maneira geral, as noções de *autenticidade* e *interação* reaparecem investidas de um capital simbólico ausente no turismo de massas [...]. No caso dos *tours* de realidade, esta premissa é levada ao paroxismo. A possibilidade de vivenciar as emoções do Outro – entidade potencialmente tão diversa quanto os aborígenes da Austrália, as vítimas do Holocausto e os favelados cariocas – é o que asseguram os promotores.”

(Freire-Medeiros, 2008: 62)

⁴¹ Original: “New Moral Tourist”. Tradução própria.

⁴² Original: “[...] other places they interpret as unmodern”. Tradução própria.

Ao analisar as motivações turísticas, que por sinal revelam-se bastante complexas, encontra-se sistematicamente ambivalências entre a teoria e a prática (Rolfes, 2010: 438). Enquanto a curiosidade parece ser inicialmente tratada como principal motivação para as visitas (Rogerson de 2004; Scheyvens e Momsen, 2008; Rolfes, 2010), esta contradiz a ideia de *melhores viajantes*, mencionada anteriormente. Reforça, igualmente, as acusações aos turistas como *voyeurs* (Freire-Medeiros, 2009), tornando-se a atitude eticamente rejeitável (Leu, 2004; Williams, 2008). Além disso, resultados de investigações empíricas revelaram-se ainda mais contraditórios ao indicar que os próprios turistas raramente mencionam a curiosidade como principal motivação de visita, tal como indicam Rogerson (2004) e Williams (2008). Rolfes (2010: 223) defende que o elemento “pobreza” não constitui o único motivo de visita. Segundo o autor, os turistas estão antes interessados em experienciar a complexidade e diversidade destes destinos. Contudo, cabe aqui alertar para a possibilidade desta escassez de referência poder constituir uma estratégia para serem eticamente aceites (Freire-Medeiros, 2008). Ao mesmo tempo, o porquê e até que ponto a miséria e desvantagens socioeconómicas são apropriadas para satisfazer estas motivações constitui, segundo Rolfes (2010: 223), “uma questão muito interessante do ponto de vista epistemológico⁴³”.

Em Joanesburgo (Rogerson, 2004) e na Cidade do Cabo (Rolfes, 2010), os turistas foram politicamente motivados pelo movimento anti-apartheid (Rogerson, 2004). Já nas favelas do Rio de Janeiro, os turistas parecem mais atraídos pela “marca registrada favela” (Freire-Medeiros, 2008: 8), onde as experiências autênticas assim como o exotismo cultural do samba e do carnaval podem ser simultaneamente encontrados (Leite, 2000; Jaguaribe, 2004; Freire-Medeiros, 2008).

No entanto, apesar do caráter de “turismo justiceiro⁴⁴” que estas visitas possam ter (Rogerson, 2004: 250), elas são, na realidade, bem mais complexas (Rolfes, 2010; Scheyvens e Momsen, 2008). Neste sentido, Dodson (2000) sugeriu o interesse histórico político cultural como outra motivação emergente após o período pós-apartheid, ao relacioná-lo com a mudança das percepções dos turistas em relação aos “*non-white ghettos*” Sul Africanos que passaram a ser vistos como uma “mistura de culturas”, testemunhas da história do país (Rolfes, 2010: 427). Explicou também, à semelhança de Butcher (2003: 8) que o interesse pela cultura surgiu como uma mudança de preferências turísticas por atividades mais voltadas para o social e o cultural. Além disso, outras contribuições argumentam que as motivações turísticas estão relacionadas com a necessidade de diferenciar-se dentro de sua classe social (MacCannell, 1989; Freire-Medeiros, 2009); de experienciar o intercâmbio cultural e adquirir conhecimento (Scheyvens e Momsen, 2008; Rolfes, 2010). Contudo, também a preocupação social é muito criticada, onde

⁴³ Original: “[...] a highly interesting question from an epistemological point of view”. Tradução própria.

⁴⁴ Original: “Justice tourism”. Tradução própria.

se alega que os turistas estão muitas vezes mais interessados na sua auto-realização do que em ajudar os mais pobres (Noy, 2004). Como mostra uma pesquisa empírica no Rio de Janeiro, alguns turistas revelaram, distraidamente, os seus motivos de visitas como sendo uma questão de alcançar o ideal deles próprios e sentirem-se aliviados por saberem que fizeram a sua parte no combate à pobreza através do turismo (Menezes, 2007).

- **Factores extrínsecos:**

À semelhança dos factores internos, autores como McCannell (1989), Urry (2002) e Taylor (2001) reconhecem a importância da influência de outros agentes externos, tais como filmes e documentários sobre as decisões de viagem por parte dos turistas, devido ao seu elevado grau de eficácia e credibilidade (Butler, 1990). De acordo com Tussyadiah e Fesenmaier (2009: 25), "os filmes [...] transmitem várias mensagens que representam destinos e inspiram experiências turísticas"⁴⁵, da mesma forma que as imagens criam "sistemas de ilusões" que constituem a base para a escolha do destino (Urry, 2002: 7). Coincidentemente ou não, desde o lançamento dos filmes "Cidade de Deus" nas favelas brasileiras em 2002; "District 9" na África do Sul em 2009 e "Slumdog Millionaire" nos *slums* indianos em 2008, as atividades turísticas nas respectivas comunidades têm aumentado significativamente (Rogerson de 2004; Williams, 2008; Jaguaribe, 2004) e são agora as escolhas preferidas dos destinos do turismo de realidade. No entanto, da mesma forma que os filmes e os media constituem importantes influenciadores nos desejos internos dos turistas, são igualmente um dos responsáveis pela criação de preconceitos acerca do conceito de pobreza associado a estes destinos (Tussyadiah e Fesenmaier, 2009), em torno dos quais os turistas pré constroem imagens e expectativas de visitas (Rogerson, 2004; Williams, 2008).

Uma vez abordados os diferentes conceitos que giram em torno do turismo de realidades, viu-se como as motivações turísticas variam de acordo com os diferentes destinos e atividades nelas envolvidas (Rolfes, 2010; Rogerson, 2004). Na secção a seguir, analisar-se-á como a publicidade e promoção dos destinos de realidade são criticadas, por tirá-los fora do seu contexto, reconstruindo-os para o consumo (Freire-Medeiros, 2008; Frenzel e Koens, 2012).

2.2.3. A pobreza enquanto atração turística: Representações e comercialização dos *slums*

O turismo de realidade, enquanto procura por uma "autenticidade urbana" (The National, 2011), incentivou, e continua a incentivar, "o crescimento de Indústrias inteiras em torno desse desejo"⁴⁶

⁴⁵ Original: "films [...] provide various messages that represent destinations and inspire tourist experiences". Tradução própria.

⁴⁶ Original: "Entire industries to grown up around this urge". Tradução própria.

(Idem, Ibidem). Neste sentido, as representações em torno deste tipo de turismo e das suas respectivas comunidades constitui significativa importância nos debates atuais e merecem, por isso, ser aqui abordados.

“Guias de viagem, filmes, documentários, romances, etc. contribuem para a formulação de uma favela que circula mundo afora e a encaixam nas narrativas mais amplas do turismo ‘alternativo’ que celebra a alteridade como objeto de consumo.”

(Freire-Medeiros, 2008: 6)

O sucesso dos *slums* como destinos turísticos está fortemente relacionado na literatura com a sua chamada “comercialização” ou publicidade nos media, filmes, documentários, entre outros (Leu, 2004; Jaguaribe, 2004). É certo que o negócio em torno do TR tem-se tornado cada vez mais atrativo nos últimos anos, após ter recebido atenção de destaque nos meios de comunicação de massa, especialmente desde o lançamento de filmes como *Slumdog Millionaire* e *Cidade de Deus* (Williams, 2008). Esta comercialização constituiu, tanto a nível prático como a nível académico, um grande ponto de crítica, principalmente em relação a questões éticas, por transformar a pobreza num autêntico produto comercializável e facilmente vendido, desrespeitando a privacidade dos habitantes locais (Freire-Medeiros, 2009; Rogerson, 2004).

Enquanto influência extrínseca nas decisões de viagem do turista (Chon, 1990), analisado anteriormente, a escolha de um destino dá-se inevitavelmente em diálogo com as imagens do local em questão, ou mesmo em relação ao seu passado, transmitidas em diversos produtos, como filmes e documentários (Clifford, 1997; Urry, 1990; Hutnyk, 1992 citados por Freire-Medeiros, 2006: 64). Neste caso, a autenticidade, à qual os turistas vão à procura nestes destinos, também parece estar intimamente ligada à criação da imagem transmitida ao público exterior. Sendo assim, as representações mediatizadas em torno destes destinos são responsáveis pela construção de percepções, imagens e estereótipos (pré concebidos) dos mesmos (Tussyadiah e Fesenmaier, 2009). Enquanto que, no Rio de Janeiro, os turistas associam as favelas cariocas ao samba, ao carnaval e à violência (Menezes, 2007; Jaguaribe, 2004; Freire-Medeiros, 2008), nas cidades sul africanas, para além da pobreza, os turistas esperavam ser levados de volta às origens dos distritos, como lugares de opressão social, resistência política e crime (Rogerson, 2004; Rolfes, 2010; Taylor, 2001). No caso de Mumbai, critica-se o filme *Slumdog Millionaire* por representar os *slums* indianos a partir da perspectiva do “Branco”, dos de fora, em vez daquela dos habitantes locais (Mendes, 2010).

Num dos seus trabalhos de pesquisa, Rolfes et al. (2009: 17) explicam o porquê do interesse dos turistas pela vertente histórica dessas comunidades: “A nível urbano, os *townships* [...]

representam quase simbolicamente uma abordagem de planeamento desumano baseado em classificações racistas, e porque não acrescentar, segregadoras e separatistas⁴⁷”.

Cria-se, assim a "marca registada" de cada destino, sendo, no caso das favelas, sinónimo de tráfico de drogas, samba e violência (Freire-Medeiros, 2008: 5). Sendo assim, também o chamado “turismo induzido por filmes⁴⁸” (Hudson et al., 2011: 177), tem desempenhado um grande papel na atual popularidade dos destinos de realidade, despertando desejos e curiosidades que possam eventualmente levar à deslocação efetiva para a visita destes lugares, promovidos no *grand écran*, o que demonstra claramente o seu efeito sobre a decisão de viagem (Hudson et al., 2011; Chon, 1990).

Contudo, é necessário alertar que a criação de uma imagem externa, promovida nos media, transmite apenas uma parte da realidade, acabando, muitas vezes, por criar representações distorcidas ou exageradas de uma determinada comunidade e dos seus habitantes, apresentando apenas o seu lado negativo. Segundo Butler (1990, citado por Hudson et al., 2011: 177), “os filmes não são geralmente produzidos com a intenção direta de atrair turistas para um determinado destino, porém, tendem a influenciar, de forma indireta, os telespectadores, como uma parte da sua mensagem de fundo⁴⁹”. Bianca Freire-Medeiros (2006: 64) completa este argumento tomando como exemplo o sucesso do filme *Cidade de Deus*: “aclamado pela crítica internacional, o filme logrou produzir, tal como observou a rede de notícias CNN, uma imagem “sexy” e “cool” de uma favela violenta”. Neste contexto, se a ideia e imagem de um destino, neste caso dos destinos de realidade, é representada e vendidas através dos filmes e os meios de comunicação em geral (Butler, 1990), a pobreza pode, de facto, constituir um elemento crucial utilizado no processo de venda de forma a atrair turistas para essas comunidades, independentemente de ser eticamente apropriado ou não (Rolfes de 2010; Jaguaribe, 2004; Freire-Medeiros, 2009).

2.2.4. Os dois lados da mesma moeda: Os interesses de “os de fora” versus o olhar “dos de dentro”

Para os habitantes, apesar do turismo ser visto como uma estratégia de reafirmação da população, estes não deixam de ter algum receio (Freire-Medeiros, 2006). De facto, o turismo origina, por vezes, tensões entre “os de fora”, fundamentalmente as agências de viagens ou empresas externas, com interesses em explorar as comunidades, e “os de dentro”, que são os

⁴⁷ Original: “On the urban level, the townships [...] stand almost symbolically for the inhuman planning approach that was based on racist classifications”. Tradução própria.

⁴⁸ Original: “Film-induced tourism”. Tradução própria.

⁴⁹ Original: “Films are not generally produced with the intent to attract tourists to a destination, but tend to influence viewers indirectly as a background part of the movie’s message”. Tradução própria.

próprios habitantes locais (Moraes, 2010: 115). Nesta secção, procura-se abordar os principais conflitos de interesse entre os atores, também com o intuito de identificar algumas discrepâncias existentes entre a literatura e os estudos empíricos já realizados.

- **Os interesses de “os de fora”**

Apesar de abordar várias cidades, como Nairobi, Joanesburgo, entre outros mencionados anteriormente, a literatura acerca do TR encontra-se mais especificamente focada na promoção e divulgação das favelas do Rio de Janeiro no Brasil, sendo possivelmente o destino mais popular do TR (Freire-Medeiros, 2006).

Ao governo e às empresas organizadoras de *tours* acumulam-se as críticas, nomeadamente o seu interesse e envolvimento pelo turismo de realidade, a que muitos chamam de estratégico (Scheyvens e Momsen, 2008). Este interesse por parte de entidades governamentais, visível através da adoção de várias medidas de incentivo à sua prática, após várias críticas e cepticismos iniciais, tem vindo a ser cada vez mais questionado (Frenzel e Koens, 2012). Na literatura existente, estes são acusados de "adaptar os seus serviços para responder à procura do seu mercado-alvo", como afirma Butcher (2003: 8). Contudo, as críticas não são destinadas única e exclusivamente ao caso do Brasil. Ver o TR apenas como uma oportunidade estratégica de negócio estende-se também a todos os destinos *slum*, em geral, e àqueles mais conhecidos como a Índia e a África do Sul (Leu, 2004; Frenzel e Koens, 2012).

A atratividade lucrativa que estes destinos representam, como mercado potencial, será certamente um dos principais aspectos que têm suscitado o interesse dos de “fora” -governos e empresas turísticas. Segundo Obrien (2011: 7), estima-se um total de 40.000 visitas anuais às favelas do Rio de Janeiro, e, cerca de 300.000 visitas aos *slums* da Cidade do Cabo, só em turistas internacionais, principal público-alvo destas visitas. Neste caso, o turismo de realidade parece ser, de facto, um mercado cada vez mais atrativo, o que eventualmente justificaria tal interesse.

No caso concreto dos operadores turísticos, muitas vezes empresas estrangeiras, como é o caso do Rio de Janeiro, são acusadas de interpretar o turismo de realidade como uma oportunidade de diversificar a sua oferta, ao penetrar em novos segmentos de mercado, e, assim, aumentar o seu lucro (Freire-Medeiros, 2009). Adicionalmente, autores como Beauregard (1998) e Leu (2004) acusam os governos de usar tais visitas como uma estratégia para aumentar a renda proveniente do sector turístico, principalmente quando se fala em territórios segregados. Há quem acrescente igualmente que tais interesses estejam associados, em ambos os casos – operadores turísticos e governos -, ao sucesso dos filmes previamente referidos como Cidade de Deus, entre outros, tal como se verifica nos interesses dos turistas (Mendes, 2010; Leu, 2004).

Ao juntar o sucesso da representação destes locais nos filmes com o potencial que representam

enquanto mercado segmento de mercado turístico, assume-se que, se assim for, o caso relativamente recente de criação de medidas de apoio e fomento às atividades turísticas nos *slums* em Mumbai por parte do governo indiano (Meschkank, 2011), assim como o apoio do sector público brasileiro ao turismo de favela⁵⁰ (Leite, 2000), ambos após certo cepticismo inicial, parecem tornar tais críticas e argumentos bastante válidos (Freire-Medeiros de 2009; Frenzel e Koens, 2012).

- **O olhar “dos de dentro”**

Desde a perspectiva dos habitantes, esta constitui uma lacuna incontestável existente na literatura acerca do turismo de realidade (Rolfes, 2010). De facto, apesar do aumento do interesse académico neste tipo de turismo, o tema carece ainda de amadurecimento (Rolfes, 2010), e o ponto de vista dos habitantes ainda permanece pouco investigado (Slikker, 2014). De acordo com Duarte (2010), a criação dessas suposições deve-se, em parte, à falta de investigação sob esta perspectiva, destacando o papel dos investigadores no seu esclarecimento. Contudo, esta lacuna tem vindo a ser cada vez mais contestada. Autores como Freire-Medeiros (2006; 2009), Menezes (2009) e Duarte (2010) relevam a preocupação em completar esta vertente da literatura. Segundo as mesmas, a existência de mais informações por parte dos habitantes tornaria mais fácil a compreensão do fenómeno do turismo de realidade, assim como o contexto em que este tem lugar.

Nas suas publicações, propõem o TR como um agente de transformação social dos habitantes, pondo em causa fortes suposições criadas à volta do tema, tornados quase que dogmas “inquestionavelmente verdadeiros” (Valladares, 2005 em Duarte, 2010: 29). Uma delas, muitas vezes referido nos textos académicos, é a ideia de que as *zonas de contacto* entre turistas e habitantes são cenários onde estes são expostos e humilhados (Freire-Medeiros, 2006: 63; Williams, 2008). Recorrendo ao exemplo do turismo nas favelas do Rio de Janeiro, Duarte (2010) e Freire-Medeiros (2009), por exemplo, exploram conceitos como a *especificidade* de cada favela, de acordo com o seu contexto histórico. Segundo as autoras, a exploração destes conceitos são importantes para contornar a ideia de que as favelas são territórios homogéneos. Defendem, antes, o argumento de que estas comunidades representam *zonas de contacto*, onde os turistas e os habitantes se encontram, intercambiam experiências, memórias e conhecimentos, ao contrário da ideia de que estas *zonas* representam uma forma de humilhação e exploração dos visitados, expostos ao prazer turístico. Paralelamente, nos *slums* de Dharavi, as opiniões dos habitantes revelam que estes percebem os turistas como “convidados respeitáveis”, e não

⁵⁰ Foi o caso do Museu a Céu Aberto do Morro da Providência, no Rio de Janeiro, onde o Estado, em co-ajuda com outras ONG's, criou e financiou programas de formação dos jovens habitantes da favela no sector turístico, entre outros, guias turísticos na favela (Freire-Medeiros, 2006).

pensam muito, geralmente, sobre os efeitos de sua presença nas comunidades (Slikker, 2014: 1). Assim sendo, é possível, apesar de pouco explorado, provar a existência de discrepâncias em relação à teoria - debate acadêmico – com base nos estudos empíricos já realizados, tal como se verifica no estudo realizado por Menezes (2009) na Rocinha, onde os moradores afirmam não se sentirem perturbados com as visitas turísticas, o que torna esta acusação de sobre exposição ambígua. Alegam, antes pelo contrário, que a presença dos turistas é apreciável no sentido em podem interagir com diferentes culturas e abrir a mente (Duarte, 2010: 65). Paralelamente, nos *slums* de Dharavi, a empresa Reality Tours and Travel, foi criada, em 2006, com o principal intuito de “erradicar os estereótipos negativos” em torno dos mesmos (Slikker, 2014:15), através do investimento em projetos sociais na comunidade.

Outra ideia que se procura contornar é até que ponto o TR pode, ou não, gerar benefícios para as comunidades locais, de forma integrada e participativa da população. De acordo com Chege (2012: 53), a participação dos habitantes no turismo de realidade dá-se, ao contrário do que aponta maioritariamente a literatura, a diversos níveis: no acolhimento de turistas nas suas próprias casas, enquanto condutores dos Tours, na segurança do local e, por fim, como guias de visitas (fig. 8). No que diz respeito ao tipo de benefícios, grande parte da literatura foca-se nos económicos.

Voltando a citar o trabalho empírico de Duarte (2010: 65), na favela da Rocinha (fig. 1), a maioria dos habitantes indicaram os benefícios sociais tais como o intercâmbio cultura, a abertura da mente, e o convívio com diferentes culturas como principal benefício da visita de turistas ao local, e não necessariamente os benefícios económicos. Neste contexto sugere-se a *dimensão social* enquanto elemento em falta na literatura, carecendo de exploração mais “humana” (Staying for Tea, 2010; Menezes, 2009; Duarte, 2010). Ao conceito, estão associados quatro principais indicadores, imprescindíveis de serem tidos em conta na análise do TR, todas elas dizendo respeito aos habitantes: a *autoestima* dos mesmos; a sua *percepção* do turismo e a forma como este afecta as suas comunidades; a sua *mentalidade*; e o *benefício social*, que engloba aspectos mais intangíveis como o intercâmbio cultural. Segundo Duarte (2010), a importância destes indicadores reside no sentido de perceber até que ponto os habitantes veem o turismo como forma de reverter a imagem social que desaprova as suas comunidades.

Dizendo a *autoestima* respeito às imagens, muitas vezes depreciativas, vendidas ao exterior, torna-se relevante retocar pontos previamente discutidos, como é o caso do papel dos media na popularização internacional dessas comunidades e dos seus habitantes. Segundo Menezes (2009), e tal como já foi previamente abordado, estas imagens pré-concebidas contribuem diretamente para o fortalecimento de preconceitos em relação aos mesmos, afectando a autoestima dos habitantes. Contudo, na favela Pereira da Silva, as atividades turísticas são vistas como forma de desmistificar a imagem negativa criada em torno das favelas brasileiras. No que diz respeito à mentalidade, ela surge frequentemente ligada à crítica de que os habitantes

carecem de iniciativas próprias, no sentido de melhorarem a sua condição atual. No entanto, o estudo de Duarte (2010), realizado na Rocinha, revela a existência de dois aspectos bastante interessantes: primeiro, um espírito crítico, por parte dos habitantes, em relação à forma como a imagem estereotipada das favelas é fortalecida pelos guias externos; segundo, uma iniciativa própria, sendo as visitas promovidas e organizadas pelos próprios habitantes.

“If tourism is, as Franklin and Crang state (2001: 17), ‘a productive system that fuses discourse, materiality and practice’, the favela as a tourist destination should be seen as a contact zone, ‘a space of colonial encounters where peoples geographically and historically separated come into contact with each other and establish ongoing relations, usually involving conditions of coercion, radical inequality, and intractable conflict’ (Pratt, 1992: 6). It is a physical and symbolic territory wherein discursive layers accommodate each other in multiple representations of the favela and its inhabitants, as formulated by tourists; of tourists, as formulated by local inhabitants; of the favela, as formulated by local inhabitants for the tourists – in a continuous spiral of representations.”

(Freire-Medeiros, 2008: 22-23)

Assim sendo, conseguiu-se provar que, de forma geral, o turismo de realidade, entre outros, nas favelas, não deve ser analisado apenas em termos de benefícios económicos, tampouco serem considerados territórios homogêneos. Da mesma forma, foi possível desmistificar a ideia de que os habitantes das favelas carecem de iniciativas e são incapazes de pensar de forma crítica. Neste contexto, Rolfes (2010) critica a existência de frequentes discrepâncias entre a teoria e a prática, e, no caso concreto do TR, afirma dever-se ao facto de muitos autores questionarem a influência do turismo nestas comunidades, sem mesmo terem realizado estudos empíricos sobre a opinião dos seus habitantes locais. Similarmente, tampouco as informações recolhidas dos estudos empíricos devem ser consideradas absoluta e “inquestionavelmente verdadeiros” (Valladares, 2005 em Duarte, 2010: 29), sem ter em conta aspectos como o tipo de amostra, as fontes e metodologia utilizadas, entre outros. Neste contexto, poderia dizer-se que o conceito de benefício social utilizado pelas autoras acima referidas resulta demasiado vago. Contudo, é importante ter em conta o facto de, mais do que estudar o fenómeno que é o turismo de realidade, está-se a falar de atores sociais dessa realidade que são os habitantes locais (Burgess, 2001). Trata-se de indivíduos, cujo comportamento, opiniões e sentimentos mudam em função do contexto em que se encontram inseridos na sociedade, sendo então imprescindível ter em conta as complexidades deste tipo de turismo. Por isso, definir concretamente o que se pretende analisar como benefício social seria, neste caso, demasiado complexo e exaustivo.

2.2.5. Contributo para a mudança (ou não) de perspectiva em relação aos *slums*

Seguramente, as mensagens de visitas a comunidades mais carentes das cidades são propagadas quase como sendo a única e verdadeira representação das mesmas, quando, na verdade, e tal como já foi referido, são apenas uma das suas múltiplas e possíveis facetas (Freire-Medeiros, 2008). Como estas representações muitas vezes mostram o lado desejado dos *slums*, as experiências dos turistas resultam na alteração dos conceitos e percepções, de pobreza, e das respetivas comunidades, construídas *a priori* nas suas mentes (Williams, 2008; Noy, 2004). Neste sentido, Noy (2004: 88) esclarece que, partindo do processo de consumo turístico, as perspectivas dos turistas podem ser divididas em três etapas: *pré*, *durante*, e *pós* visita. Em continuação, Tussyadiah e Fesenmaier (2009) explicam que a imagem *a priori* do destino – abordado em seções anteriores – exerce o efeito mais significativo nos factores intrínsecos de motivações de visita, sendo as expectativas, geralmente, muito baixas. O estado *durante-visita* representa o choque entre as expectativas e a experiência real proporcionada pela visita, que é quando começam a mudar percepções (Bruner, 1991; Williams, 2008). Quanto à satisfação - ou não – após a visita, depende em grande parte da comparação de expectativas baseadas em imagens anteriormente detidas e a realidade atual do destino (Cohn, 1990). Contudo, a pesquisa de campo demonstrou que a maior dos turistas que visitam os *slums* já tinham uma ideia prévia - segundo eles - do que esperar e que, após a visita, experienciaram uma mudança de impressão, mais positiva (Freire-Medeiros, 2008; Williams, 2008; Rolfes, 2010). De forma geral, foram positivamente surpreendidos com a normalidade do dia-a-dia nas comunidades, voltando para casa com uma visão muito mais complexa e matizada destas realidades e dos seus habitantes (Slikker, 2014: 19).

Consequentemente, as mudanças de percepções dependem da diferença ou semelhança entre as expectativas pré-visita e da experiência durante a visita (Taylor, 2001; Noy, 2004). Nas favelas, vários estudos mostram uma mudança positiva nas percepções (Freire-Medeiros, 2008; Duarte, 2010). Os turistas, que esperavam assistir ao tráfico de drogas, ao crime e à violência, foram agradavelmente surpreendidos pela simpatia dos moradores e, com o que entrevistados referiram como uma experiência "fascinante", "esclarecedora" (Freire-Medeiros, 2008: 14), um "abrir dos olhos" (Menezes, 2007: 24) assim como uma "auto transformação" (Bruner, 1991: 245). Assim sendo, pode-se dizer que, por um lado, o turismo de realidade pode potencialmente permitir uma melhor compreensão entre as pessoas, através do intercâmbio de impressões, experiências, culturas (Freire-Medeiros, 2008; Menezes, 2007). No entanto, esta depende igualmente da forma como os turistas encaram a sua participação na visita (Taylor, 2001; Leite, 2000). Isto é, se é percebida, por exemplo, como um aprendizado, tornam-se mais propensos a aprender sobre a cultura e as condições de vida dos habitantes e, consequentemente, mudar

concepções construídas *a priori*. Contrariamente, se o turista adopta uma postura de espectador, é possível que tais *pré*-percepções relativamente aos *slums* e à pobreza permaneçam (Menezes, 2007). Apesar destas mudanças, a impressão do turista após uma visita não pode ser generalizada (Rolfes, 2010; Freire-Medeiros, 2006). A nível global e até mesmo a nível nacional, os *slums* não são, como foi anteriormente abordado, realidades *homogéneas* (Rolfes, 2010; Rogerson, 2004; Slikker, 2014). Isto significa que cada comunidade, promovida como atração turística, pode deixar uma impressão ou uma experiência diferente ao turista (Slikker, 2014: 19). Da mesma forma, Slikker (2014), Meschkank (2012) e Rolfes (2010) acrescentam que, para além das atitudes dos próprios visitantes, as empresas turísticas também desempenham um papel fundamental na influência das percepções que os turistas têm após a sua visita. Depende do que mostrar e da forma como são operadas as visitas, nas diferentes partes do mundo (Slikker, 2014: 19).

Assim, os resultados dos diferentes estudos já realizados em campo podem ser considerados como uma indicação de que as visitas aos *slums* podem, de facto, ter um efeito positivo sobre o que os turistas pensam dos mesmos. Contudo, apesar das boas intenções que podem eventualmente estar por detrás destas visitas, “a melhoria da percepção do turista não deve ser confundida com a obtenção de uma visão totalmente realista da cultura, estilo, ou condições de vida da população⁵¹”, tal como alerta Slikker (2014: 20). O autor acrescenta ainda que as visitas continuam a ser uma experiência que se baseia em visitar partes das comunidades que as empresas turísticas optam por destacar durante as suas visitas. Ao mesmo tempo, se estas procuram apenas “corresponder às expectativas dos turistas, mostrando-os o que esperam ver, manter-se-ão as imagens estereotipadas criadas antes das visitas”, o que não deixa de ser um risco, alerta Slikker (2014: 20). Assim, embora as percepções dos turistas sejam bastante complexas e multidimensionais após as visitas, as limitações de visitas acima referidas podem igualmente resultar na eliminação de percepções criadas *a priori* e reforçar outras (Menezes, 2007; Jaguaribe, 2004). Recorrendo ao exemplo das favelas cariocas, a intenção de se livrar da imagem negativa, que prevalece sobre as mesmas, pode levar a que os turistas substituam as percepções negativas por imagens de “pobres felizes⁵²” (Freire-Medeiros, 2008: 865), que acabariam por levar de volta a casa. Paralelamente, ao factor *o que* mostrar está o contacto reduzido entre os turistas e as populações locais, que se verifica, em grande parte, devido a paragens de curta duração, entre um ponto de visita e o outro. Da mesma forma, o meio de transporte utilizado, como é o caso dos *Jeeps* que percorrem as favelas, também dificulta o contacto entre ambas as partes, sendo este possível quase que apenas através do olhar (Rolfes, 2010; Menezes, 2007; Rogerson, 2004). Duarte (2010), por exemplo, refere-se às barreiras

⁵¹ Original: “The improved tourist perception must not be confused with the tourists having a fully realistic view of the culture, living conditions or population of the slum”. Tradução própria.

⁵² Original: “Happy Poor”. Tradução própria.

linguísticas, neste caso, o português, sendo a língua materna, como um vigoroso entrave ao intercâmbio, uma vez que torna a comunicação entre turistas e residentes bastante dificultosa. Como foi visto, as próprias visitas limitam, portanto, as percepções dos visitantes, ao serem controladas consoante os interesses das partes envolvidas, sejam elas os habitantes, o governo, ou as empresas turísticas externas, variando as percepções de acordo com os interesses dos mesmos (Leu, 2004). Assim, quem está no poder tem grande influência sobre a mudança de percepções, e a limitação das mesmas, uma vez que apresentam estas realidades como lugares autênticos e pobres, numa busca por corresponder às expectativas dos turistas (Freire-Medeiros, 2006; 2008). Tal uso de interesse relaciona-se com os debates discutidos inicialmente sobre o recurso ao turismo de realidade como uma estratégia para gerar lucro às empresas envolvidas. Neste sentido, parece que este tipo de turismo não representa apenas práticas ambíguas (Frenzel e Koens, 2012), mas também procura "(...) desafiar o poder de controle das elites sobre as empresas de turismo (...)" (Scheyvens e Momsen, 2008: 23). Na verdade, as opções e duração das visitas dentro das favelas no Rio muito dependem da aprovação dos chefes traficantes, principais controladores das favelas (Freire-Medeiros, 2009; Jaguaribe, 2010).

2.2.6. Limitações da literatura

Tal como foi abordado anteriormente, quando se fala de turismo de realidade, o principal ponto de enfoque é unanimemente atribuído àqueles que visitam estes locais, deixando a perspectiva dos habitantes no esquecimento. O que pensam os que lá vivem? Como se sentem perante a presença de turistas? E, que implicações, positivas ou negativas, terá o turismo nos *slums* para os seus habitantes, são aspetos que permanecem pouco explorados até hoje (O'Brien, 2011). Segundo Slikker (2014: 1), “ironicamente, apenas uma pequena parte da literatura exprime as opiniões e pensamentos dos habitantes das comunidades que acolhem visitantes dentro dos *slums*⁵³”. Isto significa, segundo o mesmo, que uma das partes mais importantes do fenómeno do *Slum Tourism* tem tido muito pouca oportunidade de participar, e de ser ouvida, neste debate. Assim, estudar as implicações concretas do turismo de realidade nas comunidades anfitriãs não resulta, de todo, uma tarefa fácil. É verdade que existem diversos estudos e teorias acerca do impacto do turismo nas comunidades locais, como é o caso da teoria de Doxey⁵⁴ (1975 em Slikker, 2014: 21), frequentemente abordada na literatura. No entanto, apesar de este tipo de estudos também existir para o turismo de realidade, continuam muito limitadas (Idem, ibidem). Na verdade, até que ponto a comunidade acolhedora é condicionada pela presença dos turistas

⁵³ Original: “Ironically, the smallest collection of sources is that which voices the thoughts of the host community within the slum”. Tradução própria.

⁵⁴ Ao analisar os impactos socio-culturais nos habitantes locais, a teoria avalia, em suma, o nível de irritação criado pelo contacto entre o anfitrião e o turista, medido por um índice que consiste em cinco etapas: "euforia", "apatia", "irritação", "antagonismo" e, finalmente, a fase em que os turistas se deslocam para outro destino (Slikker, 2014: 21).

depende de muitos fatores, muitos deles dificilmente calculáveis. Slikker (2014: 21) identifica a "dependência da comunidade de acolhimento sobre o turismo, a flexibilidade da comunidade de acolhimento relativo a" mudança ", a cultura ou as características da sociedade de acolhimento, e, o tamanho do fluxo turístico em relação ao tamanho da comunidade receptora", como alguns deles. Apesar de tudo, a teoria apresenta algumas limitações que podem resultar em conclusões tendenciosas, resultando ser de pouca aplicabilidade prática, uma vez que não tem em conta as dinâmicas que ocorrem no processo, baseando-se em "informações incompletas ao invés de estudos empíricos detalhados" (Mason, 2003 em Slikker, 2014: 21). Torna-se importante sublinhar aqui o facto de tratar-se, de realidades que não são homogéneas. Segundo explica Duarte (2010), mesmo em relação às favelas, cada uma tem um nível diferente de violência, infraestruturas e ligação com o governo que deve ser levado em conta. No que diz respeito às diferentes fases de Doxey (1975), o conceito implica que os efeitos do turismo sejam estritamente negativos e que os habitantes locais em geral se tornem mais hostis ao longo do tempo, acabando os pesquisadores, que a ela recorrem por, mais cedo ou mais tarde, alterarem o conceito depois de ser testado empiricamente (Beeton, 2006 em Slikker, 2014: 21).

Como foi visto, as percepções estão no meio dos conflitos de interesse dos atores, o que explica a variedade das mesmas após a visita. Da mesma forma, estando interesses e percepções intimamente ligadas, importante será lembrar que podem igualmente resultar tendenciosas. É por esta razão que autoras como Freire-Medeiros (2006; 2009), Menezes (2009) e Duarte (2010) reivindicam que a procura de mais informações acerca dos habitantes tornaria mais fácil a compreensão do fenómeno do turismo de realidade, assim como o contexto em que este tem lugar. De facto, como foi abordado até agora, os estudos - e informações- empíricos são relativamente escassos. A existência de mais informações recolhidas em campo permitiria então uma maior representatividade do universo em questão, logo uma maior fiabilidade dos resultados, metodologicamente falando.

2.3. O património enquanto opção turística: Um jogo de valorização ou desvalorização?

2.3.1. De "Tradicional" para "Novo": O Património que se conhece

Sabe-se que a noção de "*Património*" está historicamente ligada ao conceito de herança do passado que se quer preservar no futuro. No seu termo clássico, património implica sobrevivência, no tempo e no espaço, de algo de valor. Uma memória, uma história, uma identidade (Ferreira, 2012). A ele associa-se também um sentimento nostálgico, a ideia de algo que se herdou do passado e que se quer preservar e transmitir a gerações futuras (Peralta, 2000).

Dentro da diversidade de tipos de património, entre outros o "*Património Natural*", esta seção foca-se na análise concreta do "*Património Cultural*" (Fig. 9), não se tratando apenas daquele que se limita a aspectos materiais, definidos pela UNESCO em 1972⁵⁵, mas sim aquele que, em 2003⁵⁶, passa a englobar também os seus aspetos intrínsecos e abstratos – os imateriais – presentes em práticas, representações, experiências vividas condensadas em linguagens e conhecimentos (Canclini, 1990: 99). Assim, o conceito de património ganhou, ao longo dos anos, novos significados e interpretações que romperam com os critérios tradicionais de seleção e preservação dos bens, sejam eles materiais ou imateriais (Cunha, 2012). Consequentemente, as percepções acerca do que era considerado como património "tradicional" alargaram-se para fora das instituições e “dos vários especialistas das diferentes áreas de atuação, passando a abranger outros sectores da sociedade – entre outros, as próprias populações -” (Primo, 2011: 31).

“Ao ultrapassar o sentido tradicional e reducionista que prevalece nos discursos [atuais] [...], abre-se espaço para um olhar diferente sobre aquilo que os povos determinam como seu património.”

(Peralta, 2000: 217)

Desse conjunto de alterações surge o conceito “novo património”, referindo-se, portanto, ao conjunto de todos os bens, incluindo os tangíveis e intangíveis, que, pelo seu valor próprio, devem ser considerados de interesse relevante para a permanência e a identidade da cultura de um povo, grupo ou comunidade (Peralta, 2000: 218). Segundo Meira (2004: 13 em Vitor e Santos, 2011: 3) a constante (re)significância do património é, de certa forma, presumível, tendo em conta as constantes mutações que ocorrem nas sociedades: “Depende dos valores da sociedade, presentes em cada momento da sua trajetória, a definição do que vai se constituir em património cultural”. Como muda a sociedade e mudam os seus valores, o que é considerado património cultural se modifica, é construído e reconstruído permanentemente, originando novos conflitos de interesse entre os atores – as entidades oficiais e as respetivas comunidades.

⁵⁵ A UNESCO definiu, na *Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural*, o "*Património Cultural*" como: *I. Os monumentos* (Obras arquitectónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência); *II. Os conjuntos* (Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitectura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência); *III. Os locais de interesse* (Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico)".

⁵⁶ Em 2003, alarga o conceito e define como "*Património cultural imaterial*": "as práticas, representações, expressões, conhecimentos, habilidades - bem como os instrumentos, objectos, artefactos e espaços culturais que lhe estão associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte de o seu património cultural. Este património cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e sua história, e proporciona-lhes um sentimento de identidade e continuidade e promovendo o respeito à diversidade cultural e criatividade humana".

As referências culturais de uma população, o seu modo de vida, sistemas de valores, tradições, entre outros, são, por vezes, mal interpretadas como sendo sistemas monolíticos que não podem ser separados ou modificados. Não obstante, autores como Menezes (2009), Freire-Medeiros (2006) e Urry (1990) mostram claramente que não existe necessariamente uma contradição entre a cultura e a mudança. Existe, pois, uma tendência natural de todas as sociedades e culturas a evoluírem ao longo do tempo. Primeiramente, devido aos seus aspectos dinâmicos intrínsecos; segundo, porque interagem com diversos processos externos de transformação - económicos, sociais e culturais. Assim, admite-se de que se trata de um conceito relativo, que varia de acordo com as pessoas e grupos que atribuem esse valor, “[...] fruto de relações sociais definidas, historicamente situadas, [...] corporificado em alguma manifestação concreta” (Veloza, 2007: 320 em Menezes, 2009: 2), “permeável às flutuações da moda e aos critérios de gosto dominantes, matizado pelo figurino intelectual, cultural e psicológico de uma época” (PERALTA, 2000: 219). Sendo assim, será justo considerar a condicionalidade temporal destas representações, uma vez que estão sujeitas aos próprios sistemas e critérios de valorização de cada indivíduo, num determinado contexto histórico-cultural (Choay, 2006). Contudo, a questão que aqui surge foi igualmente colocada por Cunha (2012), em relação aos critérios de valorização:

Sob
esta
ótica
a
mai
s

“Como proteger algo que não é consensualmente tido como manifestação simbólica de uma cultura coletiva? A revitalização do conceito de cultura – e consequentemente de património cultural – pode também ser apontada como causa e consequência da promoção da diversidade cultural e do questionamento de uma visão de cultura e património voltada para os valores de elite e os seus critérios estéticos”.

(Cunha, 2012: 33)

abrangente, autores como Prats (1997) e Ballart (1997) defendem a ressonância do património junto dos seus guardiões como um aspecto crucial no processo de seleção e preservação do mesmo. Ou seja, “quando um indivíduo ou um grupo de indivíduos identifica como seus um objecto ou um conjunto de objetos” (Ballart, 1997: 17), sendo imprescindível este reconhecimento junto daqueles que o atribuem valor. O património implica, portanto, uma noção de posse, de apropriação ou identificação, por parte de um determinado grupo. É então, através deste sentimento de pertença, que um determinado grupo da população decide, através de uma seleção consciente, aquilo que deseja legar ao futuro (Peralta, 2000: 218). Ao mesmo tempo, Menezes (2009: 17) recorda que “o ato político de patrimonializar uma localidade, contudo, nem sempre encontra *ressonância* entre a população da localidade que, teoricamente, estaria sendo *beneficiada* pelo Poder Público”. Desta forma, o que pode ou não ser património, depende, no fundo, do que um determinado colectivo humano, num determinado decurso do tempo, considera digno de ser legado a gerações futuras, não devendo basear-se unicamente em

critérios selecionados por entidades oficiais (Prats, 1997; Peralta, 2000). Caso assim seja, o risco do legado não ser reconhecido junto das comunidades torna-se bastante elevado, juntamente com os conflitos de interesse entre os atores.

Certamente, os critérios de seleção implicam um certo nível de subjetividade, mesmo se estabelecidos por entidades oficiais, a quem compete a aprovação final do legado selecionado. Para Smith (2006: 13), a distinção entre o património tangível e o intangível, na verdade, não pode ser feita: “todo o património é, por definição intangível, porque gira em torno das práticas, rituais e costumes dos povos, não em torno do que materialmente permanece”. Assim, o património remete a “uma construção social”, ou até “cultural”, uma vez que se trata de uma idealização construída por grupos, sociedades, nações ou povos (Peralta, 2000: 218).

Nessa ótica mutante, o património cultural passa por transformações que por sua vez estão relacionadas não apenas com a atribuição de significados e símbolos às expressões patrimoniais existentes, mas também aos usos que delas serão feitos de acordo com os interesses de um determinado grupo social ou comunidade. Isto leva a outro aspecto relevante que é a relação entre o passado e o presente através das diferentes interpretações que os grupos fazem do passado a partir do presente. Neste caso, como mencionado antes, as representações produzidas por estes grupos estarão condicionadas a concepções, convicções e opiniões baseadas no tempo presente, tal como explica Francoise Choay:

[...] "Nós - sujeitos modernos - procedemos então a uma atualização do significado do património de acordo com os nossos próprios sistemas de valorização e, desse modo, transferimos significados operativos diversos para objetos, lugares ou práticas socioculturais que, oriundos de um passado mais ou menos remoto, atualizam patrimonialmente o presente com o qual se procuram harmonizar".

(Choay, 2006 em Fortuna, 2012: 26)

O processo de atualização do significado de património, referido por Choay (2006) requer, antes de tudo, uma perspetiva de abordagem semelhante àquela realizada ao longo deste capítulo que é o olhar realístico sobre o fenómeno de patrimonialização no seu todo. Perante a sua mutatividade social, este processo implica, de certa forma, o que Carlos Fortuna (1997) chama de “destradicionalização”. Trata-se, segundo o autor, de um processo social – e de certo carisma comercial - de modernização das cidades e sociedades, “sujeitando anteriores valores, significados e ações para uma nova lógica interpretativa de intervenção” (Fortuna, 1997: 234). Diz-se comercial uma vez que é impulsionado pela necessidade por parte de cada cidade em revalorizar os seus recursos, reais ou potenciais, “a fim de reposicionar-se no mercado cada vez mais disputado da concorrência inter-cidades” (Idem, *Ibidem*). Contudo, cabe sublinhar que este processo não implica necessariamente abandonar a tradição. Implica, antes, reinterpretá-la, em resposta às forças do mercado que permeiam qualquer tipo de intervenções urbanas

contemporâneas. A “destradiconalização” assume assim a sua forma mais radical com a possibilidade de uma mudança substancial nos significados atribuídos aos sítios patrimoniais, incluindo a adição de valores inteiramente novos. Tais intervenções, portanto, provocam mudanças profundas que abanam a tradição e os seus residentes, abrindo espaço para novas configurações na estratificação social (Idem, *Ibidem*).

Por vezes, e no extremo oposto à *destradiconalização*, está o risco de “congelar” o património, no tempo e no espaço, através de políticas de preservação e restauração baseadas numa autenticidade muitas vezes forçada, ignorando toda e qualquer transformação social e impedindo que evolua de forma natural (Moraes, 2011; Menezes, 2009). “A restauração é ela mesma um ato de destruição, por criar uma unidade fictícia da cidade”, alega Jeudy (2005: 87 em Menezes, 2009: 13), “trata-se de fazer crer que restaurar a construção é conservá-la como era antes, quando na verdade, (...) [implica] desnaturá-la ao idealizar sua imutabilidade temporal” (Idem, *Ibidem*). Neste caso, uma série de aspectos devem ser tidos em conta, nomeadamente os diferentes interesses da população, para se poder encontrar formas capazes de articular os critérios técnicos tradicionais daqueles que classificam, com os valores, tradições e aspirações da população (Cluzeau, 2000). Exemplos de iniciativas e processos de valorização que tiveram em conta estes aspetos serão analisados nos próximos capítulos.

Tendo em conta o alargamento dos critérios de classificação do PC, assim como a análise da revitalização dos valores atribuídos a manifestações humanas – materiais e imateriais, pretende-se acrescentar aqui a vertente turística enquanto possível vector de valorização, dinamização e desenvolvimento participativo das comunidades.

2.3.2. O Património Cultural como Recurso Turístico

Assim, o "*Património cultural*" não termina nos monumentos e nas coleções de objetos. A UNESCO, ao reconhecer oficialmente a interdependência do património cultural material e imaterial, oferece um lugar aos grupos marginalizados no discurso do património ao mesmo tempo que abre a porta a novas abordagens para a compreensão, proteção e respeito do que se considera como património cultural (Peralta, 2000). Este património vivo, conhecido como intangível, fornece a cada portador de tais expressões um sentido de identidade e de continuidade, na medida em que o indivíduo toma posse do mesmo, num processo de recriação constante (Peralta, 2000; Menezes, 2009).

“O elemento determinante que define o conceito de património é a sua capacidade de representar simbolicamente uma identidade. E sendo os símbolos um veículo privilegiado de transmissão cultural, os seres humanos mantêm através destes, estreitos vínculos com o passado.”

(Peralta, 2000: 219)

Assiste-se, atualmente, à valorização de experiências emotivas, muitas vezes resultantes da

sensação de se estar na presença de “[...] um original ou algo cuja raridade nos transmite uma sensação de excepcionalidade que recolhe alto apreço entre os sujeitos numa cultura de repetição e cópia como a cultura contemporânea do consumo” (Fortuna, 2012: 28). O turismo, perante visível interesse, tem-se constituído num dos principais meios desta “indústria da memória (Idem, *Ibidem*: 33). Desta forma, como força matriz da manutenção e preservação da diversidade cultural, o património vivo possui valores simbólicos cruciais no processo de reafirmação da identidade dos que a compartilham (Cunha, 2012). Por isso, ter uma noção diversificada de património cultural imaterial em diferentes realidades contribui para o diálogo intercultural, ao mesmo tempo que incentiva o respeito mútuo por diferentes modos de vida. Nesta ótica, o turismo aparece, tal como foi visto anteriormente, como potencial vetor de estímulo à criação de oportunidades e à continuidade do intercâmbio cultural.

Ao mesmo tempo, o legado cultural representa uma aproximação ao turismo, na medida em que, com os seus estatutos – que acabam por funcionar de certa forma como certificados de qualidade –, torna-se capaz de atrair uma importante parcela de turistas culturais, para além de acrescentar sensibilidade ao turismo (Mowforth e Munt, 1998; Menezes, 2009). Neste caso, o turismo cultural, que implica visitas a recursos culturais, sejam eles tangíveis ou intangíveis, com intuito de satisfazer necessidades culturais (Richards, 1996), proporciona, pois, a possibilidade do encontro entre o visitado e o visitante. Tal encontro acontece numa *zona de contacto* (Valladares, 2005; Duarte, 2010), abordado em secções anteriores, dando origem a uma nova teia de intercâmbio de relações socioculturais, podendo constituir um vetor de inclusão socioeconómica, e, ao mesmo tempo, de valorização e salvaguarda de culturas específicas, nomeadamente comunidades minoritárias (Leal, 2008; Duarte, 2010; Moraes, 2010).

Paralelamente, há quem saliente o papel do turismo na (re)construção de uma imagem positiva de uma comunidade ou nação no exterior, assim como a revitalização das suas respetivas culturas e facilitar a coesão interna das sociedades (Leksakundilok, 2006: 83). Neste contexto, Smith (1989: 3), ao adoptar uma visão mais optimista, defende, por exemplo, a ideia de que este tipo de turismo “ajuda a quebrar as disputas linguísticas e o provincianismo que continuam a fraturar os esforços do governo em direção à consolidação nacional”. Não obstante, considerar o uso do legado cultural como instrumento de suporte para a atividade turística deve ser analisado cautelosamente. Isto porque, apesar do optimismo inerente a grande parte dos discursos atuais, muitos tendem a cair num romantismo excessivo que, por vezes, não tem em atenção a vertente comercial associada ao turismo – aquela que vende a cultura como um produto comercializável e acaba por refletir apenas uma pequena parte dela – assim como o risco de espetacularização ou comercialização das respetivas comunidades.

Desta forma, tratar o passado, a cultura, o património como produtos meramente comercializáveis pode implicar o risco de ser expropriado todo o sentido subjacente à expressão

cultural dos povos (MacDonald, 1999). As discussões sobre a autenticidade da cultura, assim como as suas expressões e commodificação permeiam a literatura acerca do turismo e património, sendo consideradas centrais para futuras análises acerca dos impactos socioculturais do turismo, tal como defende MacCannell (1989). O autor explica que a comercialização da cultura é quase sempre justificada por responder às necessidades dos turistas que consiste em experimentar a autenticidade, uma fatia do *real* e da parte *intocada* de uma cultura (Idem, *Ibidem*). Ao mesmo tempo, e relembrando discussões prévias relativamente aos novos interesses e motivações dos turistas, acrescenta-se igualmente o interesse que estes têm despertado por aquilo visitar sítios fora do comum que não estejam incluídos nos circuitos oficiais, e que muitas vezes não são classificados como património.

A utilização do património cultural passa então a ser uma ferramenta na (re)funcionalização do território com vista ao desenvolvimento local através da dinamização do turismo, iniciando-se, com isso, uma intensa mudança cultural (Trigueiro, 2005)⁵⁷. Procurando entrar no circuito turístico, e tendo como base de apoio o património cultural, a cultura e vivências específicas de uma determinada comunidade até então segregada passa a ser valorizada graças a leis e estatutos que, para além de servirem de certificados de qualidade, a transformam num verdadeiro *modus vivendi* digno de ser salvaguardado.

Assumindo a existência de impactos da comercialização da cultura sobre a sua autenticidade, fala-se muito, neste contexto, da perda progressiva das referências patrimoniais imateriais locais. Esta perda, provocada, sobretudo, pela promoção de características culturais cada vez mais globalizadas que menosprezam as referências e especificidades culturais de uma determinada população. Estas novas referências são, por sua vez, promovidas e divulgadas por um sistema estruturado de informação e comunicação – os *Media* –, muitas vezes acusado de comercializar a cultura, que funciona como um elemento vulnerabilizador das culturas e especificidades locais, tal como acontece no caso do turismo (MacDonald, 1999; Freire-Medeiros, 2006). Tal commodificação pode, portanto, por um lado, ser vista como destrutora da autenticidade de uma determinada cultura, locais e relacionamentos, conduzindo a experiências falsificadas criadas especificamente para os consumidores externos (MacCannell, 1989). Esta perda de autenticidade promove, por sua vez, uma espécie de *destradicionalização* do património cultural, transformando-o num espetáculo através da sua absorção pela cultura de consumo (Featherstone, 1995). É neste contexto que Lanna e Rubino (2013: 354) sublinham a importância da relação entre património cultural e turismo, no sentido em que “deve qualificar os espaços e a autenticidade das manifestações culturais impedindo que sejam transformadas apenas em ‘grandes espetáculos’ [...]”.

⁵⁷ Trigueiro, Osvaldo (2005). “A espetacularização das culturas populares ou produtos culturais folkmediáticos” [Online] Disponível em <http://bocc.ubi.pt/pag/trigueiro-osvaldo-espetacularizacao-culturas-populares.html> [Consultado a 20 de Julho de 2015].

É certo que as manifestações populares no mundo globalizado já não pertencem apenas aos seus protagonistas mas são também do interesse do turismo. O carácter mutante do património cultural passa então pela procura em atender aos interesses do mercado de consumo cultural. Para atender a esse segmento de mercado da sociedade turística, as tradições culturais populares são modificadas por processos turísticos de apropriações de certos elementos da cultura popular e (re)elaborações dos seus significados para atrair maior número de turistas (Trigueiro, 2005)⁵⁸. Nesse sentido, a cultura tradicional é “reinventada”, proporcionada pelas novas lógicas de consumo do local alavancadas pelo turismo:

“[...] a cultura popular, não é algo engessado, fechada para ser simplesmente preservada ou resgatada. É um processo cultural em movimento no âmbito do campo social das comunidades, presente na vida quotidiana e que se entrelaça com outros produtos culturais globais disponibilizados pelos grandes grupos económicos por via das novas tecnologias da informação e da comunicação. A cultura popular está sempre aberta a sectores de produção cultural, a outros significados, a novas práticas sociais, aos novos sistemas de comunicação”. (Trigueiro, 2005)⁵⁹

Assim, o património cultural imaterial torna-se fundamental para a manutenção da identidade e memória de um povo num determinado local, da mesma forma que o turismo deve dar condições e possibilidades para a continuidade das celebrações, fazeres, saberes, às gerações futuras. Contudo, não se pode deixar de lado a tendência geral de, ao invés de se configurarem como instrumentos de criação de benefícios socioeconómicos para as comunidades receptoras, estes estabelecimentos acabam por aumentar o processo de desvalorização cultural (Featherstone, 1995).

A seção que se segue convida a uma pequena viagem de regresso ao passado, e dar a conhecer um pouco mais acerca do objeto de estudo deste projeto, no seu respetivo contexto histórico, todo ele complexo e controverso. Procura, no fundo, captar esse processo de urbanização e de construção social da favela iniciado antes mesmo de se tornar objeto de estudo intelectual.

Parte II - *Morro acima e fachadas adentro: O caso das favelas e das Ilhas*

⁵⁸ Trigueiro, Osvaldo (2005). “A espetacularização das culturas populares ou produtos culturais folkmediáticos” [Online] Disponível em <http://bocc.ubi.pt/pag/trigueiro-osvaldo-espetacularizacao-culturas-populares.html> [Consultado a 20 de Julho de 2015].

⁵⁹ Trigueiro, Osvaldo (2005). “A espetacularização das culturas populares ou produtos culturais folkmediáticos” [Online] Disponível em <http://bocc.ubi.pt/pag/trigueiro-osvaldo-espetacularizacao-culturas-populares.html> [Consultado a 20 de Julho de 2015].

III. As anti-cidades: Origem e características

Segundo Pierre Bourdieu (2001: 160) “a estrutura do espaço social se manifesta, [...] nos contextos mais diversos, sob a forma de oposições espaciais, o espaço habitado ou apropriado funcionando como uma espécie de simbolização espontânea do espaço social”. A favela – em geral, e não apenas as favelas cariocas – encaixa-se explicitamente nessa realidade. De acordo com Licia Valladares (2005: 26), esta representa “[...] um conjunto de barracos aglomerados sem traçado de ruas nem acesso aos serviços público, sobre terrenos públicos ou privados invadidos”. Retomando o argumento de Bourdieu, são estes mesmos barracos que, instalados ao lado de casarões e *vilás*, muitas vezes localizados em zonas prestigiadas como Copacabana, demonstram essas “oposições espaciais” (Bourdieu, 2001: 160), num flagrante contraste sócio-urbanístico sob a qual se estende a cidade do Rio de Janeiro.

Quanto à sua origem, a história das favelas do Rio de Janeiro e das ilhas do Porto, implica, no fundo, perceber como, e em que contexto, elas surgem, acabando por escrever um capítulo importante da história das suas respectivas cidades. Não se trata, porém, e tal como já foi mencionado anteriormente, de uma comparação entre as favelas e as ilhas em termos morfológicos, tampouco procura-se insinuar de que existam analogias nesse sentido. Sabe-se que, e voltando a citar Fortuna e Leite (2013: 6), “o território da favela [...] não tem equivalente em Portugal”.

3.1. As favelas do Rio de Janeiro

“É uma cidade à parte”. Esta foi a definição escolhida pelo poeta e cronista Olavo Bilac para sintetizar, em 1908, o que seria a favela carioca.”

(Bianca Freire-Medeiros, 2006: 49)

3.1.1. Contextualização histórica: um olhar sobre a habitação favela

Relembrar a origem da favela remete ao Rio de Janeiro do início do século XX, por volta da década de 1890 (Globo, 2015; Burgos, 1998), e à forma bastante controversa em que surgiu. No contexto dos projetos urbanísticos da cidade de então, mais concretamente as suas obras de remodelação, surge o desejo por parte do governo, com o apoio da elite carioca, de eliminar as habitações consideradas anti-higiénicas. Trate-se de uma altura em que os intelectuais – cariocas e nacionais – davam prioridade, para além do “embelezamento do Rio de Janeiro” (Valladares,

2000: 4), ao futuro da recente República, proclamada a 15 de Novembro de 1889; à saúde do povo brasileiro e; ao saneamento do país (Valladares, 2000; Osborn, 2013).

Procurava-se, seguindo o exemplo do modelo Haussmanniano⁶⁰, transformar a cidade do Rio de Janeiro na “Paris da América do Sul” (Freire-Mederios, 2006: 49), o que implicou obras de construção e abertura de grandes avenidas “com ar de *boulevards*”, entre outras, a avenida Central (atual avenida Rio Branco) (Idem, Ibidem) e jardins projetados ao estilo do urbanista francês. Tal desejo levou a que, na mesma altura, várias pessoas, vindas de outras regiões do país se deslocassem ao centro da cidade para trabalhar nas obras de reconstrução, encontrando, no morro, o seu local de moradia. Juntaram-se, portanto, aos soldados provenientes da Guerra de Canudos⁶¹, e à grande concentração de ex-escravos⁶², também à procura de trabalho, fundando assim, no centro do Rio de Janeiro, a primeira favela carioca – o Morro da Providência⁶³ (Figs 9 e 10.).

Dentro da conjuntura desta deslocação populacional maciça concentrada no RJ, época em que a região já estava atufada de cortiços, Lícia Valladares (2005, em Gondim 2005: 486 - 487), na sua obra “*A invenção da favela*”, explica que as favelas foram fruto da mesma necessidade de começar uma vida urbana “numa cidade carente de habitações com preços acessíveis”. Assim, a favela emergente transforma-se num verdadeiro ‘problema’ ou ‘perigo’ urbanístico e social, pondo em causa a saúde pública, e desafiando a administração pública nas primeiras décadas do século XX (Gondim, 2005: 487).

3.1.2. Políticas de intervenção e urbanização do Rio de Janeiro

Embora as políticas públicas acerca das favelas só viessem a ser documentadas em 1937 com o Código de Obras⁶⁴, outras tentativas de remoção já tinham acontecido nas favelas, como foi o caso da “revolta da vacina” em 1904. Contudo, apesar do falhanço por parte do governo frente à revolta dos moradores, em 1910, durante o mandato do Prefeito Francisco Pereira Passos (1902-1906), dá-se a primeira intervenção efetiva do governo nas áreas de baixa renda da cidade (Pinheiro e Fialho, 2006: 4-5). O resultado foram centenas de favelas e cortiços demolidos, tudo

⁶⁰ Georges-Eugène Haussmann, nomeado Barão pelo imperador Napoleão III e prefeito no Departamento de Seine, esteve na frente do programa de reformas em Paris, numa ambiciosa renovação da cidade, que, grosso modo, consistiu na construção de novas e amplas vias e boulevards como o Boulevard de Saint-Michel.

⁶¹ A Guerra de Canudos foi um dos mais sangrentos episódios da República brasileira, consistindo no confronto entre os camponeses que formavam o movimento popular sócio religioso e o exército da República de 1896 a 1897, na então comunidade de Canudos no interior da Bahia.

⁶² Com a criação da “lei do ventre livre”, em 1871, após a abolição da escravatura em 1888, a cidade do Rio se encheu de ex-escravos em busca de trabalho.

⁶⁴ O Código de Obras, criado em 1937, visava, entre outras acções, a demolição de moradias de baixa renda, incluindo as favelas.

orientado para a “Haussmanização do Rio” (Osborn, 2013⁶⁵). Pouco menos de três anos depois, cerca da década de quarenta, é o novo responsável pelo governo, o prefeito Henrique Dodsworth (1937-1945) que, sob a presidência de Getúlio Vargas⁶⁶ (1930-1945; 1951-1954), procede à remoção dos moradores para os chamados “parques proletariados⁶⁷”, onde predominava um regime estrito, de controlo de entrada e saída, assim como “demonstrações de apoio” aos programas do governo, entre outras imposições (Osborn, 2013⁶⁸).

Certamente, as intenções de manter um certo controlo sobre as favelas não deixou de continuar, desta vez, com a intervenção da igreja católica no fim da década de 40, com tentativas de moralização dos moradores. Esta era feita através do financiamento de organizações e atividades sociais como resposta à potencial ameaça de comunismo que estas comunidades representavam: “suba o morro antes que os comunistas desçam” era o slogan da altura (Idem, *Ibidem*)⁶⁹. Criou-se então a Fundação Leão XIII⁷⁰, com o intuito de assistir material e moralmente aos moradores de 34 comunidades através de orientações ideológicas, saneamento básico e o acesso a serviços de saúde e educação. Dentro do contexto do fornecimento de serviços públicos básicos, a década de 1950 foi marcada por ações coletivas nesse sentido. Aparecem, a pedido da prefeitura, as primeiras associações de moradores de favelas que acabaram, quase todas por estar interligadas a uma rede estadual em 1963 chamada Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (FAFERJ) (Osborn, 2013). Se por um lado, as associações permitiram uma maior organização de interesses, ao mesmo tempo, deram início a conflitos de interesses entre as mesmas e o governo.

A ligação da igreja com a assistência municipal para as favelas terminaria quando, no início da década de 1960, o governador Carlos Lacerda nomeia o sociólogo José Arthur Rios como coordenador do governo para serviço social. Orientado para uma política mais integradora, Rios implanta a Operação Mutirão⁷¹ (OP), que viria, no fundo, a constituir um dos pilares base da cultura dentro das favelas. Isto porque, segundo Pilote (2011), “no contexto urbano pode significar uma comunidade unindo-se para construir parte ou todas as casas, pessoas ajudando a

⁶⁵ Disponível em <http://rioonwatch.org.br/?p=4676>.

⁶⁶ Getúlio Vargas, então Presidente da República do Brasil, governou durante dois mandatos, o primeiro entre 1930-1945, e o segundo entre 1951-1954. Para mais informações, veja-se em <http://www.estudopratico.com.br/governo-de-getulio-vargas-primeiro-e-segundo-mandato/>.

⁶⁷ Os parques proletariados funcionavam como uma espécie de comunidade fechada, em que os residentes eram devidamente identificados na entrada e saída dos portões de acesso aos mesmos.

⁶⁸ Disponível em <http://rioonwatch.org.br/?p=4676>.

⁶⁹ Idem, *Ibidem*.

⁷⁰ Actualmente, a fundação está vinculada à Secretaria de Estado de Ação Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro (SEASDH), e executa programas e projectos sociais no contexto do enfrentamento da pobreza, conjuntamente com a Política de assistência social. Para mais informações, veja-se em: www.leao.rj.gov.br.

⁷¹ Mutirão é uma palavra de origem Tupi Guarani, que significa “Um grupo de pessoas trabalhando juntas para criar algo que beneficie a todos” (Habitat for Humanity, 2010). Estiveram, na altura da (re)construção do Rio, na base da construção de grande parte das comunidades cariocas, continuando a ser uma prática muito comum na realidade atual das favelas. Veja-se em www.rioonwatch.org.br.

construir umas as casas das outras ao invés de construir a sua própria”. No fundo, o Mutirão implica união, organização e coordenação conjunta a favor do benefício comum, neste caso, da comunidade. Seguindo o exemplo de Osborn (2013)⁷², no mutirão, “os homens trabalhavam juntos na construção, do amanhecer ao entardecer, enquanto as mulheres preparavam a comida”. O programa visou, na altura, assistência a obras, fornecimento de materiais, e contou, pela primeira vez, com o envolvimento dos moradores no processo de urbanização (Osborn, 2013; Burgos, 1998).

Em 1968, forma-se o grupo CODESCO, um projeto de natureza similar ao OM, que também implicou a participação dos moradores e que procurou ter em conta os seus respetivos interesses. Contudo, ambos os projetos, que representavam uma ideologia política à frente do seu tempo, cessaram após ano e meio de funcionamento, quando Carlos Lacerda, ligado a interesses mobiliários, resolve “limpar” a zona sul das suas favelas. Cria-se o Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Rio de Janeiro (CHISAM), um programa federal empenhado nesta “limpeza” da cidade. Como resultado, em 1968, cerca de 100.000 pessoas foram removidas das suas casas e realojadas em conjuntos habitacionais⁷³ na periferia da cidade da época (Figs. 11 e 12) cujo preço variava de acordo com a qualidade da habitação (Osborn, 2013). Sendo, em parte delas, a renda mais elevada, várias pessoas viram-se na obrigação de procurar outro lugar para viver uma vez que o poder de compra era reduzido. Com o passar do tempo, alguns conjuntos foram se deteriorando por falta de recursos para manutenção, outros foram abandonados, com a exceção da Cidade de Deus, habitada até os dias de hoje.

As décadas que se seguiram foram marcadas por um “boom de desenvolvimento”, principalmente ao longo da Avenida Brasil, aberta em 1964, o que facilitou a ligação do centro da cidade com a zona noroeste. O Rio transformara-se numa cidade de oportunidades, no chamado “milagre brasileiro” (1968-1973) (Osborn, 2013). Para a classe popular, estas obras representavam uma oportunidade de trabalho, o que fez disparar o número de migrações do interior para o Rio de Janeiro. Contudo, esta conjuntura otimista iria resultar num efeito controverso. Ao mesmo tempo que a população carioca ia aumentando, a construção dos conjuntos habitacionais não acompanhava tal ritmo, deixando espaço à aparição de dezenas de novas favelas à medida que os imigrantes iam chegando à cidade. “[...] Ao invés de diminuir, multiplicavam-se as chamadas ‘habitações sub-normais’, segundo a designação do IBGE” (Gondim, 2005: 487). Em 1973, o CHISAM é encerrado, dando lugar ao Banco Nacional da Habitação (BNH), que tratou, no fundo, de dar continuidade ao programa anterior, atuando no sentido de viabilizar a remoção de número significativo de favelados para conjuntos habitacionais.

⁷² Disponível em <http://rioonwatch.org.br/?p=5042>.

⁷³ Entre eles está o Vila Kennedy, existente até os dias de hoje.

Após um período próspero de ditadura militar, que atinge o seu auge em 1970 com o “milagre económico”, o regime entra, nos finais da década de 70, em decadência, não conseguindo estimular a economia do país. De facto, a passagem dos anos 70 para os anos 80 marcou uma série de acontecimentos que resultaram num novo olhar sobre as favelas, assim como uma mudança de discurso em relação ao futuro das mesmas (Freire-Medeiros, 2006; Valladares, 2000; Osborn, 2013):

Ano	Quadro síntese das Políticas/Programas para as favelas do Rio de Janeiro
1979	- Os habitantes contam com o apoio dos sectores progressistas da Igreja Católica na luta pela posse de terra, através da fundação de um programa de assistência jurídica que acabou por impedir 17 remoções. - A favela Rocinha beneficia da construção de infraestruturas, com a ajuda da UNICEF.
1981	Um novo reencontro da FAFERJ permite a implantação de políticas de saneamento básico nas favelas, colheita de lixo, título de terra, pavimentação das ruas, entre outras.
1982	Leonel Brizola (1983-1985), novo governador do Rio, dá continuidade às políticas e programas de apoio às favelas com a criação de uma plataforma de apoio aos pobres, ao mesmo tempo que supervisiona o (re)lançamento do Projeto Mutirão⁷⁴.
1985	- Instaura-se a democracia no Brasil. - Atribuição do direito ao voto para os analfabetos⁷⁵.
1988	Reforma da Constituição brasileira. Entre outros, esta estabeleceu o direito ao usucapião, inserido na nova constituição federal, determinando que a terra seria pertenceria a quem a ocupasse mais de cinco anos; e o direito a se manifestar livremente.
1992	Criação do Plano Diretor da Cidade, no qual estão incluídos os artigos 148 e 151 cujo objetivo é integrar as favelas à cidade formal e preservar o seu carácter local.

Fonte: Realização própria. Origem da informação de Osborn (2013)

Ao mesmo tempo que novos ventos políticos pareciam soprar a favor das favelas e dos seus habitantes, ia surgindo a questão de como administrar o desenvolvimento local de forma a beneficiar da melhor forma as comunidades, sabendo que implicaria projetos de urbanização numa escala sem antecedentes. Como resposta, nada mais favorável do que as condições políticas em 1992, com as novas diretrizes do Plano Diretor, e com a vitória de César Maia às eleições para Prefeito, sobre Benedita da Silva, candidata a Prefeita, nascida e crescida numa favela, e que tinha, por isso, o apoio das comunidades da cidade. Maia teria que dar às comunidades um tratamento especial para manter algum apoio popular durante o seu mandato. A sua solução seria um programa de urbanização com maior financiamento e alcance do que os anteriores, criando-se assim o Favela-Bairro entre 1994 e 2008. O projeto proposto elegia os

⁷⁴ Com base no lema “cada família um lote”, o programa municipal escreve uma página importante da história carioca. Pela primeira vez, os moradores das favelas recebem um salário mínimo pelo esforço e horas de trabalho realizadas.

⁷⁵ Nessa altura, um terço dos eleitores moravam nas favelas (Osborn, 2013).

espaços públicos ante dos privados, e visava melhorias gerais na infraestrutura, nos serviços sociais, na regulamentação imobiliária e na implementação de uma creche em cada favela urbanizada, para além de utilizar uma política integradora que implicava a discussão de cada projeto de urbanização com os respetivos habitantes.

É certo que antes do Favela-Bairro, obras de infraestrutura nas favelas, como a reforma da Constituição brasileira de 1988, já tinham logrado alguns avanços em diferentes bairros. Inclusive, o Plano Diretor de 1992 foi pioneiro em declarar abertamente nos artigos 148 e 151 o objetivo de integrar as favelas no mapa oficial da cidade e preservar o seu carácter local, o que significou, segundo explicam Valladares (2000) e Osborn (2013) um grande avanço em relação ao Código de Obras de 1937, que fazia referência à favela como “aberração” (Osborn, 2013)⁷⁶. Contudo, a imprescindibilidade do enfoque no Favela-Bairro está, precisamente, no seu impacto, tanto no governo e na sua relação com as favelas, quanto nas próprias favelas. Elogiado pelo carácter inovador e reconhecido como o programa mais ambicioso de urbanizações nas favelas no mundo, para o governo, Osborn (2013)⁷⁷ explica que o programa representou “um salto ideológico em relação às antigas intervenções estatais nas favelas”, conseguindo um total de 168 favelas e loteamentos no Rio de Janeiro até 2008⁷⁸, altura em que se implementa o Programa de Aceleração de Crescimento⁷⁹ (PAC) de 2007. Acrescenta, ainda, que, para as favelas e os seus habitantes, implicou “uma mudança em relação ao estigma das mesmas, tratando-as como comunidades dignas e merecedoras de fundos públicos em larga escala” (Idem, *ibidem*, Idem). Dignas, no fundo, de serem ouvidas.

As tentativas dos programas estatais, juntamente com os benefícios gerados, sejam a longo ou a curto prazo, são, de facto, visíveis, permitindo perceber a dimensão social e humana dessas comunidades. Afinal, tal como defende Da Cunha ((n.d.) em Osborn, 2013⁸⁰): “A favela não é a forma física de uma comunidade, [...], mas sim as pessoas que moram lá, de onde elas vêm e principalmente o modo como elas se relacionam”. Se, por um lado, e tal como alega Marcelo Burgos (2005 em Osborn, 2013)⁸¹, historiador especializado em favelas, os respetivos programas – que implicam aqui um novo olhar sobre a realidade das favelas - representaram uma esperança de que estes “levariam a uma revitalização e maior capacidade de organização política nas favelas”. O certo é que, como foi sendo constatado ao longo desta seção, a luta pelos direitos dos seus habitantes passou a ser fortalecida.

Por outro lado, pode-se admitir a intensificação dos conflitos de interesse entre moradores e o governo, notável principalmente na sua ausência flagrante no interior das áreas contempladas,

⁷⁶ Disponível em <http://rioonwatch.org.br/?p=5042>.

⁷⁷ Idem, *Ibidem*.

⁷⁸ Entre 2005 e 2008, os projetos Favela-Bairro estavam atrasados e sem fundos.

⁷⁹ Um programa investimento nas favelas a nível nacional, sendo em infraestruturas e assistência social nas comunidades mais pobres do país.

⁸⁰ Disponível em <http://rioonwatch.org.br/?p=5042>.

⁸¹ Idem, *Ibidem*.

seja nas favelas urbanizadas, seja nos conjuntos residenciais construídos ao longo dos anos. Nas décadas que se seguiram (entre 1990 e 2000), a urbanização local tornou-se consenso na política do governo para as favelas. Porém, a avaliação destas políticas tem exigido uma mudança de olhar, não apenas nas intenções destes programas, mas também na sua implementação, durante e pós, de forma a lograr o máximo de eficiência desta última.

3.1.3. Entre estigma e valorização: os diversos significados e interpretações da favela e do favelado

“Forma geográfica e social considerada àquele tempo como de pouca expressão, a favela não tem lugar, não constitui peça do jogo de cartas da história inicial da República ou do mosaico social do Rio de Janeiro de então. Mas, por que essa omissão, essa negligência?”

(Valladares, 2000: 5)

Chegando até aqui, percebe-se que, na prática, o que causou o desenvolvimento das favelas ao longo dos anos, no Rio de Janeiro, foi uma história social e política bastante específica e controversa (Freire-Medeiros, 2006; 2008). Ao longo de mais de 100 anos de existência e de incontornáveis leis, ações e reflexões, a favela – termo e território – foi ganhando novos significados e interpretações que foram-se repercutindo em terreno desconhecido (Idem, *Ibidem*: 50). Assim sendo, várias são as definições que se somam à lista de tentativas de definir o que seria a favela, em geral. No meio intelectual é, inclusive, interpretada como “a aglomeração de excluídos rebeldes [ou “resíduos da modernização (Freire-Medeiros, 2005: 49)], formando uma unidade coesa e pondo em perigo a ordem social” (Gondim, 2005: 486).

Segundo explica Freire-Medeiros (2006: 50), estes novos significados atribuídos às favelas resultaram em duas consequências, cuja percepção é fundamental para o acompanhamento dos objetivos deste projeto: primeiro, a generalização e identificação colectiva das favelas e favelados como ícones de pobreza estigmatizada. Segundo, “passam a ser consideradas necessárias a criação de medidas de que permitam valorizar a favela, diminuindo as distâncias existentes com o asfalto, sugerindo-a como património da cidade” (Idem, *Ibidem*: idem).

Numa das suas diversas publicações acerca das favelas, Lícia Valladares (2005: 26), uma das autoras com maior renome neste tema, explica como, a despeito das suas singularidades, a “favela e favelados foram-se tornando categorias abrangentes [...] genérico de lugar da informalidade total e da pobreza absoluta” e os seus habitantes [jovens em particular] como identidade coletiva de marginalizados e potenciais criminosos. Para além do factor “violência” associada à pobreza e ao tráfico de drogas, a favela tornou-se, graças a estes atributos falaciosos, sinónimo de exotismo, samba e carnaval (Freire-Medeiros, 2008; 2009), características que têm

atraído cada vez mais a atenção externa, particularmente de turistas. É verdade que, praticamente 120 anos depois, as favelas cariocas estendem-se por todo o cenário do Rio de Janeiro, desde a zona Norte à zona Sul da cidade (Valladares, 2005: 26) (fig. 1), muitas delas abrindo, desde a década de 90, os seus “portões invisíveis” para o visitante que, para além dos estrangeiros, também inclui os próprios cariocas.

No seguimento da análise feita na secção anterior, pode-se admitir que os diversos programas e políticas estatais de apoio às favelas integram-se dentro do contexto daquilo que Freire-Medeiros (2006) acredita ser uma tendência de valorização das mesmas e dos seus habitantes. No caso específico do Rio de Janeiro, cidade elevada ao estatuto de Património da Humanidade pela UNESCO em 2012, as favelas passam a ser vistas inclusivamente como atração turística, criando-se roteiros turísticos com visitas guiadas *morro acima*, e museus - fechados/convencionais e ao ar livre, como sejam, os museus da Maré, no Complexo de Favelas da Maré (CFM), e o Museu a Céu Aberto (MCA), do Morro da Providência (MP). (Freire-Medeiros, 2006).

A criação e implementação dos diversos projetos que seguiram a década de 1990, como o Museu de Favela (MUF) e o Projeto Turismo no Museu de Favela (TURISMUF), ambos com intuito de promover o potencial turístico das favelas e reafirmar a identidade coletiva dos seus habitantes, também ilustram, segundo Moraes (2010), esta valorização. Fundado em fevereiro de 2009, com a integração da população, o MUF foi implementado nas favelas Pavão, Pavãozinho e Cantagalo (fig. 1), todas favelas do Rio de Janeiro, com o objetivo de melhorar as condições de vida da população “através da valorização da memória coletiva das favelas e do seu desenvolvimento territorial” (Moraes, 2010: 108). Uma vez fundado o Museu, o TURISMUF surge como parte integrante do MUF e como extensão da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), com o objetivo de promover visitas ao museu e às respetivas comunidades. Pretendia, no fundo, fomentar a atividade económica local, apostando na formação dos habitantes na área do turismo - como guias locais - “e na elaboração de roteiros e planeamentos que incluam os habitantes” (Moraes, 2010: 110) (figs. 13, 14 e 15). Uma concretização específica resultante deste projeto foi a criação de um curso de Turismologia⁸² que permitisse capacitar a comunidade para a organização de visitas e elaboração roteiros turísticos nas favelas (Idem, *Ibidem*: idem). Com estas iniciativas, pretendeu-se, citando o Programa de Regionalização do Turismo (2007 em Moraes, 2010: 110), integrar a realidade das favelas num panorama maior de estratégias turísticas a nível nacional, ao “[...] qualificar o mercado de trabalho, diversificar a oferta turística, aumentar o consumo turístico interno e tornar o produto turístico brasileiro mais competitivo no mercado internacional”.

⁸² O curso contou com o apoio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e com a UNIRIO.

Embora tais iniciativas tenham vindo a ser bastante criticadas, principalmente no que diz respeito à verdadeira essência dos interesses governamentais nas favelas, após um cepticismo inicial⁸³ (Moraes, 2009), parece inegável o factor “valorização” da favela, não apenas enquanto território - pelas suas vistas privilegiadas sobre a cidade – como também os seus habitantes, passando a ser reconhecido o seu contributo para a construção da história do Rio de Janeiro e para a configuração do espaço urbano atual da cidade – referido em secções anteriores - (Freire-Medeiros, 2006; Menezes, 2009; Moraes, 2009). Contudo, e aceitando tais contribuições e valorizações, a questão dos interesses dos atores – entidades governamentais e comunidades locais – não pode, de forma alguma, ser desleixada, independentemente da origem de tais interesses. Isto, por um lado, porque o processo de seleção – incluindo os seus critérios e os próprios objetos selecionados -, quando não contam com a participação dos beneficiários, neste caso a população local, pode gerar, tal como foi analisado anteriormente, o não reconhecimento da população, dando origem a conflitos de interesse entre as partes (Peralta, 2000: 218). Por outro lado, serão de referir as somas exorbitantes investidas nestes projetos, que pretendem habilitar a favela de forma a tornar-se turisticamente viável. A crítica que se propõe é, com base nos argumentos de Freire-Medeiros (2006: 54), a sobreposição do turismo sobre outras prioridades, que são as verdadeiras condições de vida dos habitantes, deixadas ao descuido do Estado.

Veja-se o que acontece, do outro lado do Oceano Atlântico, com as ilhas da Cidade do Porto, em Portugal. Pretende-se olhar para a realidade das ilhas e o seu percurso histórico, e para o sentido de “habitar” a partir do passado - o que foram, o que representaram -, do presente - o que elas são, as suas vivências, a sua valorização - e, por fim, do futuro - o que podem vir a ser – analisando, no fundo, o que pretendem os diversos projetos e iniciativas em torno das mesmas, incluindo a proposta de musealização das ilhas – objetivo desta investigação - e como se poderia alcançar tais objetivos.

3.2. As Ilhas do Porto

“Isolamento e solidão, uma realidade nem sempre florida, numa ilha que se faz lar, mas de onde não se vê o mar.”

(Cunha, 2012: 1)

3.2.1. Contextualização histórica

⁸³ Abordar-se-à este assunto no capítulo seguinte.

Na cidade do Porto, o problema da habitação para as populações mais carenciadas não é inteiramente recente e tem sido persistente (Pimenta et al., 2001: 5). Na literatura existente, o problema aparece muitas vezes ligado ao aumento populacional presenciado na segunda metade do século XIX, associado ao êxodo rural e ao processo de industrialização da cidade (Matos e Rodrigues, 2009: 34). De facto, pouco menos de cem anos depois, não é fácil perceber a agitação que se vivia numa cidade industrial como o Porto, mergulhada, desde o início do século XIX, numa “pequena” revolução industrial. Esta última, que se deu sobretudo no sector têxtil, foi responsável pela atração de grandes massas populacionais do interior para trabalhar nas fábricas, situadas dentro do então perímetro urbano do Porto (fig. 16). Fala-se de um período de expansão da cidade, de crescimento demográfico (mais de 120% entre 1864 e 1911) e de industrialização (Cunha, 2012: 10). Um período em que a cidade do Porto passa a constituir uma verdadeira promessa e oportunidade de uma vida melhor (Cunha, 2012).

A finais do século XVIII, as muralhas Fernandinas tornam-se obsoletas, originando uma maior disponibilidade de solos a preços baixos. Inicia-se então uma grande procura por habitações a preços baixos numa cidade sobrelotada, que vem fazer frente a uma reduzida oferta de alojamento mais acessível aos recém-chegados (Cunha, 2012; Matos e Rodrigues, 2009). Para além disso, estas circunstâncias acabaram por originar a construção de uma tipologia específica de habitação operária promovidas quer por industriais, quer por comerciantes, cuja lógica de produção é a maximização da renda fundiária, “através da construção de uma tipologia habitacional de traçado uniforme, de grande densidade e insalubres, as ilhas do Porto” (Matos e Rodrigues, 2009: 34).

Encaixadas nas traseiras de um portão das ruas da cidade, as ilhas constituem uma realidade presente na cidade do Porto. Apesar do seu período mais crítico de proliferação corresponder aos anos entre 1864 e 1900⁸⁴, existem indicativos de que elas existem há, pelo menos, dois séculos. Desta forma, e tal como defendem Cunha (2012) e Pereira (1996), “não se pode afirmar que as ilhas do Porto tenham surgido exclusivamente durante o período de industrialização da cidade” (Cunha, 2012: 11). Para Gaspar Martins Pereira (1996: 3), as “ilhas” do Porto “são um fenómeno bem mais antigo” sendo que a industrialização apenas tornou o crescimento deste tipo de habitações exponencial. De facto, as ilhas aparecem descritas, pela primeira vez em Portugal, em 1713 no Vocabulário Portugez e Latino, como “huma ou muytas casas juntas, que em huma cidade tem ruas ao redor de si por todas as partes” (Cunha, 2012: 11). Embora sejam, por definição, “uma unidade urbanística de construção espontânea” (Seixas, 1997: 107), arquitectónicamente, as “ilhas” do Porto apresentam desenhos diversos, baseados em

⁸⁴ Na década de 1900, o número de “ilhas” na cidade rondava os mil, com mais de 35 mil moradores, cerca de um terço da população do Porto (Pereira, 1996: 3).

características morfo-tipológicas. Seixas (1997) e Pimenta et al. (2001: 9-12) fazem essa distinção: a existência de uma ou duas entradas; a existência ou não de portão, subdividindo-as em *logradouro* (aquelas cuja fachada para a rua é a de uma casa burguesa) e as ilhas *face à rua*; A existência de uma ou duas filas de casa (lotes); Com um corredor central ou dois corredores; e, por fim, se são térreas (rés-do-chão) ou de dois andares (superior) (fig. 17).

“Trata-se de núcleos habitacionais que na sua morfologia básica [clássica] [fig. 14] são constituídos genericamente por uma fileira extensa de 10/12 casas térreas originalmente com 16m² de área individual, dispostas ao longo de um estreito corredor perpendicular à rua de acesso, nas traseiras da casa principal [podendo este corredor chegar a uma profundidade de 100 metros].”

Pimenta et al. (2001: 9)

A localização das ilhas evidencia-se em duas fases: as que foram construídas em volta do núcleo histórico do Porto, na primeira metade do século XIX, e as que se encontravam em áreas que, na segunda metade do mesmo século, ainda não tinham-se desenvolvido – na periferia central⁸⁵ – (Anexos 8 e 9) (Cunha, 2012). Quanto à denominação, para além da sua forma mais simples – clássica – existem as ilhas “atípicas”, à qual se referem os especialistas, um tipo de ilha que foge das características clássicas (Matos e Rodrigues, 2009). Verifica-se, igualmente que as maiores concentrações situavam-se em torno das principais áreas industriais – para muitos, o seu posto de trabalho.

Do ponto de vista académico, as ilhas do Porto são frequentemente comparadas com outros casos de cidades europeias – entre eles as *back-to-back houses* em Inglaterra; *casas de viciños* em Espanha – e do mundo – *cortiços* no Brasil; *vecinidades* no México (Seixas, 1997: 103). No entanto, autores como Manuel Teixeira (1997) e Gaspar Martins Pereira (1996) consideram as ilhas como um fenómeno caracteristicamente portuense, apesar das semelhanças com outros espaços urbanos, em outros países aqui supracitados.

Efetivamente, as ilhas do Porto contêm, características bastante particulares, sendo uma delas, segundo Manuel Teixeira (1997) o facto de terem sido um tipo específico de habitação, construído para a classe trabalhadora. O autor acrescenta ainda que conjunturas específicas facilitaram o aparecimento das ilhas, uma das principais ligadas ao loteamento da propriedade definido pelos irmãos Almada⁸⁶, assim como a alteração dos contratos de enfiteuse⁸⁷, resultante da reforma do Código Civil (1867) que atribuía maior autonomia à classe burguesa, principais investidores em habitações operárias (Cunha, 2012: 21). A estas questões acrescenta-se também

⁸⁵ A periferia Central abrange, segundo o zonamento de Pimenta et al. (2001: 13): *As ‘Ilha’ do Porto: Estudo Socioeconómico*, as freguesias de Massarelos, Cedofeita, Santo Ildefonso e Bonfim.

⁸⁶ Os lotes eram definidos com 5,5 metros de frente, podendo atingir 100 metros de profundidade.

⁸⁷ Os contratos, antes renovados periodicamente, passam a ser perpétuos, o que permitiu uma autonomia total dos enfiteutas e subenfiteutas perante o senhorio direto, ao mesmo tempo que estes vão perdendo o controlo e desenvolvimento das suas propriedades (Cunha, 2012: 21).

a postura da Câmara Municipal da altura, indiferente perante a crescente construção das ilhas. Efetivamente, tratava-se de espaços temidos e marginalizados pelas elites da época, vistas como habitações “anti-higiénicas a extirpar do espaço urbano”; “um *perigo biológico* – pela ameaça patológica que representavam, entre outras epidemias de cólera e peste bubónica -, *social* – punham em perigo os “bons costumes” e a “família” pelo relato da existência de promiscuidade - e *político* – como ameaça de revoltas e mobilizações socialistas que tinham muitas vezes origem nas ilhas⁸⁸ -” (Cunha, 2012: 22). Ora, o problema da salubridade nas ilhas do Porto resulta bastante controverso. A verdade é que, apesar de assim serem acusadas, a salubridade na cidade do porto – não apenas nas ilhas - surgiu tardiamente. Enquanto que, nos restantes países europeus como a Inglaterra e França – em pleno processo de industrialização -, as medidas legislativas sobre a higiene urbana viriam a ser criadas, embora a ritmos diferentes, nas décadas de 1830 e 50 respetivamente, em Portugal, só viria a ser criada em 1901, com o Regulamento Geral de Saúde⁸⁹. No caso da cidade do Porto, é apenas em 1905 que é publicado um novo Código de Posturas Municipais, apesar dos primeiros trabalhos de sanidade terem iniciado no ano anterior (1904) (Matos, 1994: 682). Desta forma, se as ilhas não tinham salubridade, tampouco a tinha o resto da cidade (Cunha, 2012).

Apesar dos vários incentivos de expansão à cidade – traduzidos em construções de novas áreas residenciais burguesas⁹⁰ - não existia um plano coerente para o desenvolvimento da cidade durante todo o século XIX (Idem, *Ibidem*: 14). Para além disso, o Código de Posturas Municipais (1869; 1889) limitava-se a intervenções apenas nas fachadas, não abrangendo a normalização da construção para além das mesmas, o que impulsionou ainda mais o número de ilhas construídas entre as décadas de 1870 e 1880, ocultadas do resto da cidade, tal como menciona Seixas (1997: 111): “A rua, com os seus comércios e fachadas habitacionais burguesas, oculta e domina os anexos de miséria no miolo dos quarteirões onde operários inventam a sua cidade possível”.

Desta forma, a Câmara fazia valer os interesses especulativos da burguesia fundiária, cada vez mais influente, envolvendo-se num processo de renovação urbanística que nada mais fez do que acentuar o “efeito de centrifugação dos pobres” - do centro para a periferia -, também denominado de “gentrificação” (Pereira, 1996; Seixas, 1997). Contudo, apesar do objetivo dos planos fosse a erradicação das ilhas e outros tipos de habitação precária, substituindo-as por bairros sociais, as ilhas permanecem até aos dias de hoje (Matos e Rodrigues, 2009: 34). Neste contexto, ao contrário do que se verificou nos outros países da Europa, em vez de serem

⁸⁸ Como foi o caso da “Ilha Mastro” localizada na área hoje ocupado pelo Mercado do Bom Sucesso, sendo possivelmente um dos primeiros grupos de trabalhadores a assinalar a norte e condenações dos “mártires de Chicago” em 1887. Para além disso, a ilha era o seio do movimento anarco-sindicalista.

⁸⁹ O Regulamento Geral de Saúde, criado a 24 de Dezembro de 1901, instituiu um sistema de vistorias que possibilitou a expropriação e a destruição de alojamentos insalubres. Dois anos depois, promulga-se o Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas nas principais localidades do país.

⁹⁰ Destas áreas, incluíam-se as freguesias de Santo Ildefonso, Massarelos e Cedofeita.

transladadas para a periferia, muitos habitantes das ilhas continuaram a viver nas zonas centrais da cidade, reforçando a ideia de que sejam consideradas como autênticos “lugares de resistência” (Matos e Rodrigues, 2009: 33).

“[...] os acontecimentos que ocorreram na cidade do Porto, nos seus contextos específicos, aliados à conjuntura económica e à condição específica dos envolvidos no processo de construção das ilhas – desde os promotores aos habitantes – condicionaram não apenas o estabelecimento e a permanência das ilhas como principal forma de habitação da classe trabalhadora, mas também a própria forma e localização que estas assumem. É principalmente nos limitados recursos dos seus promotores e as suas condicionantes, como sociais – relações económicas e de propriedade - e mesmo culturais – como a proximidade da realidade dos trabalhadores por parte dos construtores e o uso da propriedade como meio de promoção social – que encontramos os fatores cruciais para a adoção das ilhas como habitação popular predominante”.

(Cunha, 2012: 21)

É certo que, por um lado, não se pode associar o aparecimento das ilhas do Porto apenas ao período de industrialização da cidade, da mesma forma que os processos de crescimento demográfico, de industrialização, e renovação urbanística constituem fatores históricos, espaciais, económicos e sociais que não são, na sua maioria específicos da cidade do Porto, reproduzindo-se em outros países (Seixas, 1997: 110). Por outro lado, o seu estatuto de habitação popular predominante parece ser, de facto, evidente.

3.2.2. As *Ilhas* como objeto de estudo

Embora já existam há centenas de anos, a questão da localização e levantamento das ilhas do Porto tem sido um quanto problemática. Segundo Pimenta et al. (2001: 9), a variedade de ilhas existentes constitui um dos motivos: “qualquer estudo sobre as ‘ilhas’ deve ser feito com muita prudência, visto que [...] as tipologias consideradas nem sempre são comparáveis”. Tal dificulta o mapeamento completo e detalhado das mesmas, o que traz, por sua vez, algumas limitações, como a dificuldade por parte dos investigadores em quantificarem o número de ilhas existentes atualmente, assim como a sua variação ao longo dos séculos, isto com base nos mesmos critérios (Vilarinho et al., 2015). Para além da tipologia das ilhas, estão igualmente aquelas que se encontram habitadas ou não; as ilhas camarárias – atualmente restando apenas uma - e as ilhas privadas. Desta forma, a categorização encontra-se sempre ao critério de escolha do investigador, o que torna a comparação entre os estudos ainda mais difícil (Pimenta et al., 2001: 9). A questão das ilhas privadas também se anuncia incompleta, pois a verdade é que se sabe

relativamente pouco acerca delas. Um dos pontos principais em relação às ilhas privadas diz respeito às responsabilidades, quase sempre divididas entre o senhorio ou a Câmara Municipal. Esta última, por sua vez, sublinha o carácter limitador das suas intervenções, em termos legais e financeiros, em bairros pertencentes a privados. Estas questões básicas, presentes ainda em grande parte das ilhas existentes, reforçam, a ideia de insalubridade, construída e reforçada pela literatura médica a partir da primeira metade do século XX. Por estas razões, e tal como sublinha José Ferreira⁹¹, a existência de um levantamento completo e exaustivo facilitaria o acompanhamento das mesmas a longo prazo, preenchendo então esta lacuna.

Apesar destas dificuldades, especialmente da escassa existência de estudos de levantamento das ilhas da cidade do Porto⁹², a comparação de resultados entre os mesmos indica, com base no estudo realizado em 2011 pela *Domus Social*⁹³, uma melhoria substancial a nível de localização das mesmas. Isto, segundo José Ferreira, graças ao estudo de Pimenta et al., realizado em 2001, que forneceu “boas bases” para dar seguimento ao projeto (José Ferreira, 2013 em Vilarinho et al., 2015). No estudo, os próprios números mostram que se trata de uma realidade contornável a partir de investimentos, e que a representação das ilhas como espaços sujos e insalubres não corresponde à realidade, ou pelo menos não é expressivamente manifestada pelos moradores (Cunha, 2012). Dito isto, como forma de procurar ultrapassar a questão do levantamento, a Câmara Municipal do Porto disponibilizou, na sua página de internet, um localizador de ilhas⁹⁴, a preencher pelos visitantes da página.

Evidencia-se igualmente uma diminuição do número de ilhas habitadas (1127 em 2001 para apenas 950 em 2011), entre outras razões, pela demolição de 75 ilhas camarárias, durante o primeiro mandato de Rui Rio (2001-2004), então Presidente da Câmara Municipal do Porto. Atualmente, a única ilha camarária existente é a ilha da Bela Vista, situada na rua de Don João IV, em pleno centro histórico do Porto que em 2014 beneficiou do Projeto de Reabilitação da Ilha da Bela Vista (a ser aprofundado no capítulo seguinte), que contou com o apoio da Câmara Municipal do Porto, representada, entre outros, por Rui Moreira (atual Presidente da CMP) e Manuel Pizarro (vereador da Habitação e Acção Social da CMP). Este último promete que este projeto representa um ponto de partida para arrancar com outros projetos de reabilitação. A reabilitação da Ilha da Bela Vista, apesar da ambição e boas intenções subjacentes ao projeto,

⁹¹ José Ferreira é coordenador do Gabinete de Estudos e Planeamento da Domus Social e do Gabinete de Gestão de Obras Públicas da Câmara Municipal do Porto. Ocupa o cargo há oito anos. Em 2001 coordenou o estudo intitulado “As ilhas do Porto- Estudo socioeconómico”. Para mais informação, veja-se: www.domussocial.pt.

⁹² Até agora, foram realizados apenas dois estudos oficiais, a pedido da Câmara Municipal do Porto, sendo os estudos Socioeconómicos realizados por Pimenta et al. em 2001, e, em 2011, pela Domus Social, correspondendo este último a uma atualização de dados do primeiro.

⁹³ A Domus Social está encarregue da gestão do parque de habitação a custos controlados da Câmara Municipal do Porto. Para mais informações veja-se: <http://www.domussocial.pt/noticias-domus/estudo-ilhas-do-porto-consulte-aqui>.

⁹⁴ Para mais informação, veja-se: www.domussocial.pt.

não ficou concluída a segunda fase do estudo, tal como explica José Ferreira (2013 em Vilarinho et al., 2015):

“O que mais me deixou desconfortável foi não ter implementado a segunda fase. Batemos novamente as ilhas todas e íamos fazer uma amostragem para fazer a caracterização socioeconómica que é mais trabalhosa. Não conseguimos”.

A verdade é que, mais do que uma questão socioeconómica, quer o levantamento das ilhas, quer a sua reabilitação – a ser abordada na seção seguinte – constituem verdadeiras *causas políticas*, cada vez mais envolvidas e debatidas nos programas municipais. Entre outras propostas está a de usar fundos comunitários na reabilitação das ilhas. Porém, o que muitos esquecem é a complexidade que representam, principalmente se diferenciadas entre públicas e privadas, sendo estas últimas "um assunto que pode ser tratado, mas com enorme prudência", tal como admitiu o vereador da CDU, Pedro Carvalho, alertando que “recorrer a este financiamento em propriedade privada pode colocar alguns problemas”. Renato Sampaio, deputado do PS eleito pelo Porto, explica que, no caso das ilhas privadas, "tem de ser os próprios [proprietários] privados a entrarem no projeto e a candidatar-se através de uma proposta de reabilitação" (Agência Lusa em Porto Canal⁹⁵, 2014).

Para autores como Paulo Seixas, as ilhas representam muito mais do que um modelo de habitação das classes mais carenciadas da cidade. Embora este facto não possa ser descartado, representam, segundo o autor:

“[...] um lugar de sobreposição de diversos textos e contextos, um espaço metafórico de situações sociais. A ilha é uma metáfora da migração rural-urbana, da pobreza urbana, da situação da classe trabalhadora operária ou dos serviços, mas também uma metáfora da própria cidade [...], uma metáfora da cidade moderna e do mundo industrial”

Seixas (1997: 108)

Perante este panorama, diversos são os indícios de que está a ser lançado um novo olhar sobre o fenómeno das ilhas do Porto. Muito mais do que um problema urbano, começa-se a considerá-las como um espaço social, de relações de proximidade, únicas, em pleno contexto urbano que as levam até a serem possivelmente consideradas como bem patrimonial, como estudou Cunha, 2012). Dito isto, estar-se-á a dar início a uma nova tendência perante este fenómeno? Poder-se-á considerar a hipótese de um processo de valorização das ilhas após séculos de existência? No contexto das especificidades das ilhas do Porto, e do seu contexto social, procurar-se-á

⁹⁵ Disponível em: <http://portocanal.sapo.pt/noticia/21336/> [Consultada a 13 de Julho de 2015].

esclarecer estas questões, procurando perceber-se, na secção seguinte, a ilha enquanto espaço social dinâmico, os seus aspetos mais abstratos, imateriais, que perpetuam esta forma de viver e conviver em comunidade, marcada quer pelo conjunto de relações entre os seus moradores, quer pelas respetivas trajetórias de vida individuais e familiares.

3.2.3. Além do material: as ilhas enquanto espaços vivos de identidade

Embora sejam mecanicamente associadas ao período de industrialização oitocentista da cidade, as ilhas do Porto representam, na verdade, um tipo de organização social e espacial específico. Portões a dentro, os moradores constroem relações de proximidade que se mantêm até aos dias de hoje, e que se diferenciam do resto da cidade. Nesta ótica, a insistência nos problemas de insalubridade e sobreocupação por parte da elite e do governo da época, visível em diversos discursos, incluindo académicos, fizeram negligenciar outras possibilidades de abordagem: aquela que as percebe como espaço social, vivo, de entreajuda e vizinhança (Pereira, 1996; Cunha, 2012). Nesta ótica, e recordando o seu percurso histórico, abordado anteriormente, pode-se dizer que as ilhas apresentam uma certa “flexibilidade” que se encaixa em diversas perspetivas da história do Porto, sendo elas a industrial, política (anarquista) e operária. Cunha (2012) e Pereira (1996) salientam:

“[...] as ilhas do Porto constituíram espaços de socialização e integração importantes no percurso das famílias trabalhadoras em finais do século XIX, num período crucial de industrialização, de crescimento demográfico e de transformações urbanísticas.”

(Gaspar Martins Pereira, 1996: 2)

Segundo Cunha (2012: 1), “as ilhas foram nos seus tempos primórdios, o espaço social de integração de novas populações ao contacto da cidade”. Neste contexto, se for tida em conta a realidade das ilhas e dos seus habitantes, percebe-se a importância de salientar estes espaços como lugares de resistência e sobrevivência, que acabaram por criar dinâmicas conviviais muito próprias, únicas, numa cidade em pleno processo de industrialização. Mantendo-se os níveis salariais muito baixos, os habitantes lutavam contra uma cidade que os excluía e, ao mesmo tempo, os repugnava. Para além disso, as prioridades de quem lá vivia centravam-se no pão, no sustento da família, subalternizando-se o espaço residencial, o que levava a família trabalhadora a suportar condições extremas de habitualidade (Pereira, 1996: 19). Sob estas condições, cria-se no interior dos portões da cidade, um microcosmos cultural e social, refletido num “espírito de colmeia”, segundo caracteriza Pereira (1996:5), gerador de solidariedades, formando um universo sociocultural específico e único.

De acordo com Pereira (1996: 4), estas relações de proximidade, existentes nas ilhas, tornaram-se propícias, em parte, graças à sua morfologia, tratando-se de um espaço “concha” – expressão de autoria de Paulo Seixas (2008: 263) –, fechado sobre si mesmo. Mais concretamente, a existência de uma entrada comum (um portal de acesso à rua), bem como de equipamentos de uso comum (lavadouro, retretes, entre outros), “facilitaram a formação de um espírito de comunidade, por relações de parentesco formal ou informal” (Pereira, 1996: 4). Para além do aspeto morfológico das ilhas, a especificidade das suas relações de proximidade, considerado como um dos seus pontos mais diferenciadores, resulta no facto do espaço de trabalho ser, no caso das mulheres que lá viviam, o mesmo que o espaço residencial. O período industrial do século XIX fomentou a prática de modalidades tradicionais de produção artesanal e doméstica, dedicando-se as mulheres à tecelagem, associando as relações de vicinalidade à identidade socioprofissional, ao mesmo tempo que assumem o papel de mãe, esposa, dona de casa e trabalhadora. Assim, “como lugar de sobrevivência e resistência na cidade industrial, a ilha segregou ‘identidades continuadas’, constituídas por espaços, hábitos e memórias partilhadas pelos seus habitantes” (Pereira, 1996: 19).

Se é certo que as ilhas do Porto possuem dinâmicas sociais e culturais muito específicas, visíveis no quotidiano dos seus habitantes, nas relações de proximidades, também mantêm relações sociais de privilégio, que, no seu caso concreto, acabam, segundo Cunha (2012: 28), por ser simbólicas. O estigma segregador até hoje lançado sobre as ilhas do Porto gera nos seus habitantes um certo sentimento de autoexclusão, tal como acontece em outras situações semelhantes de habitações típicas – entre outras as favelas, analisadas em capítulos anteriores. Tal como explica António Fernandes (2012: 40), mais do que económica, a segregação é também fundamentalmente simbólica, podendo ser *espontânea* – que resulta na consequência de escolhas individuais que são discriminatórias – ou *organizada* – quando a separação é intencional, sendo que esta última observa-se geralmente “à habitação popular planeada” (Cunha, 2012: 27).

Lançando um olhar mais cercano às ilhas, estas mesmas simbologias – materiais ou abstratas – são perfeitamente observáveis, no geral, por comportamentos típicos de uma “pobreza envergonhada”, que acontece quando os grupos de referência são diferentes dos grupos de pertença (Fernandes, 2012: 40) e que se reflete, no fundo, no “esforço dos moradores em não serem confundidos com moradores de bairros sociais” (Cunha, 2012: 28). Segundo Fernandes (2012: 40), esta procura de diferenciação dá-se a dois níveis: a nível *material*, e a nível *subjetivo*. Em termos materiais, torna-se visível nas próprias casas, mais especificamente, no seguimento de padrões de casas mais sofisticadas, com móveis e artigos de decoração, e nos moradores – geralmente os mais jovens –, na sua forma de vestir, procurando dissimular o estatuto de pobreza que os acompanha desde a nascença.

No que diz respeito ao nível subjetivo, o fosso é cada vez maior entre os estatutos ou “rótulos” sociais atribuídos - por “os de fora” – e o nível afetivo ou de pertença, principalmente quando os habitantes das ilhas são associados aos habitantes de bairros sociais – o que acontece com certa regularidade. A este nível, a necessidade de diferenciação surge, num primeiro momento, por um sentimento de não identificação com os moradores de bairros sociais. Nas ilhas, a realidade que se ouve e se observa diverge daquela que se conta portões afora, inclusive, por aqueles que nunca lá entraram, tal como relata Cunha (2012: 29): “O morador da ilha [...] esforça-se em mostrar-se ‘honesto e trabalhador’. [...] E o grupo como um todo preza o ‘pouco barulho’, a descrição e os bons costumes”. A autora continua, citando mais adiante as opiniões dos próprios moradores: “agente aqui é muito unida, isso aqui é muito sossegadinho. [...] Todos aqui são trabalhadores, não se admite confusão”. Da mesma forma, características como a vizinhança e a segurança são, para habitantes como Marta Augusto de 34 anos - habitante na ilha da Rua Gomes Freira - o melhor de viver numa ilha (Vilarinho et al., 2015). O mesmo se verifica na reportagem realizada pelo Jornal Regional RTV (em Cunha, 2012: 103), pela voz dos próprios moradores das ilhas, como é o caso do Sr. António Lopes: “ Quase como uma família aqui dentro, [...] a pessoa está doente, não a vê cá fora [...] vamos ver o que se passa. Porquê? Porque nós estamos unidos, esse é o problema, e é isso que nos faz querer estar sempre numa ilha”. São estas relações e dinâmicas próprias que fazem das ilhas um lugar especial de vivência, onde muitos dos seus moradores afirmam que “de lá não saem”, mesmo que as condições financeiras o permitam, ou aqueles que, por algum motivo, saíram da ilha, continuam a lá voltar e a interagir com o espaço (Cunha, 2012: 30).

Sob este panorama, a constatação das dinâmicas internas das ilhas colocam em causa um dos pressupostos existentes acerca das mesmas como perigo moral, mencionado em capítulos anteriores. Apesar de fazerem parte da mesma hierarquia social, isto é, de classes sociais mais carenciadas, os habitantes das ilhas diferenciam-se do resto dos habitantes com o mesmo nível social, sob critérios estritamente morais (Cunha 2012; Pereira, 1996). É a esta forma de segregação intencional que António Fernandes chama de “segregação organizada” (Fernandes, 2012: 40). Adicionalmente, verifica-se a existência de uma organização interna, entre outras, visível na criação de associações dos habitantes das ilhas, como é o caso da ilha da Bela Vista, que também questiona o pressuposto de que este tipo de comunidades carecem de organização e espírito crítico. Neste contexto, as associações desempenham um papel ativo na formação cultural e educativa dos seus habitantes, ajudando-os a integrarem-se nas sociedades das quais são frequentemente excluídas. Citando as palavras do professor Fernando Matos Rodrigues, (1º Seminário da Internacional Habitação Social, Anexo 1: 8), a questão da organização torna-se quase inquestionável:

“Convivíamos com uma visão extremamente relativista onde apareciam os tais fenómenos de ‘guetização’, [...] da ‘gentrificação’, e também a ideia de que estas comunidades estavam perfeitamente à margem e de que não estavam disponíveis para a participação. Na verdade não é bem isso. Na verdade visitamos arquivos e vimos que havia exatamente uma “luta urbana silenciosa”. Isto é, ao longo dos anos, [...] estes moradores foram lutando silenciosamente [...] aderiam aos projetos, às iniciativas e sabiam o que é que queriam. Começamos a ver que as pessoas estavam organizadas, as associações estavam legalizadas, tinham um plano de financiamento e tinham líderes, tinham pessoas que a representavam. Queriam resolver as humidades, [...] as questões das infiltrações, queriam tornar a ter a possibilidade de que os seus descendentes, os seus filhos ou netos pudessem voltar ao bairro, neste caso às ilhas camarárias.”

Segundo o Rodrigues (Idem, Ibidem), começa-se então a construir todo um conjunto de estratégias de forma a “deslocar todo um conjunto de conceitos e fundamentações para a valorização dessas comunidades”. Neste contexto, parece haver claramente, tanto a nível académico como a nível político e social, uma tendência de atribuição de valor às ilhas e aos seus habitantes. Isto, através da existência e criação de vários projetos em torno da habitação social, com vista a integrá-los no cenário urbano da cidade, combatendo assim o seu isolamento e estigmatização. Assim sendo, associado ao tema da exclusão social, das especificidades das ilhas e do valor histórico sociocultural que elas representam, o próximo capítulo, procura explorar um pouco mais os processos de valorização, desde as favelas às ilhas, marcadas por um “novo olhar” lançado sobre estas realidades e que trairá consigo consequências diversas.

IV. Os processos de valorização: Um novo olhar sobre a segregação

“Reciclar o olhar é mudar o foco ruim da adversidade para o foco da consciência feliz de ser mais humano”
(Sérgio Cezar em O Flaneur Friburgense⁹⁶, 2013)

O acompanhamento do percurso histórico das favelas e das ilhas demonstra que constituem, de facto, uma realidade da cidade à qual pertencem, ligadas, do ponto de vista histórico-urbanístico, à expansão das suas respetivas cidades e por isso tornam-se dignas de serem reconhecidas e valorizadas (Cunha, 2012: 3). No contexto deste reconhecimento e/ou valorização das favelas, por um lado, e das ilhas, do outro, este capítulo procura analisar até que ponto estas realidades confirmam o que Valladares (2000: 6) referiu como “a sua importância

⁹⁶ Yasminnasri (2013). “O Abrigo e o Terreno” [Online] Disponível em <https://oflaneurfriburguense.wordpress.com/> [Consultado a 10 de Agosto de 2015].

crescente no imaginário social, no discurso *savant*⁹⁷ e na prática urbana”. O intuito é conhecer um pouco melhor o processo de valorização de ambas as realidades através da análise dos diversos projectos criados, a sua implementação e impactos sobre a população local e a sociedade em geral.

4.1. Favelas enquanto património: o caso de dois museus

No que diz respeito ao percurso histórico das favelas, este permitiu compreender melhor a sua conjuntura atual, quer enquanto termo, quer enquanto território, assim como todo o estigma que lhe é – juntamente com os seus habitantes – associado. Curiosamente ou não, as favelas passaram de “no-go zones” para verdadeiros destinos turísticos, e, no caso do Rio de Janeiro, são, inclusivamente Património da Humanidade. Desta forma, a perspetiva de abordagem que aqui se propõe é de como é que a favela torna-se património, através da análise dos processos de criação e implementação de dois museus, inseridos no contexto do alargamento da noção de património e de museu. O conceito de “novo património” e “nova museologia” ganhando novas percepções e afastando-se das suas definições mais tradicionais: o Museu a Céu Aberto (Morro da Providência) e o Museu da Maré (Complexo de Favelas da Maré), as suas implicações para os habitantes e para os de fora e os interesses em jogo.

4.1.1. O Museu a Céu Aberto do Morro da Providência

Valendo-se da importância por ser a mais antiga favela da cidade, e por possuir construções de histórico reconhecido, o Morro da Providência (fig.1) recebeu o estatuto de museu: o Museu a Céu Aberto do Morro da Providência. O projecto de criação surge no contexto do *Favela-Bairro*⁹⁸ e do *Projeto Célula Urbana*, como parte da revitalização da área portuária do Rio. Para além do museu, a área em questão inclui outros pontos de especial interesse turístico como a Cidade do Samba e a Vila Olímpica da Gamboa (Freire-Medeiros, 2006: 52). A iniciativa consistia, em grande parte, na construção e melhoria de redes sanitárias e recuperação de vários pontos históricos. O objetivo era o de viabilizar um roteiro turístico que estabeleceu a localidade como Património da Humanidade, unindo a favela ao turismo e vice-versa, e que parece reunir as condições necessárias para ser considerado como museu. Entre elas, destacam-se os locais de sociabilidade da favela e edificações sacras, como a igreja de Nossa Senhora da Penha; os locais

⁹⁷ Palavra francesa que, em português, significa sábio. No contexto da frase, a autora refere-se ao discurso intelectual e académico. Tradução própria.

⁹⁸ Abordado no capítulo anterior.

com certa importância histórica, entre outros a escola de samba Vizinha Faladeira; e, claro, as vistas privilegiadas da cidade, quase todos eles pontos que constituem o roteiro turístico⁹⁹.

Ao tentar estabelecer a relação entre a classificação recente da favela como patrimônio e o interesse e papel do Estado neste processo, pode-se, eventualmente, afirmar, em defesa às entidades estatais, que o MCA representa uma aposta na capacidade da Providência em apresentar duas características opostas: o generalizável, como “genérico de origem das favelas cariocas”; e o contraste visual que estabelece com o asfalto (SECS, 2003: 40 em Freire-Medeiros, 2006: 53). A própria Secretaria Especial de Comunicação Social (SECS) da Prefeitura do Rio de Janeiro salienta o facto de, contrariamente a outras favelas, o MCA ser promovido pelo poder público. Neste contexto, a elevação da favela ao estatuto de patrimônio permitiu, de certa forma, a promoção do papel do governo na procura em demonstrar que a favela carioca é parte integrante da cidade, e que representa “uma área de especial interesse social” (Idem, *Ibidem*: 53).

Ora é precisamente o interesse e envolvimento por parte do Estado que gerou (e continua a gerar) muitas críticas, tanto no meio académico como no meio político e social. Ao enfatizar os aspectos-chave na análise do interesse na intervenção do Estado na criação do MCA, Freire-Medeiros (2006: 52) faz referência, entre outros aspetos, às somas exorbitantes investidas em projetos que pretendiam habilitar a favela de forma a tornar-se turisticamente viável. A crítica que se propõe é a sobreposição do turismo sobre outras prioridades que são as verdadeiras condições de vida dos habitantes, deixadas ao descuido do Estado. Neste contexto, o próprio roteiro em si – desde o processo de seleção dos pontos turísticos até à sua implementação – revela certas discrepâncias, o que poderia, por si só, ser alvo de interrogação. Surgem estratégias de visibilidade que organizam a exposição das edificações e artefactos, e que direcionam o olhar do turista para objetos previamente selecionados, dando origem a uma hierarquização das atrações, entre outras, as casas dos habitantes, ignorando aquelas que não são – baseado em critérios externos – consideradas como potencial turístico.

Ao abordar o caso do MCA, torna necessário relembrar o conceito universal de museu a céu aberto como “formas híbridas que misturam características dos museus convencionais com espaços abertos” (Freire-Medeiros, 2006: 54). Assim, a paisagem substitui a galeria, onde, ao invés de monumentos estáticos, o visitante pode apreciar e interagir com os habitantes, a cultura e a língua, fazendo estes parte do museu. Isto para demonstrar que, por um lado, problematiza as ideias tradicionais de distinção entre o passado e presente, público e privado, e “amplia o repertório de atribuição de valor no campo cultural (Idem, *Ibidem*: 54).

⁹⁹ Para mais informações acerca do roteiro, veja-se em www.favelatememoria.com.br.

Na mesma linha de pensamento, está o facto dos museus ao ar livre correrem o risco de serem promovidos como “significantes de eventos passados”, tal como alerta Freire-Medeiros (2006: 54). Ao associar tal facto ao Museu ao Ar Livre do Morro da Providência, a autora alerta para a possibilidade de um “congelamento no tempo” das casas que representem culturas primitivas, impedindo a evolução da própria cultura nas favelas. Admite, ao mesmo tempo, que tal facto pode implicar a desapropriação das casas para servirem de exemplo de habitação típica da favela:

“No caso da Providência, o museu corre justamente o risco de promover a favela, sua paisagem, arquitetura, objetos e moradores, não tanto como entidades complexas no presente, mas como significantes de eventos passados.”

(Freire-Medeiros, 2006: 54)

Apesar das visitas turísticas às favelas já existirem há algum tempo, o fluxo turístico no Morro da Providência só veio a aumentar significativamente depois da elevação da favela a património. No entanto, a falta de explicação por parte dos responsáveis do museu aos habitantes sobre o que é, de facto, um Museu a Céu Aberto e quais os critérios utilizados na seleção dos pontos a visitar, leva a concluir que o projeto, tal como refere Freire-Medeiros (2006: 54) foi implementado de cima para baixo”, sem qualquer diálogo e participação da população no processo de implementação do projeto. Ao mesmo tempo, foram criados pelo Estado e ONGs programas de formação que pudessem permitir aos habitantes, especialmente jovens, exercer o papel de gestores do museu, o que origina dois objetivos bastante controversos. Por um lado, o poder público, neste caso a Prefeitura, busca promover a sua própria imagem através da implementação de um museu “inclusivo e democrático, guardião da memória da favela [...] e que representa [...] a memória da cidade” (Freire-Medeiros, 2006: 55). Por outro lado, os habitantes que, contrariamente aos objetivos políticos, procuram, através das visitas guiadas, demonstrar o melhor da história da cidade, assim como as tensões e disputas entre ambas as partes, procurando destacar o papel negligente do Estado para com a favela. Neste contexto, pode-se afirmar que, se a procura em tornar o museu, de facto, no guardião da favela e da cidade, pode ser possível a nível de discurso, na prática não é o caso. Se era de esperar que a presença dos turistas no local ajudasse a conter a criminalidade, a verdade é que essa presença não se viabiliza justamente porque faltam condições de segurança, em grande parte, pelo narcotráfico e pela polícia.

4.1.2. O Museu da Maré

Tal como a Providência, o Complexo de Favelas da Maré (CFM) também desenvolveu-se em torno de uma antiga região portuária, constituindo atualmente um conjunto de dezasseis comunidades. Não obstante, ao contrário de muitas outras favelas, a Maré não surgiu com as migrações maciças das populações do interior. Devido à sua localização na Bahia de Guanabara, formada por praias que lhe inspiraram a alcunha, consistia um ótimo local para os pescadores que, no século XIX, construíram as suas primeiras vivendas. Na mesma região também estava situado o Porto de Inhaúma, construído na altura do Brasil colonial que, apesar do papel económico fundamental que desempenhava para os subúrbios da cidade, acabou por desaparecer a princípios do século XX (Chagas e Abreu, 2008: 103). Comparada, nos anos 1990, a um campo de guerra, devido às frequentes disputas entre criminosos, o perfil urbano do CFM começa a esboçar-se nos anos 1940, com a abertura da avenida Brasil (Freire-Medeiros, 2006: 56). Contudo, é na década de 1970 que a favela atinge o seu pico de crescimento, com a chegada das populações removidas de outras favelas “[...] e avança em direção ao mar com as suas palafitas¹⁰⁰, “símbolo da miséria nacional” (CEASM, 2006 em Freire-Medeiros, 2006: 56). Apesar de levarem uma vida muito difícil, os imigrantes trouxeram com eles uma variedade de tradições “de sons, ritmos e crenças, [...] festas [...]” (Chagas e Abreu, 2008: 104) que acabaria por fazer parte da cultura da Maré. Após o reconhecimento da Maré como bairro popular em 1988, alguns jovens habitantes fundaram o Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM), uma associação sem fins lucrativos, que tem por objetivo “mudar a história da Maré e criar uma rede de solidariedade” (Chagas e Abeu, 2008: 105). Aos poucos, foram surgindo outros projetos baseados na cultura, educação e memória, tais como o Corpo de Dança da Maré, o jornal *O Cidadão*, o Grupo Maré de Histórias e a Rede Memória da Maré (Idem, *Ibidem*, idem).

É no contexto de criação de projetos que visam a salvaguarda da memória das favelas que surge o Museu da Maré¹⁰¹, inaugurado em 2006 numa antiga fábrica de transportes marítimos, onde recebeu protagonismo nos principais jornais do Rio de Janeiro, pela presença do então Ministro da Cultura, Gilberto Gil. Segundo explicam Chagas e Abreu (2008: 99), o museu apresenta um carácter inovador, por tratar-se do primeiro museu criado para contar a história dos próprios habitantes - construído e administrado por eles -, e desafiante, ao trazer consigo uma mudança no quadro dos museus brasileiros, tradicionalmente concebidos como “exposições de

¹⁰⁰ Por tratar-se de uma região coberta de água, foram construídas “pequenas casas de madeira suportadas sobre estacas” dando origem a uma “comunidade sobre as águas” (Chagas e Abreu, 2008: 104).

¹⁰¹ O museu conta com o apoio do Ministério da Cultura, por intermédio do Departamento de Museus e Centros Culturais do Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional e da Secretaria de Programas e Projetos Culturais (Chagas e Abreu, 2008: 100).

monumentos sumptuosos e outros objetos de luxo voltados para as elites económicas”. Trata-se de uma iniciativa que tem como principal objetivo a criação de um conjunto de ações que permitam suscitar, a diferentes níveis sociais, a “vontade de memória, [...] de património e [...] museu” (Idem, *Ibidem*: 100). Uma iniciativa onde habitantes do CFM exercem o direito à memória e à escrita da história, através da construção de narrativas que focam o ponto de vista dos próprios habitantes, das diferentes comunidades. Para estes, o desvendar, hoje, das lembranças dos mais antigos e dos mais jovens surge como uma ferramenta que permite criar uma coesão entre os habitantes através de “relações novas e saudáveis, numa região transtornada pela violência e esquecimento do poder público” (Chagas e Abreu, 2008: 106).

Por estas razões, o Museu tornou-se, atualmente, num dos principais objetos de estudo sobre a memória e história das favelas, como forma de lutar contra ideias pré-concebidas em relação aos museus - como sendo apenas de interesse das elites económicas - e às favelas brasileiras. No que diz respeito a estas últimas, à semelhança do MCA, o museu procura desafiar a percepção e interpretação das mesmas como “anti-cidades”, associadas à violência, miséria e à degradação social (Cantarino, 2006, em Freire-Medeiros, 2006: 57). Da mesma forma, ao expor temas tanto locais como universais – ao procurar Rio de Janeiro no geral -, o Museu da Maré apresenta-se, segundo Chagas e Abreu (2008: 102), “como um museu universal, sem deixar de ter em conta a sua dimensão nacional e regional, e as suas diferentes localidades”. Desta forma, o Museu da Maré ultrapassa as fronteiras de espaço e geográficas, e histórico-temporais, tratando-se de um museu que, na sua totalidade, representa a vida social de uma comunidade que “rompe com a lógica de um gueto” (Chagas e Abreu, 2008: 102), mostrando que existe, sempre, uma “outra” faceta de uma mesma realidade.

4.1.3. Tutelas e interesses em conflito

Dentro do panorama do surgimento dos conceitos de “novo património” e “nova museologia” referidos anteriormente, a ideia de favela enquanto património tem levantado inúmeros debates, não só na forma como ela se encaixaria nestes conceitos, como também em relação às suas tutelas e respetivos interesses e ligações políticas. Assim sendo, a ideia de abordar a questão dos interesses dos agentes em relação ao processo de patrimonialização dos museus nas favelas do Rio é descrita por Appadurai e Breckenridge (2007: 14, em Menezes, 2009: 2): “o património é cada vez mais um assunto profundamente político, no qual as localidades e os Estados estão frequentemente em de acordo, e que os museus estão no meio dessa tempestade específica, cabendo ressaltar:

“Neste processo de patrimonialização, os museus têm tido uma influência considerável, uma vez que quase sempre têm sido entendidos [...] como repositórios de objectos considerados tão importantes que merecem salvaguarda. Muitas vezes, a decisão do que deve ser preservado e do que não merece tal

atenção não dependeu diretamente dos museus; por vezes a política nacional relativa ao património, vertida na lei, orientou, restringiu e definiu o que os museus deviam, e não deviam, manter. Ainda assim, coube sempre aos museus uma parcela de autonomia

Lira (1999)¹⁰²

No Morro da Providência, o processo de patrimonialização – incluindo o desenho do roteiro turístico - foi realizado pela Prefeitura do Rio, estando, desta forma, a gestão do mesmo centralizada no poder público, através da seleção e restauração dos diferentes pontos da favela considerados como “atrativos” (Menezes, 2009, p. 11) para serem expostos ao público, sem qualquer envolvimento dos moradores. Porém, o património representado no museu não foi reconhecido junto da população, onde foi acusado de ter sido instituído de “cima para baixo” (Freire-Medeiros, 2006, p. 54). Neste caso, parece que, enquanto os turistas são deslumbrados pelas visitas ao museu, morro acima, os habitantes vão perdendo o direito à memória, vendo as suas favelas tornarem-se num ponto turístico, “num museu de favela para gringo [estrangeiros] ver e não para os próprios moradores vivenciarem” (Menezes, 2009: 19). No caso da Maré, o museu surgiu por iniciativa dos próprios habitantes, organizados à volta do CEASM, sendo eles quem selecionam, gerem e preservam o seu próprio património. Nele, onde são contados quase 70 anos de história em fotografias, objetos e documentos, as doações são feitas pelos próprios habitantes, onde é dada preferência aos objetos que têm mais de 30 e 40 anos, por serem considerados mais históricos. Não obstante, a participação das comunidades locais na apropriação do seu património também gerou alguma polémica em relação à legitimação do museu e do património nele representado, tal como o fez Heidegger (2001 em Freire-Medeiros, 2006: 58). O autor refere-se, mais concretamente, à relação entre objetos, historicidade e tempo, criticando o facto de, nos museus em causa, estes utensílios serem considerados históricos. Em contrapartida, Freire-Medeiros (2006: 58) defende o argumento de que estes museus, e principalmente o Museu da Maré, se devidamente contextualizados, os utensílios doados se convertem em documentos, porque são longos no tempo, frágeis e deteriorados. Porém, segundo Heidegger [2001], tais objetos não poderiam ser considerados históricos por não terem um carácter especificamente passado. A resposta está precisamente no tempo e no uso dado a esses mesmos objetos. Para os moradores, que constroem os seus próprios percursos e não os percursos oficiais do museu, os objetos expostos representam lembranças da sua própria história, interpretadas de diversas formas.

Assim, comparando os processos de patrimonialização nos dois museus, percebe-se a diferença e complexidade na dinâmica entre os dois atores: a *Prefeitura* [instituições externas] vs. a *População*. Para além destes dois atores – frequentemente mencionados a nível académico –

¹⁰² Palestra proferida pelo Professor Sérgio Lira, a convite da Exm^a. Directora do Museu de Alberto Sampaio (Guimarães), intitulada “Políticas museológicas e definição do conceito de Património: Da norma legislativa à prática dos museus”, integrada no Encontro de História Local que ocorreu no dia 16 de Abril de 1999. Para mais informações veja-se em <http://www2.ufp.pt/~slira/Artigos.htm>.

esta investigação pretende acrescentar um terceiro ator: o *turista*, como apreciador externo. Entre outros motivos, o acréscimo que aqui se propõe deve-se ao facto do sector turístico representar um elemento com cada vez mais peso na seleção dos bens culturais a serem preservados, pela capacidade de atrair, por ano, uma quantidade enorme de turistas para esses locais. Da mesma forma, o facto de o Museu a Céu Aberto ter sido criado, em parte, para se tornar num atrativo turístico, acaba por confirmar tal peso de decisão.

Apesar de terem passado por processos de patrimonialização distintos - não só pela origem da iniciativa de cada museu, que acabou por determinar a quem cabe a escolha do que deve ser preservado e de que forma, como pelo grau de reconhecimento desse património, junto da população - ambos os museus foram criados com o mesmo propósito: valorizar a memória da favela como parte da cidade e redefinir a sua interpretação, rompendo com a percepção errónea das mesmas como “anti-cidades” (Freire-Medeiros, 2006: 58). Da mesma forma, apesar de passarem por processos de musealização distintos, parece estabelecer-se uma ligação entre ambos, tal como o faz Freire-Medeiros (2006). Por um lado, o MCA, que precisa do envolvimento e colaboração dos seus habitantes, incluindo traficantes, para se tornar, de facto, um museu ao ar livre. Por outro lado, o Museu da Maré depende dos contactos com agentes externos estabelecidos pelo CEASM. Neste caso, os museus, apesar de definidos como entidades neutras, precisam de uma articulação entre a comunidade, no reconhecimento do museu como património, e as entidades públicas para a sua envergadura (Freire-Medeiros, 2006: 57). De facto, foi graças à presença do ministro da cultura, Gilberto Gil na sua inauguração, que o Museu da Maré alcançou visibilidade nacional, passando a ser, ao contrario do Morro da Providência, “o primeiro museu instalado numa favela brasileira” (Idem, *Ibidem*, idem).

4.2. A “exteriorização da cidade escondida”: o caso das Ilhas do Porto

Se antes as ilhas - e os seus habitantes - eram apresentadas como simples vítimas de desigualdade e de um futuro incerto, hoje, assiste-se a uma mudança de discurso que pode ter consequências diretas, a médio prazo, na visão da cidade do Porto em relação às ilhas e os seus habitantes, e, da mesma forma, na percepção que estes têm de si e dos seus espaços de habitação. Existe, em alguns casos, um verdadeiro esforço de desestigmatização destas pessoas e das suas realidades. Perante este panorama, o objetivo aqui consiste em contextualizar a situação das ilhas hoje, na sua necessidade de intervenção dentro de um movimento mais amplo, a nível da cidade do Porto, de valorização e integração das mesmas no cenário urbano da cidade – historicamente e em relação ao presente. Tal como se analisou em capítulos anteriores, inúmeros foram os esforços e tentativas de “afastar” os habitantes das ilhas do centro urbano, sendo o PMCP de 1956 um dos mais marcantes no que diz respeito ao início do processo de

expulsão das classes populares do centro do Porto (Matos e Rodrigues, 2009). Atualmente, apesar de boa parte encontrar-se fora do perímetro delimitado pelas ações da câmara, as ilhas são autênticos espaços vivos, verdadeiros “arquipélagos” dentro dos limites de intervenção da SRU (Sociedade de Reabilitação Urbana) *Porto Vivo*, encarregue hoje da reabilitação e revitalização social e urbana da baixa (Cunha, 2012: 50).

4.2.1. Programas e políticas de valorização e revitalização do Porto e Ilhas

Se hoje a luta pela valorização e revitalização das ilhas ganhou tanto terreno, tal deve-se, em grande parte, às intervenções realizadas através de diversos projetos e programas de natureza diversa – desde habitacionais até animações socioculturais - que deram prioridade a um habitar mais digno, muitos deles sobre o lema do Direito à Cidade. Uma cidade construída e estruturada com base na diferença. Alguns programas devem ser aqui invocados:

➤ CRUARB:

É durante o período revolucionário de 25 de Abril de 1974 que surgem as primeiras iniciativas sistemáticas de reabilitação da baixa portuense, com a criação do Comissariado para a Revolução Urbana da Área da Ribeira-Barredo (CRUARB). Como uma contraproposta aos principais desígnios do Plano Diretor de 1962, o CRUARB passa a assegurar a defesa da residência das classes populares no centro histórico e a recuperação do vasto património histórico, cultural e edificado desta área da cidade (Idem, *Ibidem*, idem). Neste sentido, foram criadas políticas de reenquadramento social de forma a permitir, no Centro Histórico, a fixação das famílias ao seu bairro e à sua rua de origem, sublinhando-se aqui o aspeto humano – de relações de proximidade - a ser valorizado, para além do material, segundo o próprio CRUARB:

“Tratando-se de manter a cidade viva, é da reabilitação mesma das pessoas que tem que cuidar-se, para que as características globais de um património continuem asseguradas. [...] As gentes que dão sentido às próprias características dos espaços da cidade, e que com eles se identificam, garantem a interação fundamental para que o património físico continue sendo destes habitantes (e) da cidade – e não uma área transfigurada [...] [que passa] a ser apreciada sob pontos de vista exógenos e com finalidades externas ao meio social”

(CRUARB, 2000: 20 em Cunha, 2012: 51)

Apesar disto, o CRUARB vê limitados os seus recursos e, portanto, o alcance da sua intervenção, tornando-se incapaz de evitar a tendência progressiva de esvaziamento e degradação do centro histórico. Os anos que seguiram ao período revolucionário (anos 80) testemunharam um retrocesso tanto em relação às políticas de habitação quanto de reabilitação

urbana no centro do Porto, e, com ele, o aprofundamento do processo de supressão da função residencial na área central da cidade (Cunha, 2012: 52).

➤ **O Projeto S.A.A.L.:**

Ainda no contexto do período revolucionário do 25 de Abril ocorre, em termos de habitação, um aumento da preocupação com a inserção social. Acrescenta-se, também, a questão da ampliação das desigualdades em relação à ocupação urbana e as suas consequências a nível de segregação das classes mais baixas (Idem, *Ibidem*). Nesta altura institui-se o SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local), iniciado a 4 de Agosto de 1974 pelo Fundo Fomento da Habitação, que tinha como principal objetivo a reabilitação das áreas degradadas. O projeto não passou despercebido, antes pelo contrário, revolucionou antigos padrões de ação, propondo uns totalmente novos, para além de contar com a participação das populações em primeiro plano, a quem cabia a responsabilidade da apropriação e recuperação das zonas degradadas (Zapatel, 2012: 4).

Sob uma política de desenvolvimento social, e tendo como base o princípio do Direito à Cidade, o programa introduziu ruturas a diversos níveis. Para além da interligação do direito à habitação e do direito à cidade, a imprescindibilidade do programa reside também na inovação das intervenções estatais, articuladas com o tecido social e no seu contributo para a melhoria das condições de vida das populações de baixa renda. Passa a incluir as relações sociais de vizinhança, a coabitação das pessoas com o espaço, os serviços sociais e não apenas a simples ocupação do espaço (Granja, 2014, conferência dia 10 de Abril de 2014, Anexo 1: 1). Assim, para além do *direito ao habitar*, Direito à Cidade de Louis Lefébvre (1968) implica, também, o direito à *participação* – o direito e vontade do beneficiário em intervir no projecto/edifício onde ele vai habitar; à *apropriação* - do tempo, do espaço, do corpo. No fundo, a forma como o beneficiário vai usar ou tomar posse desse edifício, tal como explica Teresa Mora (CICS-U. Minho) (2014, conferência dia 10 de Abril de 2014, Anexo 1: 7).

Com ele, abriram-se novas perspetivas de emprego, baseado num processo participativo entre técnicos e habitantes, variando as suas intervenções desde o conhecido Bairro da Bouça (1973-1976) e São Vitor (1974-1977) (Zapatel, 2012: 2). No entanto, apesar de ter surgido durante o processo revolucionário, o SAAL coexistia com órgãos de poder local ainda incutidos dos antigos processos do regime autoritário. Assim, as práticas, estruturas e ideologias administrativas autoritárias tradicionais foram mantidas quase intactas, inviabilizando o projeto (Cunha, 2012: 52).

➤ **Do Porto Património ao Porto 2001:**

A função residencial na área central da cidade só é recuperada no contexto da elevação do centro histórico do Porto ao estatuto de Património Mundial da Humanidade pela

UNESCO em 1994, onde o espaço urbano passa a ser mercantilizado. Beneficiando de tal estatuto – que acaba por funcionar como certificado de qualidade –, a cidade lança-se no mercado junto dos seus competidores com uma imagem revitalizada, tal como explica Queirós (n.d.): 94 em Cunha, 2012: 53):

“Todos os olhares incidem sobre a promoção da internacionalização e na difusão de um novo discurso e de uma nova iconografia capazes de veicularem uma imagem do Porto como centro turístico e cultural de excelência. Assim, a reabilitação urbana é mais um elemento neste processo, no quadro de uma estratégia alargada de reforço da atractividade e da competitividade da cidade.”

Sete anos depois, o Porto 2001 surge no contexto da eleição da cidade como Capital Europeia da Cultura, juntamente com a cidade de Roterdão, com o objetivo de implementar uma nova dinâmica cultural na cidade. O intuito era propagar, a longo prazo, diversas marcas, nos espaços renovados, nas ruas, nos equipamentos culturais conquistados para a cidade, com destaque para a Casa da Música, entre outros, no sentido de melhorar a qualidade de vida de quem habita ou trabalha no Porto e na região e que contribuam para o posicionamento da cidade no roteiro das cidades europeias e da cultura que valam a pena visitar (Cidade do Porto, 2014).

Mais de 10 anos mais tarde, as iniciativas ficaram aquém das expectativas. Segundo o Público, a cidade “ganhou equipamentos emblemáticos como a Casa da Música, mas a dinâmica cultural criada regrediu e ficou quase restrita às estruturas financiadas pelo Estado” (Público, 2011). O Vereador da Cultura da CMP, Marcelo Mendes Pinto, em 2011, acusou a programação do Porto 2001 de ser “demasiado elitista” apelando para a necessidade de “estimular a cultura popular e daí fazer a ponte para a cultura erudita” (Idem, *Ibidem*)¹⁰³.

Entre as propostas apresentadas, que vão desde a abertura do Teatro Municipal Rivoli às iniciativas de privados, até encontrar uma solução para o Cinema Batalha, que poderia passar por ceder a exploração do edifício “à equipa que faz o Fantasporto”, destaca-se a de avançar com o Museu da Cidade. Apesar de referir-se ao projeto como “uma nova ideia de museu que está a nascer”, a ideia de criar um museu polinuclear data, pelo menos, da gestão de Paulo Vallada (1982 – 1985), então presidente da CMP, nos anos 80. Para além dos vários pólos já previstos para este museu, Mendes Pinto pretendia ainda, citando o texto do Público, acrescentar “a criação do museu do brinquedo, que também integraria coleções de privados e o espólio do desactivado Museu de Etnografia”¹⁰⁴. Mostra-se ainda disposto a avançar com o plano

¹⁰³ Trata-se do discurso realizado pelo autarca num debate sobre a cultura no Porto pós-2001 organizado pela Escola das Artes da Universidade Católica Marmelo, Marcelo (2011). “Porto 2001 mexeu mas pouco.” *Público* [Online]. Disponível em <http://www.publico.pt/local/noticia/porto-2001-mexeu-mas-pouco-1474321> [Consultado a 08 de Julho de 2015].

¹⁰⁴ O Museu de Etnografia do Porto encontra-se encerrado ao público desde 1992. O motivo, pouco conhecido, pode estar relacionado com a transferência de várias peças do seu espólio para outros museus.

de Siza Vieira para a Avenida da Ponte, onde poderia vir a situar-se o futuro núcleo central do referido Museu da Cidade” (Idem, *Ibidem*). A verdade é que, apesar do otimismo e entusiasmo que emanavam os diversos projetos de natureza similar, muitos deles nunca chegaram a “sair da gaveta”, tampouco do papel.

➤ **SRU Porto Vivo:**

O surgimento da SRU (Sociedade de Reabilitação Urbana) Porto Vivo, durante o mandato de Rui Rio (2001-2013), representa aquilo que é uma terceira geração de políticas de reabilitação para a cidade do Porto. Queirós ((n.d.): 105 em Cunha, 2012: 55) afirma tratar-se de uma sociedade onde ganham destaque fenómenos como as grandes operações de reconversão urbanística e de requalificação do património edificado, o turismo – “como forças intrínsecas à cidade”, a promoção de negócios e atividades de elevado valor acrescentado e, por fim, a gentrificação (Porto Vivo, 2015)¹⁰⁵. Isto porque é expectativa da própria Câmara Municipal conseguir, com estas intervenções, “[...] a recomposição social e revitalização económica e cultural das zonas centrais onde as ‘ilhas’ se localizam. Uma composição social etária plural favorece uma cidade mais viva e equilibrada, capaz de esbater as polarizações sociais e espaciais hoje existentes”. Assim, fazendo-se valer uma forte componente política que, ao mesmo tempo, promove abertamente a gentrificação, o tema das ilhas e da habitação social no Porto carece, até ao momento, de um consenso entre as partes envolvidas, por um lado, e entre as próprias entidades públicas, por outro (Cunha, 2012). A rutura com os programas precedentes de reabilitação da área central da cidade é, no Porto, manifesta.

➤ **Laboratório de Habitação Básica (LAHB) Social:**

Atuando em parceria com o Instituto Superior de Serviço Social do Porto (ISSSP) e aprovado pelo Executivo Municipal, o LAHB Social visa a promoção e o desenvolvimento de programas e projetos para Ilhas e Bairros populares da cidade, retomando o conceito de Direito à Cidade, assim como o intuito de contrariar a expulsão das classes populares do centro da cidade e obstar às tentativas de desestruturação dos seus modos de vida. Todos estes constituindo aspetos muito presentes no SAAL, projecto com o qual o LAHB Social é muitas vezes associado (Agência Lusa, 2014)¹⁰⁶. Assim, sem deixar de reconhecer os contributos e avanços que implicaram os projetos anteriores e atribuindo-lhes a sua devida importância, o LAHB Social representa a geração mais recente de programas de atribuição de valor às ilhas. As suas diversas ações e atividades levadas a cabo até à atualidade - sendo de grande destaque o trabalho de reabilitação desenvolvido na Ilha da Bela Vista, última (única) ilha camarária do Porto - exemplificam, de

Para mais informações, veja-se em <http://cyberdemocracia.blogspot.pt/2011/02/que-e-feito-do-museu-de-etnografia-do.html>.

¹⁰⁵ Porto Vivo – Sociedade de Reabilitação Urbana (2015) [Online] Disponível em <http://www.portovivosru.pt/pt/porto-vivo-sru/missao-e-estrategia> [Consultado a 12 de Julho de 2015].

¹⁰⁶ Agência Lusa (2014). “Câmara do Porto cria Laboratório de Habitação para reabilitar ilhas da cidade.” [Online] Disponível em <http://portocanal.sapo.pt/noticia/24481/> [Consultado a 10 de Setembro de 2015].

forma muito concreta, a mudança de discurso que se tem vindo a falar - envolvendo também a dimensão política - relativamente às mesmas. No seu discurso para a apresentação do Projecto de reabilitação da Bela Vista (Anexo 10), Manuel Pizarro, Vereador da Habitação da CMP, alegou tratar-se de "uma intervenção com consciência social. [...] [sendo o projecto] um ponto de partida para o começo de outras reabilitações" (Apresentação do Projecto de Reabilitação da Ilha da Bela Vista, a 4 de Julho de 2014 em Anexo 11). Reconheceu, ainda, o importante papel das ilhas na história da cidade, afirmando que estas fazem parte daquilo que o passado deixou à cidade, da mesma forma que Rui Moreira, actual presidente da CMP, admitiu clara e publicamente – durante o mesmo evento – a intenção inclusiva do projeto: “Somos habitantes de uma mesma e só comunidade, somos habitantes do Porto e tal não pode ser ignorado. Este projecto pretende mostrar que é possível viver de forma inclusiva” (Apresentação do Projecto de Reabilitação da Ilha da Bela Vista, a 4 de Julho de 2014 em Anexo 11). Realçou ainda o papel da Câmara junto do LAHB Social em transportar as ilhas para fora dos seus portões, para que deixe de ser uma realidade desconhecida pela própria cidade, permitindo que a cidade tenha um ponto de encontro, dentro da ilha.

A pertinência deste projeto reside no seu papel ativo em torno da habitação social no Porto - até agora focado na ilha da Bela Vista – revelando uma revitalização do que se entende por viver numa ilha, partindo, principalmente, da perspectiva dos habitantes, ouvindo-as. De entre as suas diversas concretizações – cabendo aqui mencionar o trabalho exemplar desenvolvido por Fernando Matos Rodrigues¹⁰⁷, Berta Granja¹⁰⁸ e Manuel Carlos Silva¹⁰⁹ - encontra-se a organização dos seminários Internacional de Habitação Básica (Anexo 4) e do Rio Bom (bairro tipo-ilha) (Anexos 12, 13 e 14), assim como uma proposta de elevar as ilhas do Porto ao estatuto de património do município (Reportagem RTV, 2012 em Proibido Apontar, 2012)¹¹⁰. Desta proposta, que abriu a possibilidade de patrimonialização das ilhas, resultou o projecto de investigação de Aline Cunha intitulada “Da minha ilha não se vê o mar – As ilhas do Porto: património, práticas e representações”, na continuação da sua dissertação de mestrado em História e Património (Cunha, 2012). Procurando justificar tal possibilidade, e salientando as ilhas como espaços sociais e identitários; de relações de proximidade e dinâmicas muito próprias, o trabalho integra-se no contexto de um dos objetivos do LAHB Social, indicados na página da CMP, no sentido de “estimular a reanimação de serviços de proximidade bem como atividades económicas, culturais, artísticas e associativas de âmbito local” (Domus Social,

¹⁰⁷ LAHB Social/MIA-ESAP – Diretor LAHB Social.

¹⁰⁸ ISSSP/LAHB Social – Diretora LAHB Social.

¹⁰⁹ Diretor do CICS-U. Minho.

¹¹⁰ Proibido Apontar (2012). “Ilhas do Porto: ESAP quer tornar espaços em Património Municipal”. [Online] Disponível em <http://proibidoapontar.blogspot.pt/2012/11/da-minha-ilha-nao-se-ve-o-mar.html> [Consultado a 10 de Novembro de 2013].

2015)¹¹¹. No que diz respeito a esta investigação, trata-se de um aspeto imprescindível a ser abordado na secção seguinte.

4.2.2. Análise e pequenas conclusões

“Se é um facto que as ilhas municipais e algumas particulares desapareceram, na sequência da implementação dos planos referidos acima, encontramos, ainda hoje, muitas ilhas e outras situações de alojamento atípico semelhantes a elas, pertencentes a particulares, umas desocupadas à espera de uma oportunidade de investimento, outras ainda habitadas, com habitações recuperadas, outras de gradadas, por vezes, sem as mínimas condições de higiene e sanitárias, resultante de décadas de indiferença e abandono.”

(Matos e Rodrigues, 2009: 34)

No seguimento do argumento apresentado por Matos e Rodrigues (2009), consideram-se que as ilhas e os seus aspetos, até agora abordados, contam, quer de forma individual, quer no seu conjunto, como um importante capítulo na história da cidade que merece, portanto, ser preservado (Cunha, 2012; Matos e Rodrigues, 2009; Seixas, 1997). No entanto, a primeira questão que aqui se coloca é se este novo olhar surge da valorização concreta da realidade das ilhas ou se é inserida num contexto maior que é a candidatura da cidade do Porto a Património Cultural da Humanidade, em 2001. Seixas (1997: 114) coloca estes factos em questão:

“No momento em que o Porto se candidata a Património Cultural da Humanidade, estranho seria que se olvidasse desses lugares intersticiais das ‘traseiras da cidade’ que são as ilhas, vilas e bairros – verdadeiros berços urbanos dos que fizeram desta cidade o que ela é hoje.”

Analisando a sucessão de acontecimentos, desde a publicação do Estudo Sócio-económico “*As ilhas do Porto*” encomendado pela CMP (2001), até os dias atuais, confirma-se, entre sucessos e fracassos, continuidades e interrupções, uma forte tendência de atribuição de valor às ilhas do ponto de vista histórico e social, sem deixar em descuido o carácter denunciatório das más condições habitacionais que grande parte destes locais oferece. Embora sejam de natureza maioritariamente urbanística e arquitetónica, torna-se cada vez mais evidente, nos diferentes artigos, investigações e projetos até agora desenvolvidos – quer seja a nível académico, quer seja a nível político e social - o factor *humano* das ilhas, visível nas relações de proximidade e de apropriação do espaço. Alguns, inclusive, focam o aspeto convival entre os habitantes,

¹¹¹ Domus Social (2015) “Laboratório de Habitação Básica e Social.” [Online] Disponível em <http://www.domussocial.pt/projectos-e-parcerias/laboratorio-de-habitacao-basica-e-social> [Consultado a 8 de Maio de 2015].

internamente, através do aproveitamento dos espaços comuns (i.e. associação de moradores da Ilha da Bela Vista), externamente, abrindo áreas de acesso “do portão para fora” que permitisse um maior contacto com a rua e o resto da cidade e facilitasse a interação social (Cunha, 2012). Para quem visitou ou permaneceu numa ilha, recolhendo impressões, pensar desde a perspectiva dos seus habitantes remete, necessariamente, ao valor simbólico e da implicação afetiva que representam, proporcionada pelo enraizamento destas pessoas à cidade do Porto.

Dentro deste panorama nota-se, porém, que a existência de bibliografia relativamente à animação sociocultural - nomeadamente o turismo - nestes espaços permanece bastante escassa, sem que haja uma manifestação de interesse nesse sentido. No entanto, convém aqui mencionar a iniciativa *The Worst Tours* como proposta de atividade turística que vai ao encontro da tendência de valorização há pouco referida. Constituído por um grupo de três arquitetos, a promessa é a de “visitar os sítios mais improváveis da cidade do Porto [...] bons ou maus” (*The Worst Tours*, 2015)¹¹². Mais do que uma simples visita, a intenção crítica e provocadora parece bastante clara, procurando, através da filosofia: “Go outside the box inside Porto”, e “My city is also this, with its bad side as well “. Este reconhecimento multifacetado resulta imprescindível nesta investigação, na medida em que reflete, sumamente, o argumento que até aqui se expôs no que implica a compreensão de qualquer objeto ou realidade – desde áreas de estudo como o turismo até à visita de um local específico como as ilhas do Porto – tendo sempre em conta as suas diversas perspetivas, assim como um espírito crítico e consciente. Reflete a proposta de desafiar os circuitos normais e aventurar-se no “menos provável”, já que “the buses don’t fit in the best places anyway”(Idem, *Ibidem*). Tal leva a refletir, por um lado, acerca dos padrões até agora estabelecidos, admitindo um carácter mutável ao longo do tempo, por outro lado, tal como o património, o turismo – e os seus aspetos pré-definidos – estão em constante evolução. Tal como esta investigação tem vindo a analisar, no caso do património os seus protagonistas e vetores reguladores tem mudado ao longo do tempo. Quanto ao turismo, a mutabilidade também é aqui aplicada, associada à necessidade e procura constante dos turistas de se diferenciarem da sociedade e si próprios (Scheyvens e Momsen, 2008: 3).

Retomando a questão das ilhas, a ausência de uma solução definitiva para os problemas habitacionais que envolvem estas populações é, como se tem visto, igualmente notória. Segundo ressalva Cunha (2012: 70), a falta de políticas de habitação atentas aos segmentos sociais mais desfavorecidos implica que “estes continuem a procurar soluções de recurso, nomeadamente o investimento em pequenas melhorias nas suas casas”. Como consequência surge, por um lado, o peso destes investimentos no tão limitador orçamento mensal dos moradores, por outro lado, intensifica-se a apropriação do espaço e o sentimento de pertença já que, segundo Rodrigues (2002: 10 em Cunha, 2012: 70) “Na ilha, a casa e o sentimento comunitário contribuem, quase

¹¹² Para mais informação, veja-se em www.theworstitours.weebly.com.

igualmente, para o apego ao lugar”. Da mesma forma, apesar de que muitos projetos acabaram por não sair do papel, a preocupação em combater o isolamento e a estigmatização é, sem dúvidas, um denominador comum.

No contexto da análise do valor dado às dinâmicas e manifestações culturais específicas dentro de comunidades segregadas como as favelas e as ilhas, segue-se, na secção seguinte, a proposta de musealização das ilhas do Porto, berço daqueles que, com muito trabalho e suor, ajudaram a construir o Porto que hoje se conhece. Isto com intuito de avaliar até que ponto esta valorização pode contribuir para dar voz à identidade dos seus habitantes e quais os possíveis contributos – a nível turístico - deste projecto para a cidade do Porto, em geral, e dos habitantes das ilhas, mais concretamente.

4.3. A informalidade enquanto plataforma de trocas de experiência

A pertinência desta proposta parte de dois principais vetores. Por um lado, em termos de oferta (ilhas), perante a lacuna existente em termos de animação sociocultural e turística que promova o seu desenvolvimento participativo, envolvendo ambos os visitantes e os visitados. Por outro lado, a procura, onde, no contexto de uma alteração do que se entende por ser turista (ver capítulo II), esta passa pela “compreensão tanto do lugar como daqueles que nele vivem ou viveram” (Semedo e Ferreira, 2012: 2). Neste contexto, a ideia de museu aqui proposta surge de acordo com o que Semedo e Ferreira (2012: 2) definem como “um espaço de colaboração e de aprendizagem, de criatividade, reflexividade e pensamento crítico”. Diante da mudança de discurso voltado para divulgação da cidade do Porto enquanto Património, e das suas ilhas, possivelmente patrimonializadas, pretende-se que a presente proposta represente uma aposta no desenvolvimento educativo e cultura das comunidades. Isto através da dinamização e animação turística e sociocultural das mesmas, reforçando a sua identidade assim como o “direito à cidade” e o sentido de habitação atrás abordados.

4.3.1. Proposta de Musealização das ilhas do Porto

Como foi possível perceber até agora, não há uma alternativa para a imagem das ilhas sem a implicação de diferentes atores e possíveis consequências, o que leva a crer que não pode haver outro caminho senão o da gestão participativa e integrante de um projeto que abarque todas as diferentes realidades e os respetivos atores envolvidos, enquanto partes de um todo que é a cidade do Porto. Um projeto integrado onde a criação de um museu como parte integrante do processo de patrimonialização das ilhas – proposto por Cunha (2012) - consistiria numa ligação que promova a cidadania de forma participativa - e não imposta de “cima para baixo”. Sugere-se, tal como o fez Cunha (2012), que aos moradores seja dada voz ativa num processo projetado

e tecido nas práticas simbolicamente representativas dos interesses e anseios desta parcela da população.

Segundo foi analisado em capítulos anteriores, a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, publicada pela UNESCO a 17 de Outubro de 2003 em Paris representou uma alteração significativa dos critérios de definição do objeto cultural patrimonializável. Provocou, igualmente, grande impacto a nível internacional em relação ao respeito e atenção à diversidade cultural, considerando-se património cultural imaterial (UNESCO, 2003):

“As práticas, representações, conhecimentos [...] que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante do seu património cultural. Esse património [...] é constantemente recriado pelas comunidades e grupos [...] gerando um sentimento de identidade e continuidade e contributo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.”

Desta forma, sabe-se que é nas tradições e expressões orais, artísticas, nas práticas sociais, rituais e atos festivos, assim como as técnicas artesanais tradicionais que o património imaterial se manifesta. Neste contexto, e tal como é possível perceber no trabalho realizado por Cunha (2012: 38), as ilhas do Porto enquanto *património cultural imaterial* destacam-se, do ponto de vista da convenção de 2003, pelas suas *práticas sociais*, isto é, pela organização social específica desenvolvida no interior das mesmas pelos seus moradores. Encaixam-se, também, no campo das tradições e expressões orais, nos rituais e atos festivos – como tão bem são conhecidas as suas festas de São João. Com base nas diversas categorias de património cultural incluídos na convenção, as ilhas podem ainda situar-se nos diferentes campos de manifestação do património cultural – legislativos ou territoriais – destacando-se aqui a sua possível candidatura a património do Município.

Neste caso, torna-se igualmente possível, ainda que difícil – tendo em conta o seu encaixe em diversas categorias habitacionais - enquadrá-las enquanto *património arquitectónico* da cidade, ou até, mais concretamente, enquanto *património industrial* (material). De entre os vários motivos enumerados por Cunha (2012) e Seixas (1997) destacam-se, primeiro, o importante papel das ilhas enquanto habitação específica - em termos de características e singularidade - para as classes operárias e da cidade do Porto. Segundo, “pela sua contribuição ao pleno desenvolvimento da prática do trabalho doméstico familiar” (Cunha, 2012: 39). Para além dos atributos arquitetónicos, as ilhas poderiam igualmente enquadrar-se nos atributos históricos e sociológicos (Seixas, 1997). *Historicamente*, pelo seu papel na industrialização sob o ponto de vista das classes trabalhadoras e até mesmo da burguesia industrial. *Sociologicamente*, pelo forte papel integrador destas classes à nova realidade urbana portuense, como desencadeante de uma forma específica de organização social, abordado anteriormente, estando viva e presente, mesmo nos dias de hoje (Cunha, 2012: 38-39). Este encaixe torna-se aqui possível dado o forte

valor simbólico que as ilhas têm perante a sua comunidade, e que podem vir a ter na cidade como um todo, desde que a sua importância seja restituída e divulgada, transformando a realidade histórica de segregação. Por conseguinte, gerando qualidade de vida para os moradores, assim como um carácter mais democrático e humanizado na identidade portuense.

Percebe-se então, facilmente, que são vários os critérios nos quais as ilhas se enquadram, acreditando-se que a musealização das mesmas seria uma forma de abrir as suas portas para a cidade. Isto se, lembrando o caso do Museu da Maré, tratar-se de um projeto integrante dos habitantes onde é contada a história da cidade a partir da perspectiva dos mesmos. O aspeto integrativo aparece aqui sob diversas formas, principalmente no que diz respeito à questão das tutelas, mais uma vez, baseado no exemplo brasileiro acima referido. O que vale a pena ser exposto no museu, a seleção dos objetos deve, segundo esta lógica integrante e participativa, passar pela opinião dos habitantes (Freire-Medeiros, 2006; Chagas e Abreu, 2008; Semedo e Ferreira, 2012 e Cunha, 2012). Recorrendo às vozes em defesa destas realidades e da sua valorização – seja por via da patrimonialização, da animação turístico sócio cultural ou da reabilitação -, o objetivo em comum desta proposta em relação às existentes consiste, citando as palavras de Fernando Matos Rodrigues (2014, conferência dia 10 de Abril de 2014, Anexo 1: 8) em “lançar um novo olhar sobre estes locais e obrigar as autoridades a olhar para estes com maior atenção”. Para o turismo, permitiria uma abertura de oferta, no contexto do diferente; do desconhecido o que representaria, decerto, um fator atrativo. Ainda assim, a escolha dos objetos a serem expostos, como foi para os que viveram lá, o que se vai contar aos turistas são perguntas às quais há que dar resposta.

Tendo em conta a existência de um projeto de musealização polinuclear da cidade, seria uma forma de enriquecer (ainda mais) a paisagem urbana do Porto, tanto com as suas gentes e modos de vida, quanto com a sua arquitetura própria singular. Pretende-se, desta forma, demonstrar que uma musealização das ilhas é possível e que pode contribuir para melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes. Podia-se, inclusive, focar o aspeto convival entre os habitantes, internamente, através do aproveitamento dos espaços comuns (i.e. associação de moradores da Ilha da Bela Vista), externamente, abrindo áreas de acesso “do portão para fora” que permitisse um maior contacto com a rua e o resto da cidade e facilitasse a interação social (Cunha, 2012). Exemplo disso é a exposição intitulada “Eu nasci aqui”¹¹³, realizada por alunos da ESAP, sob coordenação do Professor Fernando Matos Rodrigues, uma das vozes mais ativas neste processo de valorização das ilhas, tal como ilustra o seu texto informativo, retirado de Cunha (2012: 77):

¹¹³ Exposição realizada entre 22 de Outubro e 12 de Novembro no Palácio da Bolsa, no âmbito do Mestrado Integrado em Arquitetura que, à semelhança de projetos anteriormente referidos, visava lograr uma solução habitacional, conciliada com aspetos antropológicos.

“A ‘Ilha’ é uma espécie de arca da memória, de pequeno museu onde se guardam de forma operativa vivências, socializações e partilhas. Umas positivas e outras mais negativas, associadas à exiguidade da pequena casa, às poucas condições sanitárias e de infra-estruturas públicas. As positivas revelam um micro-cosmo rico e diversificado de interações e jogos sociais, entre os mais pequenos (a “canalha”), como gostam de dizer os mais velhos.

Aqui, lugar e território cruzam-se numa rede complexa de interações sociais, de vidas e de emoções, uma espécie de reconhecimento do lugar antropológico mais concreto e real. O lugar é uma espécie de pequenas plataformas de trajetórias de vidas, onde cada família, cada morador de acordo co as suas possibilidades e aspirações projeta processos de mobilidade social.”

Perante esta realidade, pode-se, por fim, encarar estas relações sociais de proximidade, tanto a nível de parentesco como de vizinhança, como promovedoras de entreajuda aos moradores (Cunha, 2012). Tal consistiria, por si só, um dos principais aspetos de permanência, no presente, de um modo de organização social específico. De uma realidade delineada no passado, como resultante da realidade da época, e presente hoje como fator de integração, identidade e mesmo sobrevivência entre os moradores (Idem, *Ibidem*).

Considerações finais

O percurso realizado tinha um propósito, discutir a noção de “anti-cidades”, e (re)pensar o turismo e património em territórios segregados. Por isso, se fez o acompanhamento do percurso histórico das favelas e das ilhas. O que se demonstrou foi que, apesar de inseridos em contextos e sociedades diferentes, constituem, de facto, uma realidade da cidade à qual pertencem (Cunha, 2012). São resultados de uma trajetória, em diferentes momentos – no tempo e no espaço - de uma realidade maior, a da habitação popular, respetivamente. Assim, ao considerar estes aspetos - utilizados em diferentes tempos por distintos atores sociais – tentou-se resgatar o merecido lugar destas realidades na história política e social e, industrial, no caso das ilhas do Porto, das suas cidades (Valladares, 2000: 6). Segundo Valladares (2000: 6), estas realidades confirmam, por sua vez, “a sua importância crescente no imaginário social, no discurso *savant*¹¹⁴ e na prática urbana”. Estão, do ponto de vista histórico-urbanístico, ligadas à expansão das suas respetivas cidades e, por conseguinte, as questões da habitação popular constituem uma realidade problemática e segregadora. Cabendo, porém, lembrar que, apesar dos pontos em comum, ilhas e favelas constituem realidades distintas, não tendo a favela equivalência em Portugal.

Neste contexto, verifica-se que, no caso da cidade do Porto, o processo de *gentrificação* implicou a deslocação dos habitantes para bairros sociais fora do núcleo urbano, e não as próprias ilhas. Ao contrário das favelas, localizadas na periferia ou nos morros – no caso de estarem localizadas no perímetro urbano -, as ilhas permaneceram nos espaços centrais da cidade, de rápido acesso a serviços como supermercados, não se aplicando este aspeto ao exemplo carioca. No entanto, estas mesmas realidades revelam, como foi possível notificar, “duas facetas” das quais dependem a perceção que delas é feita, trazendo esse modelo consigo uma visão dicotomizada de cidade, que opõe centro e periferia. Por um lado, alvo de perceções e conceitos demasiado generalistas que as reduzem às categorias de “favelados” e “ilhados”, respetivamente, acabando por isolá-las e coloca-las à margem das atenções e preocupações do poder público (Freire-Medeiros, 2006 e Cunha, 2012). Por outro lado, se para muitos, as favelas e as ilhas do Porto constituem representações autênticas de “anti-cidades” (Freire-Medeiros, 2006: 58) ou “[...] de lugar de informalidade total e da pobreza absoluta [...]” (Valladares, 2005: 26 em Freire-Medeiros, 2006: 50), na realidade, e para os próprios moradores desses locais, elas são nada mais nada menos que um contributo relevante na história da cidade à qual pertencem, uma memória do passado e do presente, abandonada e esquecida pela própria cidade a que ajudaram a construir. Percebe-se também o efeito controverso resultante do processo de *gentrificação*, presente em ambas as realidades, englobando, no caso da cidade do Rio de Janeiro, os projetos de melhoria e expansão, que muito contribuíram para o despoletar e

¹¹⁴ Palavra francesa que, em português, significa sábio. No contexto da frase, a autora refere-se ao discurso intelectual e académico. Tradução própria.

alastramento das favelas pelos morros da cidade. Nas ilhas, observou-se que o seu crescimento está relacionado principalmente à especulação imobiliária, no contexto de uma oferta reduzida aos recém-chegados do campo. Apesar das suas boas intenções, vários projetos deterioraram-se rapidamente por falta de manutenção, pela reduzida qualidade dos materiais usados e, acima de tudo pela continuada ausência do Estado nessas comunidades após a implementação dos programas, tornando difícil a sua preservação. Perante a ausência de políticas públicas de habitação, acrescentando-se a sua fiscalização e controlo como importante vetores do despoletar deste tipo de habitações, deixadas ao abandono do Estado, a avaliação destas políticas tem exigido uma mudança de olhar, não apenas nas intenções destes programas, mas também na sua implementação.

Atualmente, favelas e ilhas têm sido tema constante nos meios de comunicação social, onde se nota uma mudança de foco, partindo do ponto de vista dos habitantes locais. Sem deixar de lado o tom denunciativo das más condições de habitabilidade, assiste-se, também, a uma revitalização do que se entende por habitar nestas comunidades, passando-se a considerar as suas vivências e dinâmicas quotidianas. A esta mudança de discurso está associada a evolução do conceito de património, cada vez mais abrangente, como algo criado, representado e utilizado com alguma intenção pela sociedade. São esses aspetos que tornaram possíveis realidades como as favelas e as ilhas - e tudo o que englobam – dignas de serem preservadas e partilhadas com o exterior. Assim, são vistas, hoje, como espaços de memórias e de firmes relações de identidade e pertença, sendo que a patrimonialização das mesmas tem feito, segundo a análise desta investigação, cada vez mais sentido.

Acompanhando de perto esta mudança de discurso, abre-se aqui a possibilidade de ter consequências diretas, a médio prazo, na perceção da cidade do Porto em relação às ilhas e dos seus moradores, e, da mesma forma, na perceção que estes têm de si e dos seus espaços de habitação. Há, em alguns casos, um verdadeiro esforço de desestigmatização destas pessoas e das suas realidades, tal como têm demonstrado os diversos projetos e programas de valorização analisados ao longo deste trabalho. No caso dos dois museus de favela, analisados enquanto exemplos concretos de patrimonialização e musealização em territórios segregados, as visitas e trocas de experiência permitiram aos habitantes terem um papel ativo no combate às imagens negativas das favelas como espaços associados à violência e drogas. Permitiu, igualmente, um reforço da identidade das mesmas e, consequentemente, da auto-estima dos seus habitantes.

Inseridas em contextos e sociedades inegavelmente diferentes, procurou-se, então, olhar para estas realidades como espaços de aproximação ao turismo, admitindo-se a possibilidade de intercâmbio de informações e experiência. Um turismo de *realidade* e de valorização territorial, cuja componente social de vivência e convivência resulta mais forte do que o seu valor arquitetónico *per se*. Assim, o turismo surge aqui como fator de valorização, juntamente com a

componente de valorização patrimonial – material e imaterial, no contexto de uma ampliação da própria noção de turismo e daquilo que implica ser turista.

Considerando o turismo como um fenómeno económico e social, que envolve diversas áreas, procurou-se analisá-lo enquanto plataforma de encontro interdisciplinar. Enquanto veículo de troca de experiências e impressões entre visitantes e anfitriões, tentou-se apresentar as diversas questões que giram em torno do turismo, mais concretamente do turismo de realidade, e do património, procurando basear-se, sempre que possível, numa análise multiperspetivada, quer do turista, quer do visitante, quer do académico. Nesse contexto, embora nos estudos e organismos oficiais tais como a UNWTO, seja muitas vezes focado o seu impacto económico e ambiental, de acordo com a revisão de literatura do presente trabalho, torna-se necessário o destaque da sua dimensão social, uma vez que permanece pouco desenvolvido. Propôs-se, neste sentido, compreender melhor o turismo e os seus potenciais impactos, utilizando os conceitos de diversas áreas académicas e intelectuais.

Tal implica, de acordo com Mowforth e Munt (2009: 1), deixar de olhar para o turismo como uma atividade completamente inocente ou como uma simples pausa de rotina. Ao mesmo tempo, a ideia de turismo continua um tanto estigmatizada e, por isso, é preciso abrir os olhos dos seus “recetores” e dar-lhes a conhecer esta outra faceta do turismo. Um turismo consciente e voltado para as questões sociais. Um turista, não como espectador, mas sim como participante uma vez que, tal como afirma Butcher (2003: 8) “nem todos os turistas preocupados com a diferença cultural [nem todos] são cínicos e egoístas [...] muitas rotas turísticas continuam a ser politicamente transitáveis apenas num dos seus sentidos”.

Ao longo da investigação, foram abordados os fatores que influenciam os processos de tomada de decisão, assim como as perceções, pré, durante, e pós-visita. Procurou-se igualmente referir os desafios de imprevisibilidade, variabilidade e volatilidades ligadas às preferências e comportamentos dos turistas, assim como as relações entre os diversos atores identificados: as entidades governamentais (i.e. Estado), visitantes (turistas) e visitados (comunidade local).

Neste contexto, o património vem acrescentar sensibilidade ao turismo, no gosto pelo intangível, pelas relações de proximidade e dos processos de aprendizagem resultantes de tais experiências, principalmente tratando-se de comunidades segregadas. Admitindo-se que este pode não vir a ser reconhecido pela população, por esta não o considerar legítimo, uma série de aspetos devem então ser tidos em conta, nomeadamente os diferentes interesses da população, com intuito de encontrar formas capazes de articular os critérios técnicos tradicionais daqueles que classificam, com os valores, tradições e aspirações da população.

A patrimonialização surge, juntamente com o turismo, como elemento incentivador à integração dos habitantes dessas comunidades, nomeadamente através da participação. No turismo de realidade, dá-se, ao contrário do que aponta maioritariamente a literatura, a diversos níveis: no acolhimento de turistas nas suas próprias casas, enquanto condutores dos Tours, na segurança

do local e, por fim, como guias de visitas. Neste contexto, o turismo de realidade pode, de facto, ser um veículo de patrimonialização, atribuindo visibilidade aos territórios ou comunidades minoritárias, segregadas, tal como foi o caso das duas favelas do Rio de Janeiro abordadas neste trabalho.

Finalmente, a proposta de musealização das ilhas do Porto discutida anteriormente procurou lançar um novo olhar sobre estes locais e obrigar as autoridades a fazerem o mesmo. Por um lado, constitui um exemplo autêntico das novas práticas do “novo património” e da “nova museologia”. Ao mesmo tempo, do ponto de vista turístico, esta valorização é representada pela – possível - criação de interesse por atividades turístico-culturais em locais que se encontravam simbolicamente “vedados”. Por outro lado, apesar de constituírem uma realidade distinta das favelas, as ilhas do Porto, parecem, por sua vez, acatar semelhante percurso: o da segregação e exclusão social, do isolamento e da solidão. As ilhas do Porto representam, neste caso, o “exemplo europeu” das chamadas “anti-cidades” (Freire-Medeiros, 2006: 58).

Ao mesmo tempo, reconhece-se que tal proposta carece, embora não faça parte dos objetivos desta investigação, de uma análise mais detalhada acerca das motivações e perfis dos turistas como potencial público-alvo. Dito isto, sugere-se então a aplicação deste estudo no panorama turístico do porto, conjuntamente com a realização de um estudo de mercado do público potencial deste tipo de turista na respetiva cidade. No fundo, ilustrar o contexto histórico, a natureza e ideologia dos turistas atuais da cidade do Porto. No que diz respeito às ilhas, muito podia ter sido analisado no que diz respeito ao conceito de exclusão e o “direito à cidade”. Da mesma forma, a análise das ilhas enquanto objeto de estudo, revela que não existe um levantamento completo e atualizado das ilhas do Porto. Um dos principais motivos consiste nas diferenças das ilhas camarárias – reduzidas a apenas uma – com as ilhas privadas. Mesmo nas freguesias estudadas, muitas ilhas não foram contadas. Neste contexto, o investimento em mais investigações em campo parece uma possível solução.

Por fim, recorda-se que este projeto não visa diretamente a implementação de um museu nas ilhas do Porto. Deixando em aberto a possibilidade da sua concretização futura, representa, antes, tal como referido inicialmente, uma proposta do mesmo, tendo em conta o interesse despertado pelos turistas em visitar locais “*off-the-beaten-track*”¹¹⁵ (Mowforth e Munt, 2009: 1), no contexto das propostas de valorização que estão a decorrer em diversas partes do globo e, mais concretamente, em Portugal.

No contexto de uma maior integração dos habitantes da cidade, a justificação da proposta de musealização das ilhas aparece no sentido em que esta pode colaborar no desenvolvimento social e participativo destas comunidades. Os seus habitantes, classes mais negligenciadas e

¹¹⁵Em português: Fora dos circuitos oficiais. Tradução própria.

importantes veículos de memória da história da cidade do Porto, contariam e partilhariam as suas vivências, transmitidas ao longo dos séculos. Marco de um período em que estas últimas estavam a ser construídas, a sua espessura temporal torna-se cada vez mais evidente.

Fontes e bibliografia

Fontes primárias

- Agência Lusa (2014). “Câmara do Porto cria Laboratório de Habitação para reabilitar ilhas da cidade.” [Online] Disponível em <http://portocanal.sapo.pt/noticia/24481/> [Consultado a 10 de Setembro de 2015].
- Câmara Municipal do Porto (2015). [Online] Disponível em <http://www.cm-porto.pt/> [Consultado a 19 de Maio de 2015].
- Cidade do Porto (2002). “Porto: Uma cidade cultural.” [Online] Disponível em <http://cidadedoporto.no.sapo.pt/id20.htm> [Consultado a 9 de Maio de 2015].
- Coentrão, Abel (2012). “Bairro de S. Victor, de Siza Vieira, pode acolher laboratório da habitação.” Público [Online]. Disponível em <http://www.publico.pt/local-porto/jornal/bairro-de-s-victor-de-siza-vieira-pode-acolher-laboratorio-da-habitacao-25235146#0> [Consultado a 10 de Outubro de 2014].
- Domus Social (2015) “Laboratório de Habitação Básica e Social.” [Online] Disponível em <http://www.domussocial.pt/projectos-e-parcerias/laboratorio-de-habitacao-basica-e-social> [Consultado a 8 de Maio de 2015].
- Favela Tem memória (2014) [Online] Disponível em <http://www.favelatemmemoria.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=40&sid=3> [Consultado a 17 de Fevereiro de 2014].
- Favela Tour (2014) [Online] Disponível em <http://www.favelatour.com.br/ing/index.htm> [Consultado a 12 de Fevereiro de 2015].
- Globo (2015). Conheça a 1ª favela do Rio, criada há quase 120 anos [Online] Disponível em <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/rio-450-anos/noticia/2015/01/conheca-historia-da-1-favela-do-rio-criada-ha-quase-120-anos.html> [Consultado a 07 de Maio de 2015].
- Helenice (2004). (o.c.) [Online] Disponível em http://www.helenice.com/2004_04_01_helenice_archive.html [Consultado a 19 de Outubro de 2013].
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). [Online] Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/> [Consultado a 21 de Outubro de 2014].
- Instituto Geográfico Português (IGEO) [Online] Disponível em <http://www.igeo.pt/> [Consultado a 30 de Maio de 2014].
- Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR). [Online] Disponível em <http://www.igespar.pt/pt/> [Consultado a 30 de Maio de 2014].
- Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). [Online] Disponível em <http://www.iphan.gov.br/> [Consultado a 21 de Outubro de 2014].
- Fundação Leão XIII (2014). [Online] Disponível em <http://www.leao.rj.gov.br> [Consultado a 21 de Outubro de 2014].

- MARMELO, Marcelo (2011). “Porto 2001 mexeu mas pouco.” Público [Online]. Disponível em <http://www.publico.pt/local/noticia/porto-2001-mexeu-mas-pouco-1474321> [Consultado a 08 de Julho de 2015].
- MINISTÉRIO DO TURISMO (BRASIL) (2014) [Online] Disponível em <http://www.turismo.gov.br/> [Consultado a 12 de Fevereiro de 2015].
- MUSEU DE FAVELA (2009). Primeiro Jornal Informativo do Museu de Favela. Rio de Janeiro [Online]. Disponível em <http://www.museudefavela.org/> [Consultado a 20 de Novembro de 2014].
- Porto Canal (2014). Vereador espera ter estudo sobre ilhas do Porto pronto até ao fim do ano [Online]. Disponível em <http://portocanal.sapo.pt/noticia/21336/> [Consultado a 12 de Junho de 2015].
- Porto Vivo – Sociedade de Reabilitação Urbana (2015). “Missão e Estratégia.” [Online] Disponível em <http://www.portovivosru.pt/pt/porto-vivo-sru/missao-e-estrategia> [Consultado a 12 de Agosto de 2015].
- Proibido Apontar (2012). “Ilhas do Porto: ESAP quer tornar espaços em Património Municipal”. [Online] Disponível em <http://proibidoapontar.blogspot.pt/2012/11/da-minha-ilha-nao-se-ve-o-mar.html> [Consultado a 10 de Novembro de 2013].
- Queirós, Luís Miguel (2002). “Programação do Porto 2001 foi demasiado elitista.” Público [Online]. Disponível em <http://www.publico.pt/culturaipsilon/jornal/programacao-do-porto-2001-foi-demasiado-elitista-168499> [Consultado a 12 de Agosto de 2015].
- Slum Tourism (2014). Destination Slum! 2: New Developments and perspectives in Slum Tourism Research. [Online] Disponível em <http://slumtourism.net/destinationlum/> [Consultado a 9 de Fevereiro de 2015].
- Staying for Tea (2010) Poverty Tourism: A Debate in Need of Typological Nuance. [Online] Disponível em <http://stayingfortea.org/2010/08/17/poverty-tourism-a-debate-in-need-of-typological-nuance/> [Consultado a 15 de Fevereiro de 2015].
- The National (2011). Poorism vs authenticity on township tour of Khayelitsha. [Online] Disponível em <http://www.thenational.ae/lifestyle/travel/poorism-vs-authenticity-on-township-tour-of-khayelitsha> [Consultado a 21 de Fevereiro de 2015].
- United Nations (2000). Yearbook of the United Nations, Vol. 54. New York: UN.
- United Nations Education Science and Culture Organisation (2013). Qu’est-ce que le patrimoine culturel immatériel? Disponível em <http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?lg=fr&pg=00003> [Consultado a 15 de Abril de 2014].
- United Nations World Tourism Organisation (2014). Understanding Tourism: Basic Glossary. Disponível em <http://media.unwto.org/en/content/understanding-tourism-basic-glossary> [Consultado a 25 de Maio de 2014].
- O Globo (2014). Rio é a maior cidade com população em favelas do Brasil. Disponível em <http://oglobo.globo.com/pais/rio-a-cidade-com-maior-populacao-em-favelas-do-brasil-3489272> [Consultado a 14 de Novembro de 2013].
- The Organisation for Economic Co-operation and Development – Portugal (2014). [Online] Disponível em <http://www.oecd.org/portugal/> [Consultado a 4 de Fevereiro de 2014].

- Turismo de Portugal (2014). [Online] Disponível em <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/Pages/Homepage.aspx> [Consultado a 11 de Janeiro de 2014].
- Turismo do Porto e Norte de Portugal (2014). [Online] Disponível em <http://www.portoenorte.pt/> [Consultado a 11 de Janeiro de 2014].

Referências bibliográficas

- ALFONSO, María José Pastor (2003). “El patrimonio cultural como opción turística.” *Horizontes Antropológicos*, 9 (20), pp. 97-115.
- AMERICAN SOCIOLOGICAL ASSOCIATION (2006) “Status Committees.” *American Sociological Association*. Washington, DC. Disponível em <http://www.asanet.org/students/Quick%20Style%20guide.pdf> [Consultada a 21 de Fevereiro de 2014].
- ASHLEY, Caroline, ROE, Dilys e GOODWIN, Harold (2001). *Pro-poor Tourism Strategies: Making Tourism Work for the Poor: A Review of Experience*. Overseas Development Institute: Londres.
- BALLART, Josep Hernández (1997). *El Patrimonio Histórico y Arqueológico: Valor y Uso*. Editorial Ariel Património Histórico: Barcelona.
- BARRETO, Margarita (2002). *Turismo e Legado Cultural* (3 Ed.). Papirus: Campinas – SP.
- BINNS, Tony e NEL, Etienne (2002). “Tourism as a local development strategy in South Africa.” *The Geographical Journal*. 168 (3), pp. 235-247.
- BOURDIEU, Pierre (2001). *A miséria do mundo* (4ª Ed.). RJ:Vozes: Petrópolis.
- BRASIL (2007). Ministério do Turismo. *Programa de Regionalização do Turismo*.
- BRUNER, Edward (1991). “Transformation of Self in Tourism.” *Annals of Tourism Research*. 18, pp. 238-250.
- BURGESS, Robert (2001). *A pesquisa do Terreno: Uma introdução*. Oeiras: Celta.
- BURGOS, Marcelo Baumann (1998). *Dos Parques Proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro*. In: ZALUAR, Iba e ALVITO, Marcos (Orgs.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- BUTCHER, Jim (2003) *The Moralisation of Tourism: Sun, Sand...And Saving The World?* London: Routledge.
- BUTLER, Richard (1990). “The Influence of the Media in Shaping International tourist Patterns.” *Tourism Recreation Research*. 15, pp. 46-53.
- CANCLINI, Néstor Garcia (1990). “O património cultural e a construção imaginária nacional.” *Revista do Património Histórico e Artístico Nacional*, 23, Rio de Janeiro.
- CHAGAS, Mario e ABREU, Regina (2008). “Un Museo en la Favela de la Maré: Memórias y narrativas en favor de la dignidad social.” *Museo.es: Revista de la subdirección de Museos Estatales*, 4. Disponível em http://www.mcu.es/museos/docs/MC/MES/Rev04/Desde_Museo_en_la_Favela_Chagas_Abreu.pdf [Consultada a 30 de Janeiro de 2014].
- CHEGE, Peninah (2012). “Assessment of Slum tourism as a Viable Tourism Product: The Case of Kibera in Nairobi, Kenya.” Tese de Mestrado, School of Hospitality and Tourism

Management of Kenyatta University [pp. 1-85].

- CHOAY, Françoise (2006). *A Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70.
- CLUZEAU, Claude Origet du (2000). *Le tourisme culturel*. Puf: Paris.
- COFRÉ, Ricardo Ibarra (2007). “Segregación socio-espacial en ciudades turísticas: El caso de Canela (RS), Brasil.” *Estudios y perspectivas en turismo* [online]. Disponível em http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-17322007000200004 [Consultado a 14 de Abril de 2014].
- COHN, Kye-Sung. (1990). “The Image Role of Destination in Tourism: A review and discussion.” *Revue de Tourisme*, 45 (3), pp. 2-9.
- CUNHA, Aline Cristiane Teles da (2012). “Da minha ilha não se vê o mar – As ilhas do Porto: Património, práticas e representações.” Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto [pp. 1-103].
- DODSON, Belinda (2000). “Are we having fun yet? Leisure and consumption in the post-apartheid city.” *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie*. 91 (4), pp. 412-425.
- DOXEY, Gaia (1975). “A causation theory of residente visitor irritants. In *The Sixth Annual Conference Proceedings of the Travel Research Association*, pp. 195-198.
- DUARTE, Rita (2010). “Exploring the Social Impacts of Favela Tourism. An insight into the residents’ view.” Tese de Mestrado, Universidade de Wageningen [pp. 1-91].
- FEATHERSTONE, Mike (1995). “Undoing culture: Globalization, postmodernism and identity.” Sage: London.
- FERNANDES, António Teixeira (2012). “Formas e mecanismos de exclusão social.” *Sociologia – Revista FLUP*, 1, pp. 1-58.
- FERREIRA, Maria Cláudia de Sá Mouta (2012). “Da pesca ao turismo: Realidades patrimoniais e identitárias das comunidades piscatórias das Ilhas Lofoten (Noruega) e de Ílhavo (Portugal).” Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, [pp. 1-140].
- FORTUNA, Carlos (2012). “Património, turismo e emoção.” *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 97, pp. 23-40.
- _____ (1997). “Destradicionalização e imagem da cidade”. In: Carlos Fortuna (org.), *Cidade, cultura e globalização. Ensaios de sociologia*. Oeiras: Celta Editora, pp.231-258.
- FORTUNA, Carlos e LEITE, Rogério Proença (orgs.), (2013). *Diálogos Urbanos: Territórios, Cultural, Patrimónios*. Edições Almedina, S.A. : Coimbra.
- FREIRE, João e LOUSADA, Maria Alexandre (2013). *Roteiros da Memória Urbana – Porto: Marcas deixadas por libertários e afins ao longo do século XX*. Edições Colibri: Lisboa.
- FREIRE-MEDEIROS, Bianca (2006). “Favela como patrimônio da cidade? Reflexões e polémicas acerca de dois museus.” *Estudos Históricos*, 38, pp. 49-66.
- _____ (2008). “Selling the favela: thoughts and polemics about a tourist destination.” *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 4, pp. 1-26.
- _____ (2009). “The favela and its touristic transits.” *Geoforum*, 40, pp. 580-588.
- FRENZEL, Fabian e KOENS, Ko (2012). “Slum Tourism: Developments in a Young Field of Interdisciplinary Tourism Research.” *Tourism Geographies: An International Journal of Tourism Space, Place and Environment*. DOI:1080/14616688.2012.63322, pp. 1-18.
- GONDIM, Linda (2005). “A Invenção da Favela: do mito de origem à favela.com.” *Caderno CRH*, 18 (45), pp. 485-488.

- HUDSON, Simon; WANG, Youcheng e GIL, Sérgio Moreno (2011). "The Influence of a Film on Destination Image and the Desire to Travel: Cross-Cultural Comparison. *International Journal of Tourism Research*, 13, pp. 177-190.
- JAGUARIBE, Beatriz (2004). "Favelas and the aesthetics of realism: Representations in film and literature." *Journal of Latin American Cultural Studies: Travesia*, 13 (3), pp. 327-342.
- KLEPSCH, Linda (2010). "A critical analysis of slum tours: Comparing the existing offer in South Africa, Brazil, India and Kenya." Tese de Mestrado. Institut de Gestion de L'environnement et D'aménagement du Territoire - Faculté Des Sciences: Université Libre de Bruxelles [pp. 1-151].
- KNIGHT, John (2011). "The Role of Niche Tourism Products in Destination Development." Tese de Doutorado. Published Works: Edinburgh Napier University [pp. 1-166].
- KRIPPENDORF, Jost (1987). "The Holiday Makers: Understanding the Impact of Leisure and Travel." William Heinemann: Londres.
- LANNA, Ana Lúcia Duarte e RUBINO, Silvana (2013). "Lugares de desafio: Cidades, Património Cultural, Nação e Turismo." In FORTUNA, Carlos e LEITE, Rogério Proença (orgs.) *Diálogos Urbanos: Territórios, Cultural, Patrimónios*. Edições Almedina, S.A. : Coimbra.
- LEAL, Claudia Feierabend Baeta (2008). "A missão de Michel Parent no Brasil." In Leal, Claudia Feierabend Baeta (org.), *As missões da UNESCO no Brasil: Michel Parent*. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC.
- LEITE, Márcia Pereira (2000). "Entre o Individualismo e a Solidariadeade: Dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro." *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 15 (44), pp. 73-90.
- LEU, Lorraine (2004). "Fantasia e fetiche: Consumindo o Brasil na Inglaterra." *Eco-Pós*. *Revista da Escola de Comunicação. Universidade Federal do Rio de Janeiro*, 7, pp. 13-17.
- LEKSAKUNDILOK, Anucha (2006). "Community participation in ecotourism development in Thailand." Tese de Doutorado. Geosciences: Universidade de Sydney [pp. 1-328].
- LIRA, Sérgio (1999). "Políticas museológicas e definição do conceito de património: da norma legislativa à prática dos museus. In *Encontro de História Local*" [Online] Disponível em <http://www2.ufp.pt/~slira/Artigos.htm> [Consultado a 08 de Dezembro de 2013].
- MACCANNELL, Dean (1989). *The Tourist. A New Theory of the Leisure Class*. New York: Schocken Books Inc.
- _____ (1992). *The Tourist: A new theory of the leisure class*. Shoken: Nova Yorke.
- MacDONALD , Gillian Mary, "Unpacking Cultural Tourism", p.49 , B.A.University of Guelph, 1999.
- MATOS, Fátima Loureiro (1994). "Os bairros socais no espaço urbano do Porto – 1901-1956." *Análise Social*, 21 (3), pp. 677-695.
- MATOS, Fátima Loureiro e Rodrigues, Rosa (2009). "As ilhas do Porto: Lugares de resistência." *Observatorium: Revista Electrónica de Geografia*, 1, pp. 33-37.
- MENEZES, Palloma (2009). "Interseções entre novos sentidos de favela e patrimônio". In XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. Rio de Janeiro (RJ), 28 a 31 de julho, pp. [1-22].
- MONIZ, Edmundo (2005). "O Sentido Social e o Contexto Político da Guerra de Canudos." *Revista Espaço Académico* [Online]. Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/050/50bandeira.htm> [Consultado a 09 de Fevereiro de 2015].
- MORAES, Camila (2010). "Turismo e o Museu de Favela: Um caminho para novas imagens das favelas do rio de janeiro." *Revista Electrónica de Turismo Cultural*, 4 (1), pp. 104-118.

- MOSCARDO, Gianna (1996). "Mindful visitors – Heritage and Tourism." *Annals of Tourism Research*, 23 (2), pp. 376-397.
- MOWFORTH, Martin e MUNT, Ian (1998). *Tourism and Sustainability: New Tourism in the Third World*. London: Routledge.
- _____ (2009). *Tourism and Sustainability: Development, Globalisation and New Tourism in the Third World*. (3 Ed.), New York: Routledge.
- NOY, Chaim (2004). "This Trip Really Changed Me. Backpackers Narrative of Self-Change." *Annals of Tourism Research*. 31 (1), pp.78-102.
- OBRIEN, Peter, ed. (2011). *Business, Management and Poverty Reduction*, Ramada D'Ma Hotel, Bangkok, Tailândia, 24-27 de Janeiro de 2011. çççççI-Shou University.
- OECD (2014). *OECD Tourism Trends and Policies 2014* [Online] Disponível em http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oecd/industry-and-services/oecd-tourism-trends-and-policies-2014_tour-2014-en#page5 [Consultado a 24 de Junho de 2014].
- OSBORN, Catherine (2013). "A História das Urbanizações nas Favelas. Partes I e II" [Online] Disponível em <http://www.rioonwatch.org.br/?p=4676> [Consultado a 8 de Maio de 2015].
- PEARCE, Douglas (1992). "Alternative tourism: Concepts, classifications, and questions". In Smith, Valene e Eadington, William (Eds.) *Tourism alternatives: Potentials and problems in the development of tourism*. Library of Congress Cataloging-in-Publication Data: Estados Unidos da América, pp.15-30.
- PEIXOTO, Paulo (2002-2003) "Como citar as fontes consultadas." Disponível em <http://www4.fe.uc.pt/fontes/citar.htm> [Consultada a 12 de Janeiro de 2014].
- PERALTA, Elsa Da Silva (2000). "Património e Identidade. Os desafios do turismo cultural." *Antropológicas*, 2, pp. 217-224.
- PEREIRA, Gaspar Martins (1996). "As ilhas no percurso das famílias trabalhadoras do Porto em finais do século XIX." [Online] Disponível em [http://www.ghp.ics.uminho.pt/I%20Encontro%20CITCEM-DOCS/DIA%2026/PAINEL%20-%20Familia,%20Espa%C3%A7o%20Domestico%20-%20Gaspar%20Martins%20Pereira%20%20\(10h30-12h30\)/Gaspar%20M.%20Pereira/Gaspar%20MP_TEXTO.pdf](http://www.ghp.ics.uminho.pt/I%20Encontro%20CITCEM-DOCS/DIA%2026/PAINEL%20-%20Familia,%20Espa%C3%A7o%20Domestico%20-%20Gaspar%20Martins%20Pereira%20%20(10h30-12h30)/Gaspar%20M.%20Pereira/Gaspar%20MP_TEXTO.pdf) [Consultado a 3 de Janeiro de 2014].
- PEREIRO, Xerardo (2006). "Património cultural: o casamento entre património e cultura". *ADRA - Revista dos Sócios do Museu do Povo Galego*, 2, pp. 23-41.
- PILOTE, Sara (2011). "Solidariedade x Individualismo: a força do mutirão" [Online] Disponível em <http://www.rioonwatch.org.br/?p=2373> [Consultado a 8 de Maio de 2015].
- PIMENTA, Manuel; FERREIRA, José António; FERREIRA, Leonor Vasconcelos; FARIA, Alexandra e PIMENTEL, Paula (2001). *As "Ilhas" do Porto: Estudo Socioeconómico*. Porto, Câmara Municipal do Porto/Pelouro de Habitação e Acção Social.
- PINHEIRO, Machado e FIALHO, Renato (2006). *Pereira Passos, vida e obra*. Rio Estudos. Coleção Estudos da Cidade: Rio de Janeiro.
- POON, Auliana (1994). "The 'new tourism' revolution." *Tourism Management*, 15 (2), pp. 91-92.
- PRATS, Llorenç (1997). *Antropologia e Património*, Barcelona: Editorial Ariel S.A.
- PRIMO, Judite (2011). "Documentos Básicos de Museologia: principais conceitos." *Cadernos de Sociomuseologia*, 41, pp. 31-44.
- ROLFES, Manfred (2010). "Poverty tourism: theoretical reflections and empirical findings regarding an extraordinary form of tourism". *GeoJournal*. 75, pp. 421-442.

- _____; STEINBRINK, Malte e UHL, Christina (2009). *Townships as an attraction: An Empirical Study of Township Tourism in Cape Town*. University of Potsdam: Potsdam [Online]. Disponível em [https://books.google.es/books?id=HijmcjJ25uwC&pg=PA11&lpg=PA11&dq=%28Ramchander+2004;+2007%29+tourism&source=bl&ots=KPiTzWCfFK&sig=EoT9dCWfZYUgxFPYEXvL1E95TRc&hl=es&sa=X&ei=5zfnVJLTJMncaurqgdAD&ved=0CDQQ6AEwAg#v=onepage&q=\(Ramchander%202004%3B%202007\)%20tourism&f=false](https://books.google.es/books?id=HijmcjJ25uwC&pg=PA11&lpg=PA11&dq=%28Ramchander+2004;+2007%29+tourism&source=bl&ots=KPiTzWCfFK&sig=EoT9dCWfZYUgxFPYEXvL1E95TRc&hl=es&sa=X&ei=5zfnVJLTJMncaurqgdAD&ved=0CDQQ6AEwAg#v=onepage&q=(Ramchander%202004%3B%202007)%20tourism&f=false) [Consultado a 20 de Fevereiro de 2015].
- RAMOS, João Manuel (2003). “A Matéria do Património – Memórias e Identidades”. In *Antropologia Avulsa*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 47-57.
- READ, S. E. (1980). “A prime force in the expansion of tourism in the next decade: Special interest travel”. Em KRIPPENDORF, Jost (1987). “The Holiday Makers: Understanding the Impact of Leisure and Travel.” William Heinemann: Londres.
- RICHARDS, Greg (1996). *Cultural Tourism in Europe*, CABI: Wallingford.
- RITCHIE, Brent; CARR, Neil e COOPER, Chris (2003). *Managing Educational Tourism*. Channel View Publications: Sydney.
- RODRIGUES, Donizete (2012). “Património cultural, memória social e identidade: uma abordagem antropológica.” *UBImuseum – Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior* [Online]. Disponível em <http://www.ubimuseum.ubi.pt/n01/docs/ubimuseum-n01-pdf/CS3-rodrigues-donizete-patrimonio-cultural-memoria-social-identidade-uma%20abordagem-antropologica.pdf> [Consultado a 28 de Janeiro de 2014].
- ROGERSON, Christian Rogerson (2011). “Urban tourism and regional tourists: shopping in Johannesburg, South Africa.” *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie*. 102 (3), pp. 316-330.
- _____ (2004). “Urban tourism and small tourism enterprise development in Johannesburg: The case of township tourism.” *GeoJournal*. 60, pp. 249-257.
- ROJEK, Chris e URRY, John (eds.), (1997). *Touring Cultures: Transformation of Travel and Theory*, Routledge: London.
- ROLFES, Manfred (2010) Poverty tourism: theoretical reflections and empirical findings regarding an extraordinary form of tourism. *GeoJournal*. 75, pp. 421-442.
- SÁ, Tereza (2006). “Lugares e Não-lugares em Marc Augé.” *Artitextos*, 3, pp. 179-188.
- SANTANA, Agustín (1998). “Património cultural y turismo: reflexiones y dudas de un anfitrión.” *Revista Ciencia y Mar*, 4, pp. 37-41.
- SAUPIN, Guy (2014). Palestra: “Os Novos Patrimónios”. Faculdade de Letras da Universidade do Porto a 09 de Abril.
- SCHEINER, Teresa Cristina (2003). “Que amigos? Para que Museus”. *Revista Museu* [Online]. Disponível em http://www.revistamuseu.com.br/artigos/art_.asp?id=1827 [Consultado a 26 de Janeiro de 2014].
- SCHEYVENS, Regina e MOMSEN, Janet (2008). “Tourism and Poverty Reduction: Issues for Small Island States.” *Tourism Geographies: An International Journal of Tourism Space, Place and Environment*, 10 (1), pp. 22-41.
- SEIXAS, Paulo Castro (2011). Ilhas e Novos Condomínios no Porto do século XX. Reflexos do Passado, interrogações do Presente. In Família, Espaço e Património, ed. Carlota Santos (Org.), 495 - 502 . Porto: CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar - FLUP.
- _____ (2008). *Entre Manchester e Los Angeles: Ilhas e novos condomínios no Porto*. Edições Universidade Fernando Pessoa: Porto.

- _____ (1997). "Identidades de uma Cidade; As Ilhas e o Porto." In JORGE, Vitor Oliveira e ITURRA, Raúl (Org.) *Recuperar o espanto: O Olhar da Antropologia*. Porto: Edições Afrontamento, pp. 103-115.
- SEMEDO, Alice e FERREIRA, Inês (2012). "Collaborative spaces for reflective practice." *The Transformative Museum Conference*. Copenhagen, Dinamarca.
- SLIKKER, Nieck (2014). "Perceptions of the Dharavi Community Regarding Slum Tourism and Affiliated NGO Operations." Dissertação de Licenciatura, Stenden University, Leeuwarden, [pp. 1-77].
- SMITH, Laurajane (2006). *Uses of Heritage*. Londres: Routledge.
- SMITH, Valene (1989). *Hosts and Guests: The Anthropology of Tourism*. (2 Ed.), Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- STASZAK, Jean-François (2008). "Other/otherness." *International Encyclopedia of Human Geography*. Elsevier [Online]. Disponível em <http://www.unige.ch/ses/geo/collaborateurs/publicationsJFS/OtherOtherness.pdf> [Consultado a 09 de Fevereiro de 2015].
- STONE, Philip (2006). "A Dark Tourism Spectrum: towards a typology of death and macabre related tourist sites, attractions and exhibitions" *TOURISM: An Interdisciplinary International Journal*, 54 (2), pp. 145-160.
- STURKEN, Marita (2007). *Tourists of History. Memory, Kitsch, and Consumerism from Oklahoma City to Ground Zero*. Durham e London: Duke University Press.
- TAYLOR, John (2001). "Authenticity and sincerity in tourism." *Annals of Tourism Research*, 28 (1), pp. 7-26.
- TEIXEIRA, Manuel Correia (1994). "A habitação popular no século XIX - características morfológicas, transmissão de modelos: as ilhas do Porto e os cortiços do Rio de Janeiro." *Análise Social*, 29 (127), pp. 555-579.
- TRIGUEIRO, Osvaldo Meira (2005). "A espetacularização das culturas populares ou produtos culturais folkmediáticos." *Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares*, Brasília. [Online] Disponível em <http://bocc.ubi.pt/pag/trigueiro-osvaldo-espetacularizacao-culturas-populares.html#note1> [Consultada a 21 de Fevereiro de 2015].
- TUSSYADIAH, Iis e FESENMAIER, Daniel (2009). "Mediating tourist experiences: Access to Places via Shared Videos." *Annals of Tourism Research*, 36 (1), pp. 24-40.
- UNITED NATIONS EDUCATIONAL SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANISATION (1972). *Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural*. I. Art. 1.º, 23 de Novembro: Paris.
- _____ (2003). *Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural*. I, Art. 2.º, 17 de Outubro: Paris.
- UNITED NATIONS WORLD TOURISM ORGANISATION (UNWTO) (2013). *Tourism Highlights*. 3 ed. (N.M.): UNWTO.
- URRY, John (2002). *The Tourist Gaze*. 2Ed. London: SAGE Publications Ltd.
- VALLADARES, Lícia (2005). *A intervenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro, FGV.
- _____ (2000). "A gênese da favela carioca. A produção anterior às ciências sociais." *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 15 (44), pp. 5-34.
- VARGAS, Xico (2006) "O museu do PT na favela". Em Freire-Medeiros "Favela como patrimônio da cidade? Reflexões e polémicas acerca de dois museus." *Estudos Históricos*, 38, pp. 49-66.

- VIEIRA, António Carlos Pinto (2006). “Da memória ao museu: A experiência da Favela da Maré”. In *Usos do Passado*. XII Encontro Regional de História. Rio de Janeiro (RJ).
- VILARINHO, Andreia; ORNELAS, Cláudia; ALMEIDA, Patrícia (2015). *Ilhas do Porto*, Disponível em <http://cargocollective.com/ilhasdoporto/Ilhas-com-historia> [Consultada a 05 de Julho de 2015].
- VITOR, Amílcar Guidolim e SANTOS, Júlio Ricardo dos (2011). “A construção social do património cultural através do processo de produção de representações sociais.” *Revista Histórica em Reflexão*. [Online] Disponível em <http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/viewFile/1480/876> [Consultado a 4 de Maio de 2015].
- WILLIAMS, Claire (2008) “Ghettotourism and Voyeurism, or Challenging Stereotypes and Raising Consciousness? Literary and Non-literary Forays into the Favelas o Rio de Janeiro”. *Bulletin of Latin America Research*, 27 (4), pp. 483-500.

Referências bibliográficas indirectas (indicadas pelos autores citados):

- BEETON, Sue (2006). *Community Development Through Tourism*. Landlinks Press: Collingwood.
- CLIFFORD, James (1997). *Routes: travel and translation in late Twentieth Century*. Harvard University Press: Harvard.
- HEIDEGGER, Martin (2001). *Ser e Tempo*. Vozes: Petrópolis.
- HUTNYK, John (1996). *The rumour of Calcutta: tourism, charity and the poverty of representation*. Zed Books: Londres.
- JEUDY, Henry-Pierre (2005). *Espelho das Cidades*, Casa da Palavra: Rio de Janeiro.
- MACCANNEL, Dean (1992). *The Tourist: A New Theory of The Leisure Class*. Shocken: New York.
- MASON, Peter (2008). *Tourism: impacts, planning and management* (2ª Ed.). Elsevier: Oxford.
- MEIRA, Ana Lúcia (2004). *O passado no futuro da cidade: políticas públicas e participação popular na preservação do património cultural de Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- QUEIRÓS, João (n.d.). “Estratégias e discursos políticos em torno da reabilitação de centros urbanos”.
- URRY, John (1990). *The tourist gaze: leisure and travel in contemporary societies*. Sage Publications: Londres.
- VELOZO, Mariza (2007). *O fetiche do Património*. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário; SEPÚLVEDA, Myrian (Org). *Museus, Colções e Patrimónios: Narrativas Polifónicas*. Garamond universitária: Rio de Janeiro.
- ZAPATEL, Juan Antonio (2012). “Projetos Urbanos: A Experiência do SAAL em Portugal.” *Anais: Seminário de história da Cidade e do Urbanismo*, 8(4), pp. 1-6.

Anexos de Figuras

Figura 1. Localização geográfica das favelas do Rio de Janeiro



Fonte: Helenice (2004)

Figura 2. Localização geográfica do Complexo de Favelas da Maré



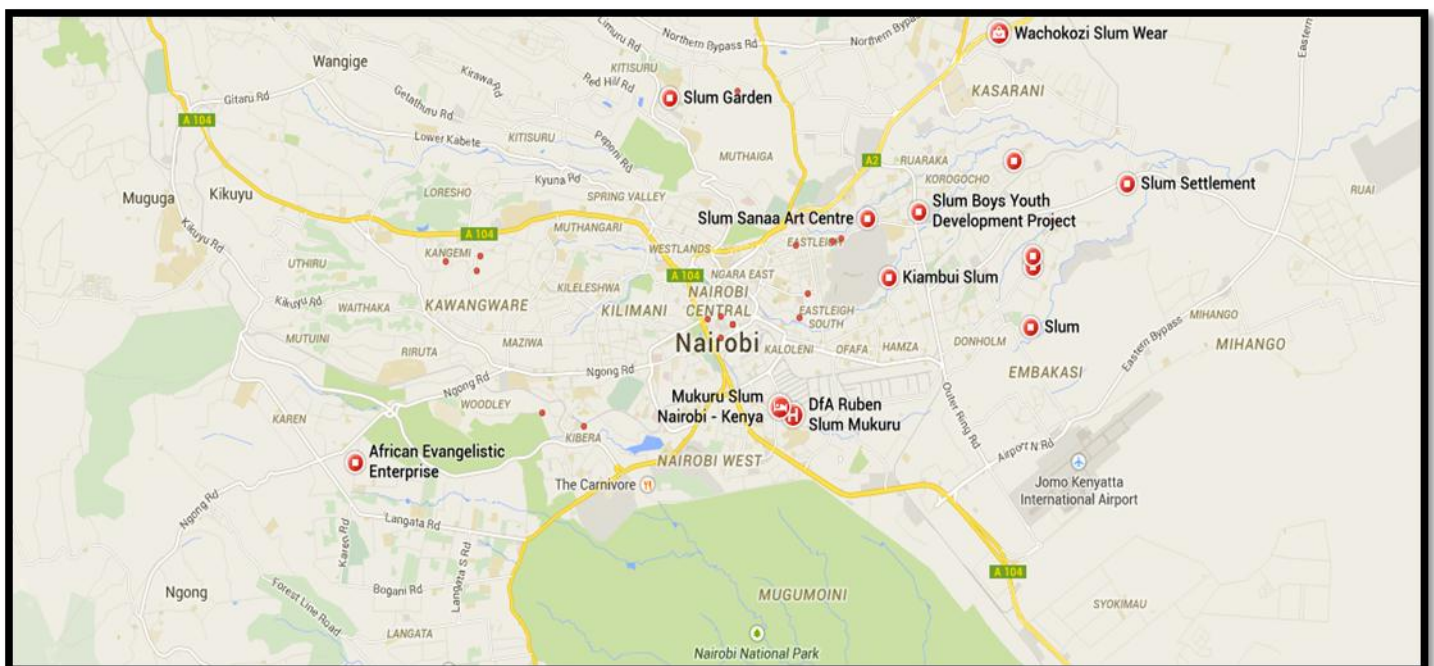
Fonte: Google Maps (2013)

Figura 3. Localização do Museu da Maré



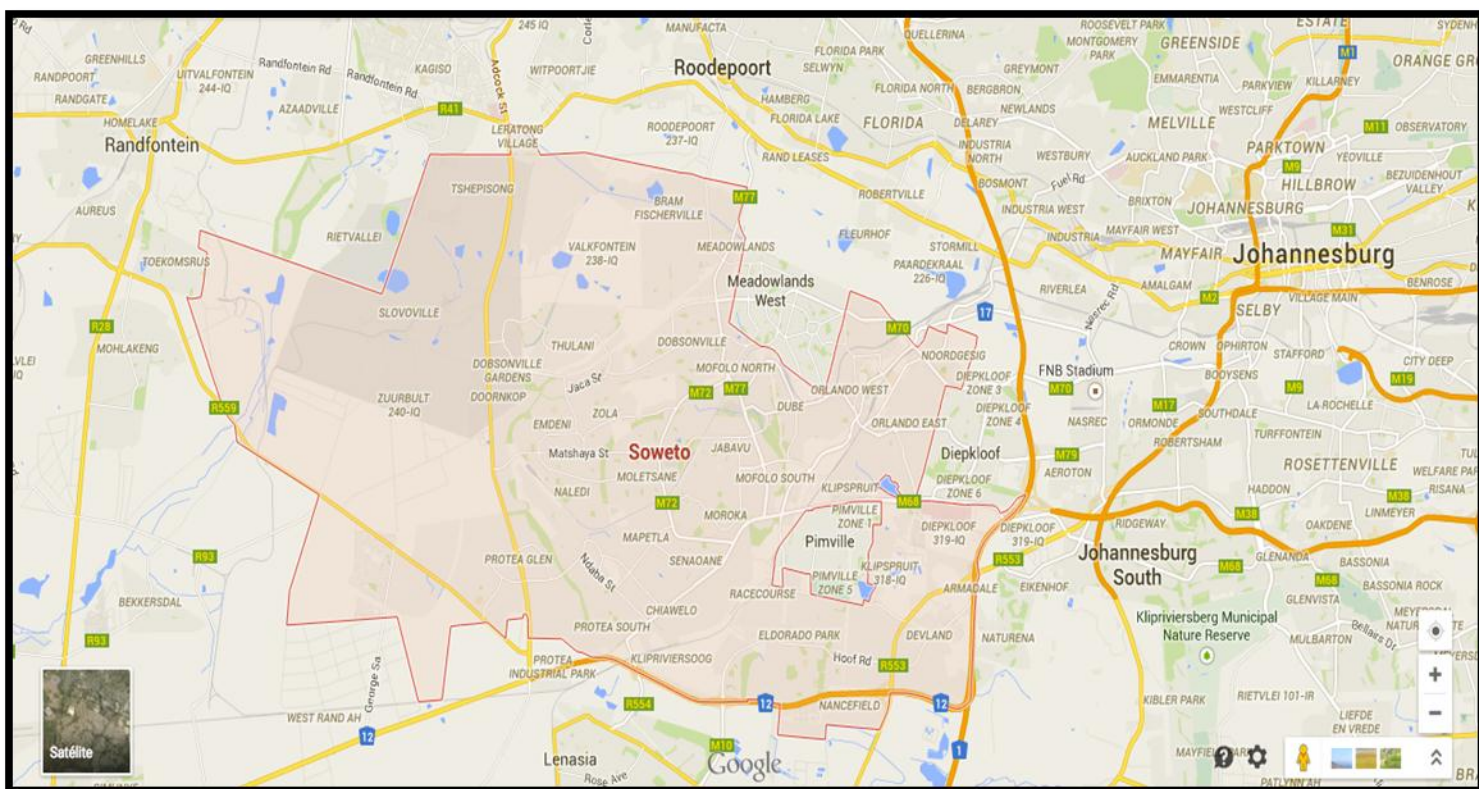
Fonte: Google Maps (2013)

Figura 4. Localização geográfica dos “Guethos” de Nairobi (Kenya):



Fonte: Google Maps (2015)

Figura 5. Localização geográfica de Soweto, Joanesburgo (África do Sul):



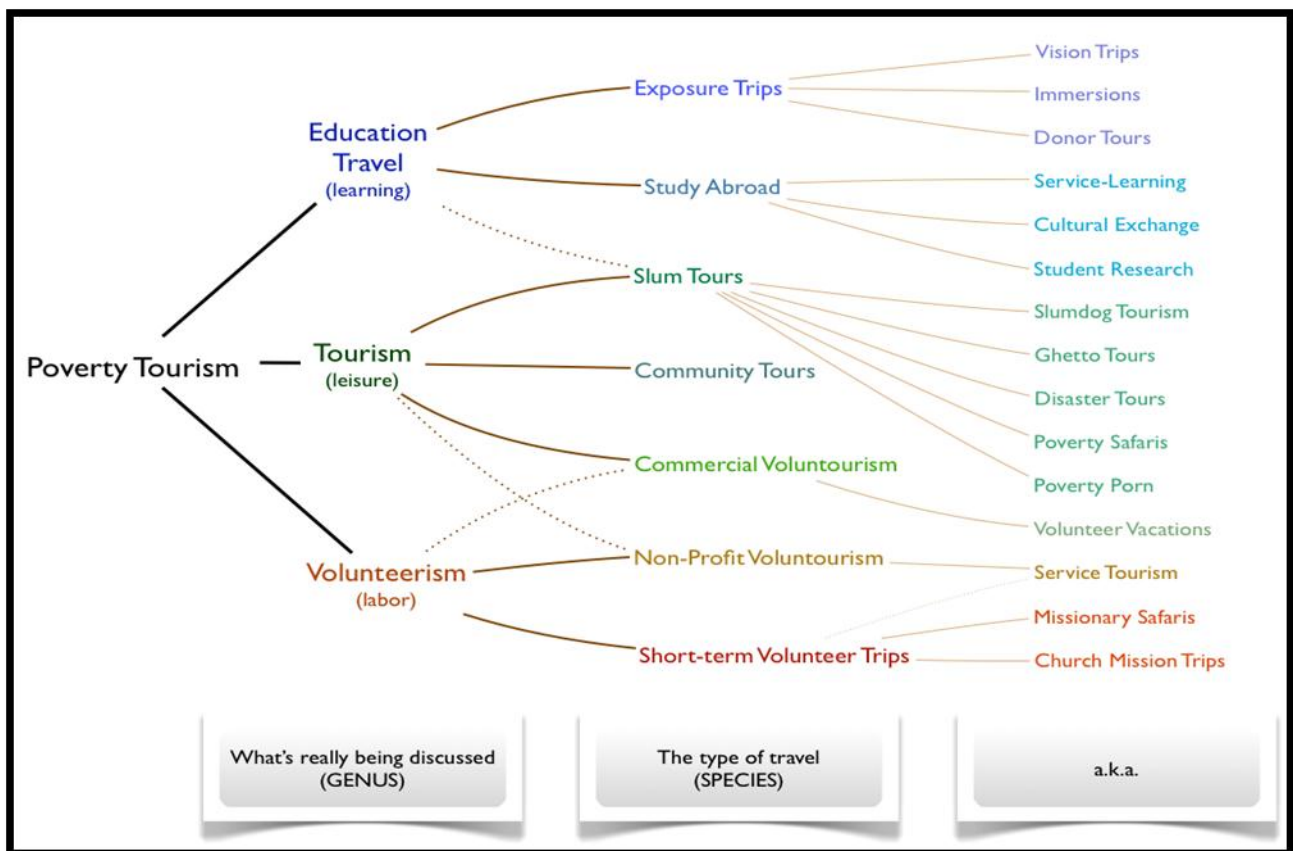
Fonte: Google Maps (2015)

Figura 6. Localização geográfica de Dharavi em Mumbai (Índia):



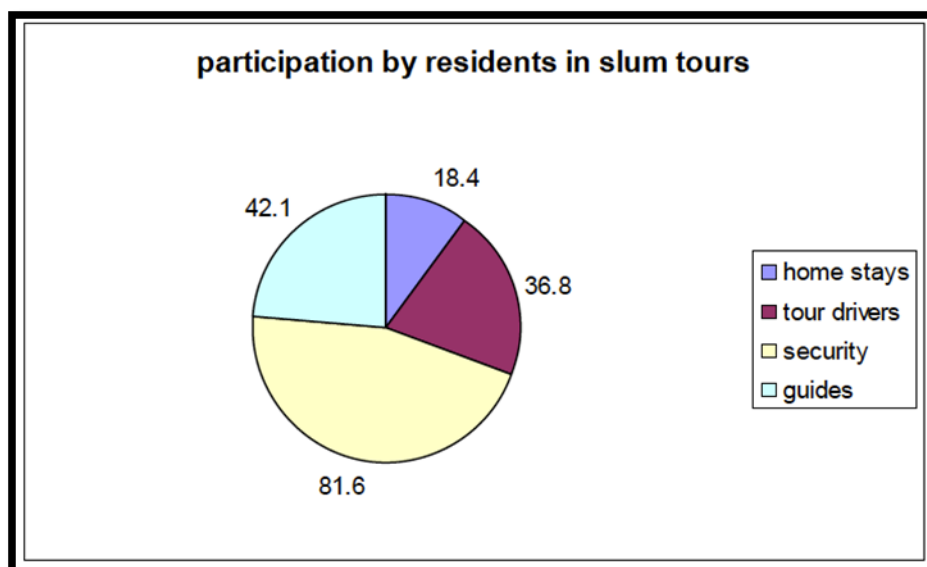
Fonte: Google Maps (2015)

Figura 7. Conceitos comumente ligados ao Turismo da Realidade:



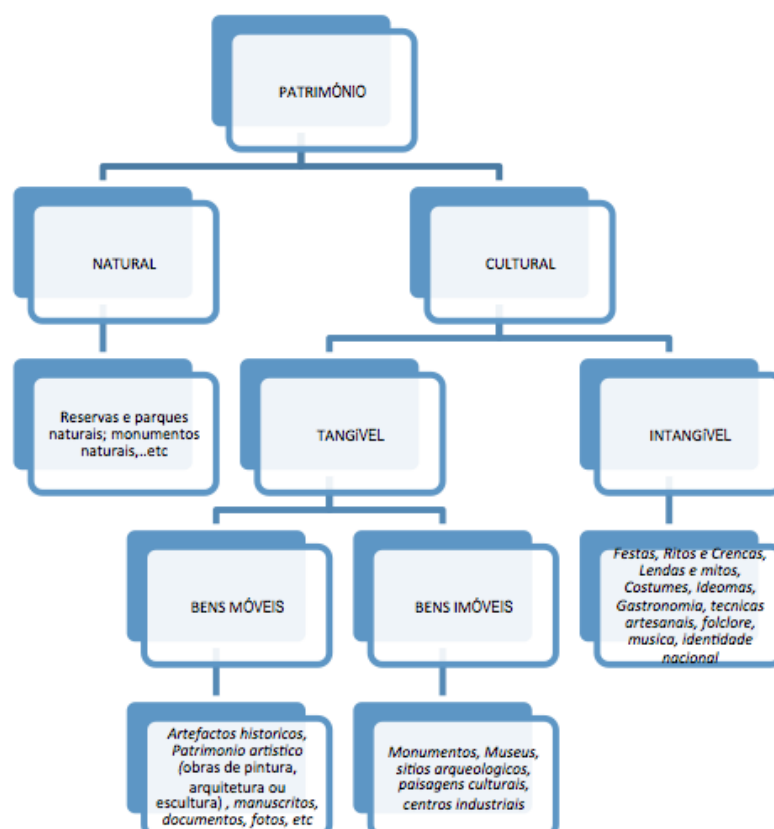
Fonte: *Staying for tea* (2010)

Figura 8. Participação dos residentes na oferta de serviços turísticos juntamente com empresas em Kibera, no Kenya (Victoria Safaris)



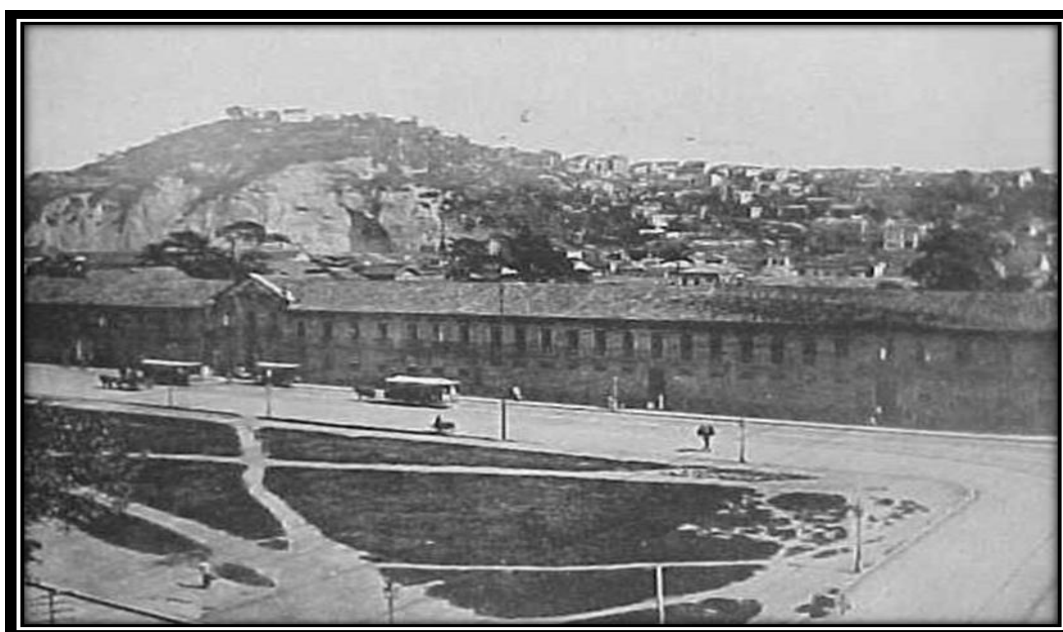
Fonte: Peninah (2012: 53)

Figura 9. Diagrama sumativo dos tipos de património, segundo a UNESCO



Fonte: Adaptação da UNESCO (2003)

Figura 10. Quartel general e o Morro da Providência em 1900



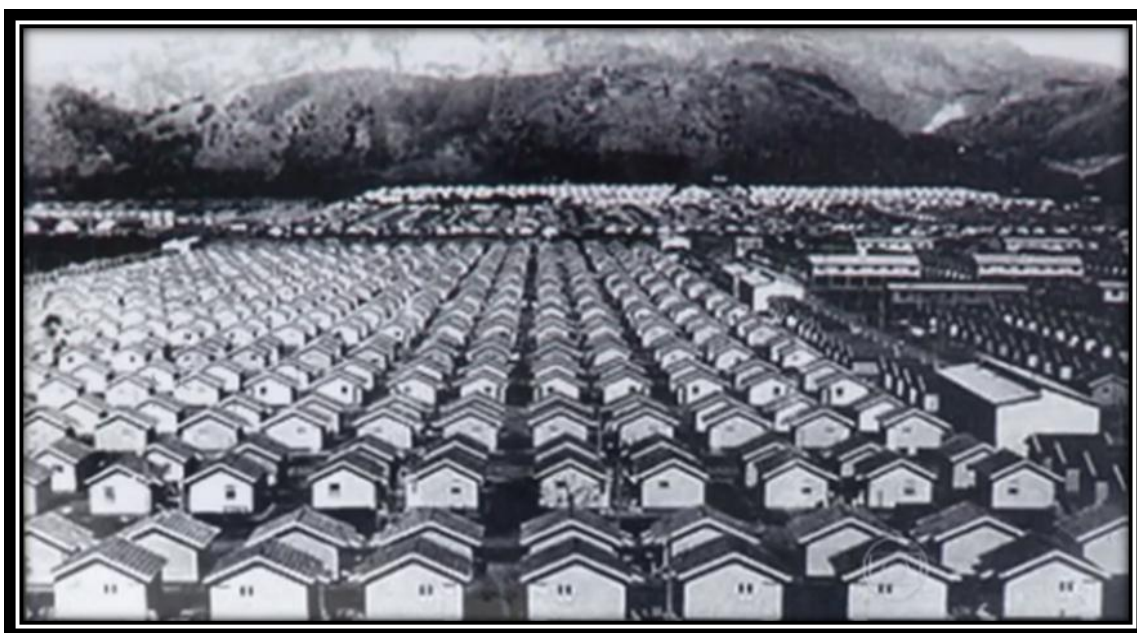
Fonte: Renascença em Globo, 2015

Figura 11. As primeiras casas no Morro da Providência em 1905



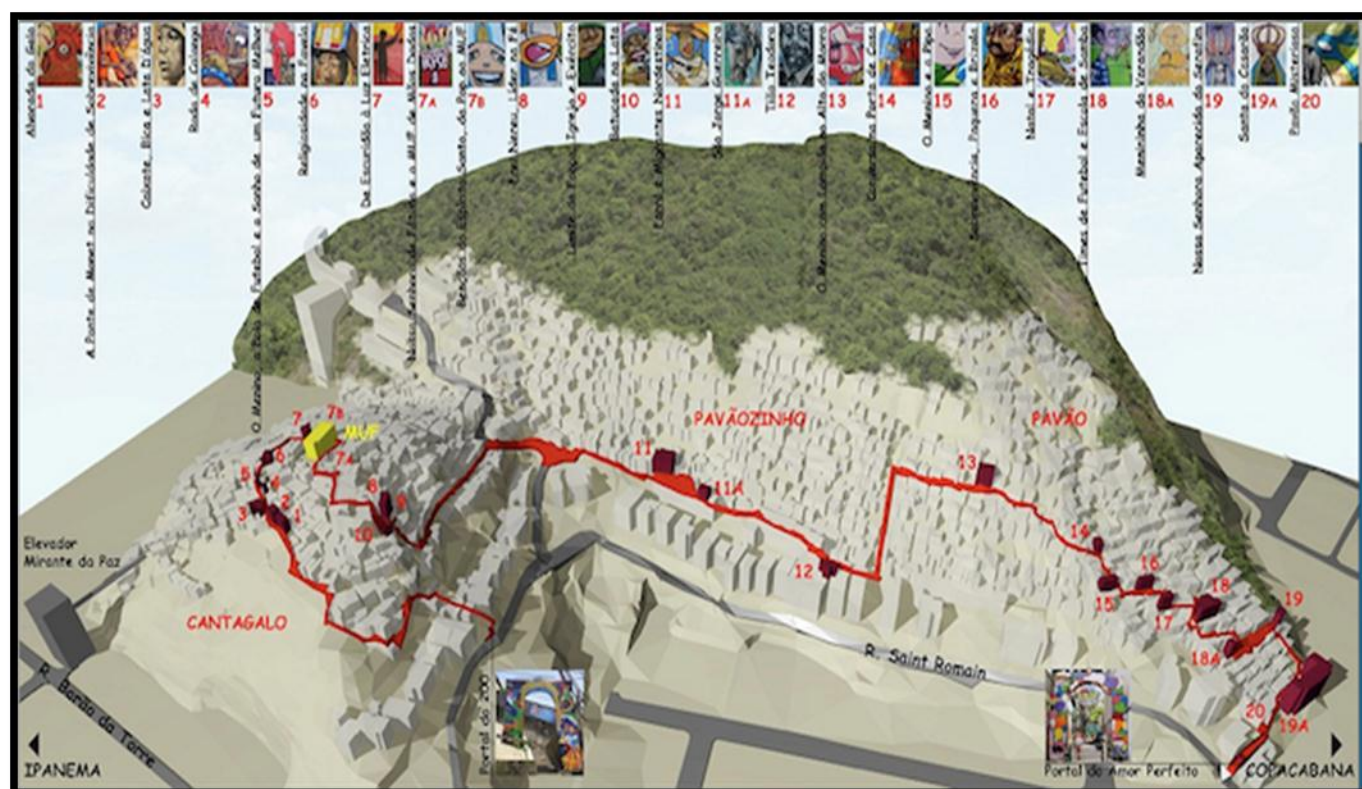
Fonte: Renascença em Globo, 2015

Figura 12. Conjunto habitacional (Vila Kennedy – 1963)



Fonte: Globo, 2015

Figura 13. Roteiro MUF



Fonte: Museu de Favela (2015)

Figura 14: Museu de Favela – vista sobre o asfalto



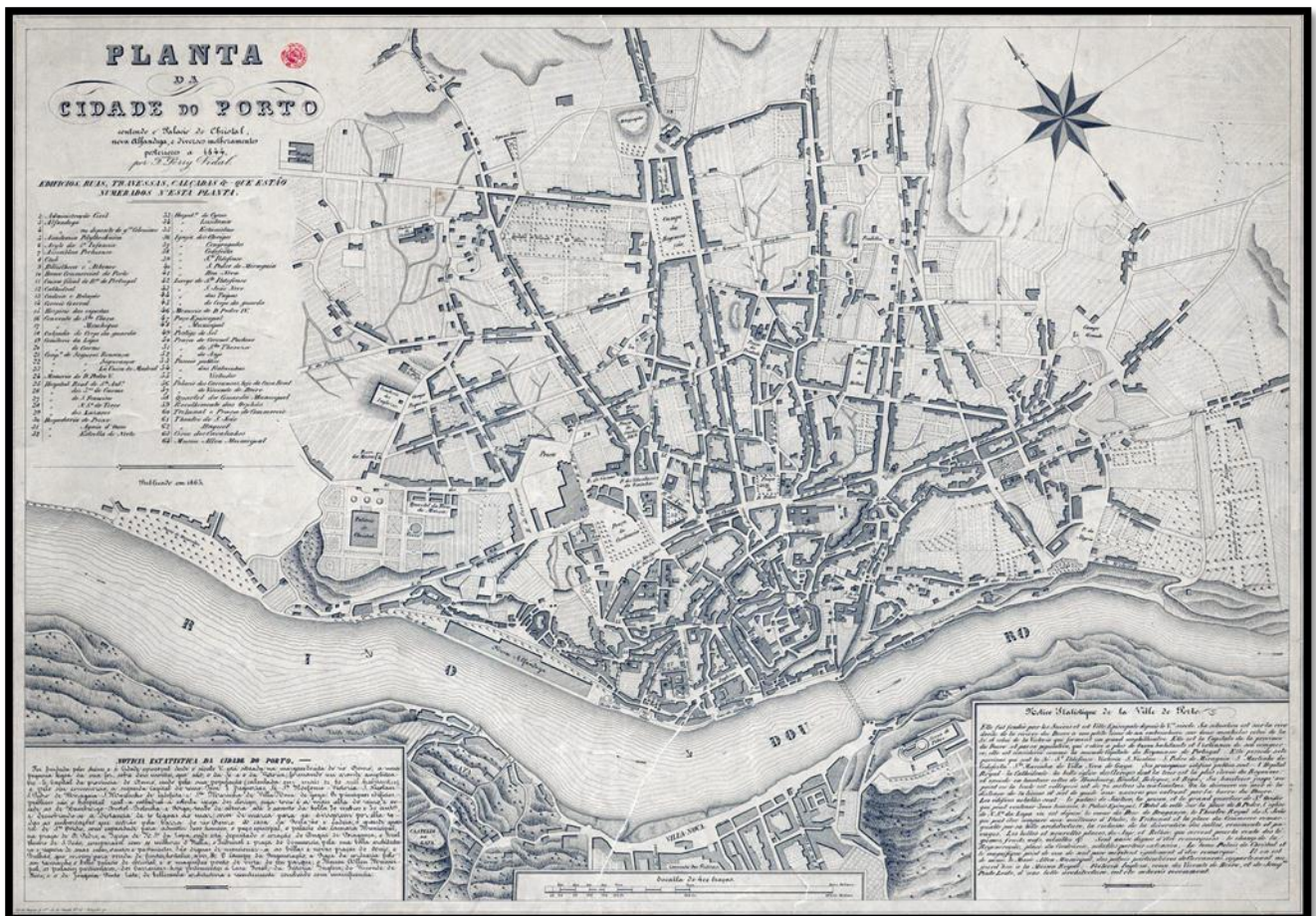
Fonte: Museu de Favela (2015)

Figura 15: Museu de Favela – Atividades criativas



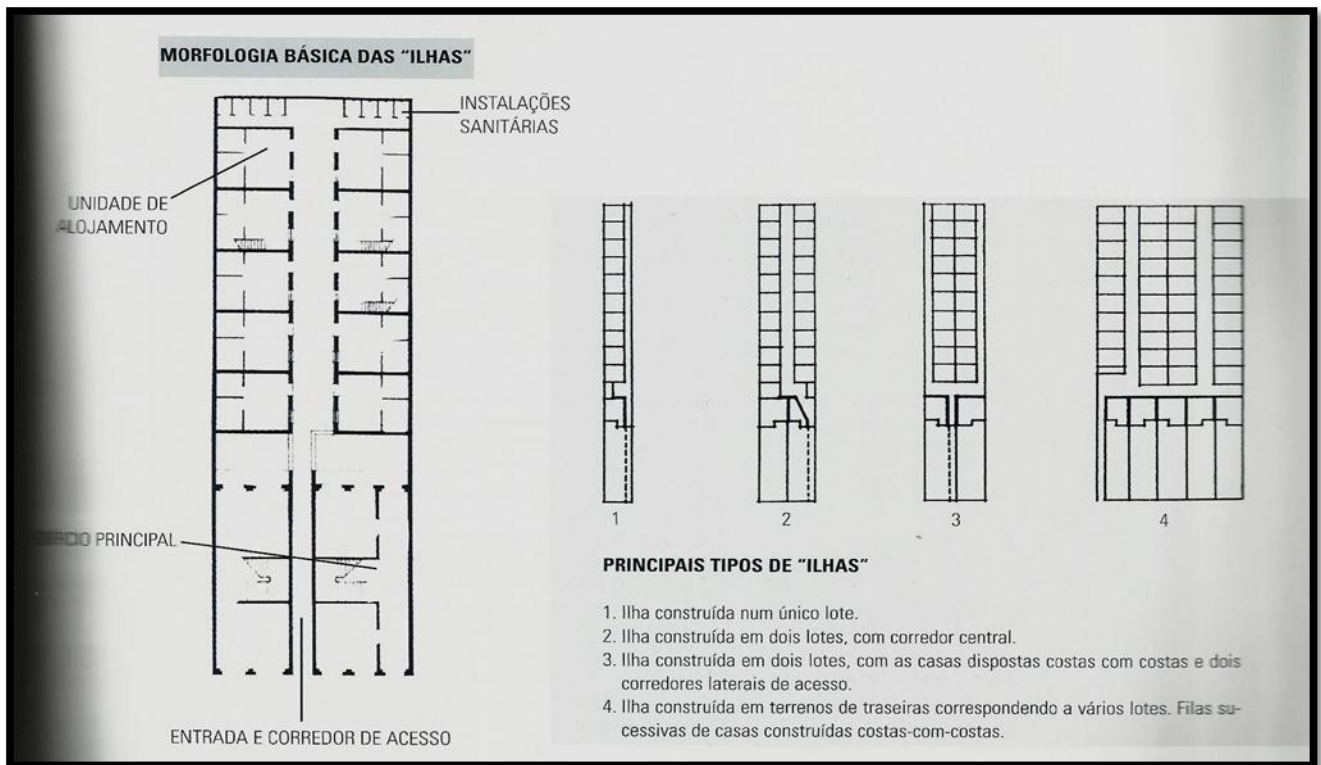
Fonte: Museu de Favela (2015)

Figura 16: Mapa Medieval da Cidade do Porto no século XIX



Fonte: Pimenta et al. (2001: 16)

Figura 17. Morfologia básicas das “Ilhas”



Fonte: Pimenta et al. (2001: 11)

Anexos

Anexo 1. Transcrição das gravações de voz realizadas durante o 1º Seminário Internacional de Habitação Básica – Braga

**Iº Seminário Internacional de Habitação Básica
10 – 12 Abril 2014 – Braga/Porto**

10/04/2014 – Universidade do Minho – Braga

- **Berta Granja (ISSSP/LAHB Social) – Dir. LAHB Social:**

- A situação em que se vive em Portugal é dramática, especialmente a habitacional. O sentido de habitação não é só o “habitar”, são as relações sociais de vizinhança, a coabitação das pessoas com o espaço, os serviços sociais.

- **Manuel Pizarro (Vereador da Habitação – Câmara Municipal do Porto):**

- As questões da habitação são questões centrais. A habitação é um direito básico, não pode deixar de nos interpelar a todos.

- Repartição das responsabilidades: o problema da habitação tem tal peso que não é solucionável sem uma co-responsabilização.

- Ilhas ou espaços com mais de 10.000 fogos: usar estes espaços de habitação popular como uma das possíveis soluções habitacionais, diversificando socialmente.

- Em 2014: iniciar a reabilitação da Bela Vista. Não se trata de um caso isolado, da Bela Vista em si. A reabilitação da ilha da Bela Vista tem de ser vista como uma marca simbólica desta “viragem” em relação ao problema da habitação.

- **Ricardo Rio (Presidente da Câmara Municipal de Braga):**

- O convívio entre a componente académica e a componente pragmática pode contribuir para o melhoramento desta realidade. A componente da habitação é comumente motivada pelo edificado (material) quando o mais importante são os que lá vivem.

- **José Manuel Cordeiro (Presidente ISC – U. Minho):**

Seminário 03

- C.S. têm responsabilidades especiais. Estaremos à altura de responder aos desafios se soubermos articular, através de associações e parcerias, académicas ou não. “Não é possível compreender sem agir. E nós agimos para compreender”.

- Interdisciplinaridade: É a partir de uma compreensão profunda das outras disciplinas que nós podemos realmente dialogar, inovar e trabalhar/compreender as outras disciplinas.

Seminário 04

- **Graciete Dias (Vice-Reitora U. Minho):**

- O direito à habitação básica é, no fundo, o direito à habitação para todos.

Seminário 05

10:30 – “Espaço, sociedade e habitar”

- **Professor Manuel Carlos Silva (Director do CICS-U. Minho):**

*** Perspectiva da Sociologia: do espaço, enquanto espaço limitado**

- Conceitos territoriais como Casa, Cidade, Bairro são conceitos geográficos e sociológicos na medida em que estas realidades sociais constituem locais de construção social e testemunhos de memória colectiva. A Casa: é um lugar arquitectónico da personalidade e da intimidade. O bairro é uma das bases de construção de identidade individual e colectiva. O espaço tem condições e significações simbólicas. São as comunidades que alteram/recriam/dão humanidade aos locais e dão até uma dimensão afectiva com estes espaços. Ex: casa, igreja, escola, sindicatos;

- Cabe ao Estado o papel de intervir nesses espaços públicos em termos, nacionais, regionais e locais. Cabe às instâncias políticas

Seminário 06

(Estatais, Centrais e também regionais e locais) que têm algum grau de autonomia no ordenamento do espaço na cidade. Nesse sentido, o Estado tem uma relevância fundamental porque deve dar resposta para que os habitantes da cidade tenham acesso a espaços verdes, a infra-estruturas, a transportes, e sobre tudo a questão d ordenamento e o direito à habitação.

- “Atrai ao centro aqueles que têm mais poderes (sociais e económicos) e arreda para a periferia aqueles que têm menos poder” – [Controvérsia das ilhas (as populações mais pobres deslocaram-se do campo para o centro das cidades). Entretanto, foram movidas para fora da cidade/periferias?].

- **Luís Baptista – Historiador (CESNOVA-UNL):**

- Breve resumo da história do aparecimento das ilhas do Porto.

- “parasitismo do senhorio que não faz nada e continua a receber renda”.
- [Em relação às ilhas do Porto] Não se deve limitar à recuperação física mas promover a integração de aspectos educacionais, culturais. Envolver ações participativas da população, ouvi-las, o que elas têm a dizer (no início, durante e depois dos projetos). E que esta recuperação não sirva apenas de atracção turística, mas que promova a redução da segregação e exclusão social.
- “Lançar vários olhares aos olhares”. “Criar uma cidade à escala humana”.

- **Miguel Bandeira - Geógrafo (CEGOT-U. Minho):**

Seminário 07

*Braga Habit – Ver *

- “Guetizar”.
- [...] não é só o físico. Pretende-se sobretudo na dimensão intangível, na dimensão humana da vizinhança. Existe, porém, um paradoxo: por um lado, o facto de haver poucas condições habitacionais, por outro lado, as populações não querem abandonar os locais onde vivem.

- **Elena Tarsi (U. Firenze, Itália): elena_tarsi@yahoo.it**

Seminário 08

- * “Urban Informality” – perspectiva arquitectónica
- * Apresentação Prezi: <http://prezi.com/wkuo2ky7nxnv/urban-informality/>
- A importância da experiência brasileira de estudo e entendimento sobre a exclusão urbana das cidades brasileiras como base de conhecimento para entender os novos processos que estão a acontecer nas cidades do chamado “Norte do Mundo” [europeias/portuguesas].
- Pesquisa comparativa entre a exclusão urbana: como ela se verifica nas cidades brasileiras e como se verifica nas cidades portuguesas. Esta comparação nasce da ideia que a base dos conhecimentos criados no “Sul do Mundo” podem ser reutilizadas através de uma nova perspectiva que utiliza conceitos que ajudarão a compreender melhor as dinâmicas entre as transformações actuais que estão existindo nas nossas cidades .
- A situação de exclusão urbana vivida nas cidades europeias /portuguesas estão a ser amplificadas pelos processos de emigração surgida nas últimas décadas. A crise económica com certeza criou novas vulnerabilidades.

- O tema da informalidade na construção do espaço urbano está muito ligado ao tema da exclusão urbana e está ligado também ao tema da segregação espacial. Nas cidades do “Sul do Mundo” ele é estrutural na formação das cidades. Nas cidades do “Norte do Mundo”, da Europa, ela é um novo processo.

- Síntese de alguns dos conceitos desenvolvidos para entender a situação específica brasileira que vê uma aprovação da cidade contemporânea, [originando] uma exclusão urbana estrutural, uma exclusão ao chamado direito à cidade a través da criação de espaços conhecidos como favelas, loteamentos das cortiças que são espaços criados, ao longo do tempo, de forma espontânea e que fogem da legalidade dos planos urbanos e que estão ligadas a várias razões, entre outras, que estão ligadas à colonização e à falta de políticas de integração depois da fim da escravatura, que deixou grande parte da população em situações de subalternidade.

- Síntese das lógicas (conceitos) que estão por detrás desta exclusão e que podem ser utilizadas para entender, analisar, para olhar de outra forma as nossas cidades:

1- Lógica da injustiça: é o que está detrás da exclusão da população nas cidades brasileiras e não a pobreza. Desde sempre a exclusão urbana e as favelas foram ligadas à pobreza porém, sob esta perspectiva, muitos académicos colocam a injustiça à frente da pobreza como principal motivo de exclusão social.

2- Lógica da localização: as cidades desenvolvem-se através de regiões urbanas que criam um sistema de segregação. Segregação é entendida como a concentração de populações com a mesma característica socioeconómica. **(Wilson Santos, Villaça).**

3- Lógica do dualismo: utilizado para entender a cidade informal. A dicotomia entre a cidade legal/formal e a cidade ilegal/informal. Esse olhar dualista defende que a informalidade não é somente característica das favelas ou das áreas de exclusão urbana. Vem sendo cada vez mais característica dos condomínios de luxo, construídos sem seguimento da legislação (construção em áreas de protecção ambiental). Temos que superar essa dicotomia entre o formal e o informal, que acaba por criar limites imaginários, criados internamente (dentro da própria cidade) como é o caso da separação entre a favela e o asfalto.

4- Lógica da estigmatização: representado por Wacquant, que defende que a estigmatização urbana é tão importante quanto o estigma criado em torno da cor da pele. Este estigma vem ligado, no caso brasileiro, à presença da droga, da violência, que, por sua vez, contribuem ao aprofundamento da exclusão.

- **Estado de exceção:** as áreas informais são territórios onde as regras institucionalizadas de planificação são suspensas, elas vivem um estado de exceção onde “a exceção vira regra”. – paradoxo -

- **Lei do Estatuto da Cidade** [importante contribuição brasileira] (art. 182-183 of constitution 1988): **ZEIS** (Zonas de Especial Interesse Social). Regularização de áreas informais e instrumentos da pobreza.

- Critérios analíticos que considera [a investigadora] interessantes na análise da informalidade urbana e que podem ser usados para olhar de forma diferente para as áreas de exclusão e de informalidade urbana nas nossas cidades:

1- Proximidade (Villaça, 2001, 2012);

2- Permeabilidade (Foclaout, 1978): são áreas onde o acesso normalmente vem sendo regulado, pelos próprios moradores;

3- Estigmatização (Wacquant, 2007): são os próprios habitantes de fora que não entram dentro dessas áreas. A estigmatização pela violência, pela droga.

4- Espaço público/privado: espaço privado, a privacidade dos espaços de uma ilha é uma privacidade muito diferente da qual estamos acostumados, pela dimensão do espaço e complexidade das funções que o espaço passa a ter. O espaço público, as ruas tomam um valor muito diferente das ruas da cidade onde passam os carros.

5- Dicotomia: formal/ informal, dentro/forma;

6- Estado de Exceção (Illich, 1992 – a arte do habitar): Como é que se verifica este estado de exceção em relação às regras. Poder transformar a falta de regras na concepção do espaço urbano, no que o **Professor Bandeira???** Chama de **Espaço Vernacular**, as pessoas constroem um espaço mais adaptado aos seus rituais do dia.

- A participação e envolvimento da população é criada através de programas de requalificação, de criação de infra-estruturas que reflectem o chamado processo de inclusão social.

Roy: Necessidade de achar novas formas de entender o espaço urbano e pensar melhor os espaços de informalidade.

- Strategic use of the “*State of Exemption*” against eviction (despejo) and gentrification.

Utilização do Estado de Exceção: pode ser utilizado a favor das áreas de informalidade.

- O trabalho desenvolvido vai tentar aplicar às ilhas do Porto.

- **José Manuel Cordeiro (ICS-U. Minho):**

Seminários 10 e 11

- Porque é que o Porto não construiu bairros industriais nos finais do séc. XIX? O Porto tem uma especificidade muito própria. A cidade industrial do séc. XIX não responde satisfatoriamente à questão do alojamento para a mão-de-obra nas fàbricas.

- Uma das características mas peculiares deste tipo de habitação é o “crescimento da cidade para dentro”.

* **Manuel Teixeira (tese):** “A habitação operária no Porto”.

- Olharmos para outras realidades que nos podem trazer soluções importantes relacionadas com a questão do alojamento: por exemplo, o contributo da professora Elena Tarsi.

- **Professor Fernando Matos Rodrigues – Dir. LAHB Social (LAHB Social/MIA-ESAP):**

Seminário 12

- As pestes bubónicas não eram característica das ilhas mas sim nas casas de colmeia. As ilhas não tinham falta de saneamento, existem documentos que comprovem isso.

- É benéfica esta mistura/diversidades de estratos sociais, neste caso, na ilha.

15:00 – 1ª Mesa Redonda “Direito à Cidade e Mediação”

Mesa R 01

Teresa Mora (CICS-U. Minho):

- “Le droit de la ville” (Louis Lefébvre, 1968). DC:135.

- Revista “Rue Decarte” (drois de cités).

- “**Direito à cidade**” significa:

1- *Direito ao habitar*: A segregação da cidade destrói a morfologia da cidade. A segregação tem como limite a “**guetização**” (por um lado, **guetos de pobreza**, por outro lado, **guetos de cidade e lazer**).

2- *Direito à obra*: direito à actividade participante.

3- *Direito à apropriação*: do tempo, do espaço, do corpo, do desejo, da qual nasce a obra → à cidade.

- DC:135 – ver*.

- O exemplo do **Intendente - Mouraria** mostra a **importância do trabalho da arte na apropriação do espaço urbano apostando em aspectos artístico-culturais**. Procura reconhecer o trabalho da arte na revitalização do espaço.

- **Mouraria 2002 – 2005:**

- * Cidades dentro das cidades;
- * Mediação artístico-cultural: Festival Todos – caminhada de culturas.

- C.E.M.: abrir a experiência da arte na experiência arquitectónica???

- * É privilegiada a intervenção da arte para serviços sociais.

Ex: Festival de Pedras;

- **Eduardo Jorge Fernandes – Arquitecto (Arqt. U. Minho):**

- Processo S.A.A.L. (pós 25 Abril) 1975-1976: Propunha, como um dos seus principais princípios o “direito à cidade”.

* *Participação*: direito e vontade do cliente em intervir no projecto/edifício onde ele vai habitar.

* *Apropriação*: a forma como o cliente vai usar esse edifício.

- **1º Plano de Melhoramento da Cidade do Porto (1952???)**: Plantas dos 13 bairros sociais construídos entre 1956 e 1966.

- Quando surge esta oportunidade de repensar a habitação com o processo S.A.A.L., uma das coisas que os arquitectos pensam que este processo tem no fundo adquirido é contrariar esta ideia de deslocalização. O processo S.A.A.L. assenta-se em dois princípios fundamentais:

1- O direito à cidade: realojar antigos moradores para os antigos bairros e não exilá-los para fora da cidade;

2- O direito à arquitectura: a oportunidade de discutir com os arquitectos a possibilidade de discutir sobre a sua própria casa. Este aspecto tem sido, na prática, “difícil de gerir”, confessa o arq. Eduardo Fernandes.

- **Fernando Matos Rodrigues (LAHB Social/MIA-ESAP):**

Mesa R 03

- “O contacto directo com a população das ilhas e com os bairros sociais do Porto levantou-nos questões como por exemplo: O que é o habitar? O que é o apropriar de um espaço? O que é viver?

- Quando se faz a valorização deste tipo de habitar corre-se o risco de uma certa folclorização e mistificação da pobreza. A ideia de que poderíamos estar a patrimonializar a pobreza. A ideia de que poder-se-ia chegar aí e considera-lo um

espaço digno que valia a pena lutar por ele, pela sua valorização e pela sua requalificação.

- “Há aqui uma relação de apropriação, de amor ao sítio, onde se interage.
- “Começamos a construir aqui toda uma estratégia de deslocar todo um conjunto de conceitos e fundamentações para a valorização dessas comunidades. “Também convivíamos com uma visão extremamente relativista onde apareciam os tais fenómenos de “guetização”, o problema da “gentrificação”, e também a ideia de que estas comunidades estavam perfeitamente à margem e de que não estavam disponíveis para a participação. Na verdade não é bem isso. Na verdade visitamos arquivos e vimos que havia exatamente uma “luta urbana silenciosa”. Isto é, ao longo dos anos, tirando este efeito S.A.A.L., na realidade, estes moradores foram lutando silenciosamente. As pessoas aderiam aos projetos, às iniciativas. “As pessoas sabiam o que é que queriam”. Começamos a ver que as pessoas estavam organizadas, as associações estavam legalizadas, tinham um plano de financiamento e tinham líderes, tinham pessoas que a representavam. Queriam resolver as humidades, queriam resolver as questões das infiltrações, queriam tornar a ter a possibilidade de que os seus descendentes, os seus filhos ou netos pudessem voltar ao bairro, neste caso as ilhas camarárias.
- Na mediação, é preciso ganhar a confiança dos habitantes, construir uma relação e tornar-se em “mais um morador da ilha”.
- Na relação entre o “nós” e o “eles”, há aqui uma relação de construção de confiança. A relação é complexa porque os códigos são diferentes. “As populações sempre foram muito críticas. Aliás, onde houve mais silêncio foi nas estruturas intermédias, os serviços municipais, por deficiência burocrática foram mais silenciosos.
- Há toda uma construção extremamente folclórica e romântica, um romantismo muitas vezes negativo, em torno do imaginário que foi sendo divulgado em volta das ilhas.
- O peso muito complexo deste processo: por um lado, ao defender as ilhas, estamos a defender a pobreza, a insalubridade, a desqualificação e a habitação de pobres. Por outro lado, se somos contra a ilha, estamos a deslocalizar, estamos a ignorar o problema da habitação. Cabe aqui à mediação criar um valor intermédio, onde nasce a ideia da habitação básica.
- **Bairro da Bouça:** presidente da associação de moradores: “Aqueles casas não são para nós”. O aumento do valor da renda fez com que muitos dos moradores que lá viviam até ao momento tivessem que sair das casas.

- **Aline Cunha Augusto (LAHB Social):** *“Mediação patrimonial e intervenção participativa: Reabilitação e transformação¹¹⁶”*

- Possibilidade de uma patrimonialização das ilhas do Porto.

“No contexto das discussões sobre reabilitação, intervenção e habitação básica social, esta comunicação caracteriza-se como um convite a que pensemos nas redes de sentido e valores que são constituintes de todo e qualquer espaço habitado. Na tentativa de articular os aspectos concretos da habitação, no que diz respeito à promoção de espaços adequados, àqueles aspectos tidos como simbólicos, à inclusão social e à participação e gestão democrática, a ideia de patrimonialização surge como uma instrumento articulador dos diversos agentes e interesses envolvidos na reabilitação de espaços, de modo a permitir novos usos e novos significados, sendo a mediação patrimonial de grande valia na convergência destes diferentes atores.

No tocante à questão da patrimonialização, pode-se enquadrar as Ilhas do Porto, a partir de um entrelaçar de espaços de significação, em diferentes categorias de património cultural, tanto no universo das manifestações que hoje aceitamos como Património Cultural Imaterial, quanto na esfera do Património Edificado e suas variantes: Património industrial, Património Popular Urbano, entre outras classificações.

Apesar da multiplicidade de aspectos que agregam, entre seus moradores e frequentadores, considerável valor simbólico, e que vão desde o material concreto ao património Imaterial, intangível, a ideia de patrimonialização das Ilhas transcende a velha discussão acerca da dualidade do conceito de Património quando aplicado a objetos materiais ou a manifestações sociais e, por isso, culturais. Isto aplica-se não somente às Ilhas, como a qualquer prática ou objeto a que se venha atribuir valor patrimonial.

A dimensão “intangível” que todo o património cultural carrega consigo, deve-se às construções de significados que este adquire socialmente, a partir de um contexto temporal específico. Desta forma, mesmo o mais objectivamente material dos bens colecionáveis - e por isto mesmo facilmente aceito pelo senso comum como de incontestável valor patrimonial, a ponto de necessitar de protecção e salvaguarda - adquire tal estatuto justamente a partir do mais intangível de seus componentes: o

¹¹⁶ O total acesso ao texto foi facultado pela própria autora.

valor que lhe é atribuído a partir da sociedade, grupo ou comunidade, dentro de sua componente temporal, na qual tanto o objeto como a comunidade está inserida, e que, juntos, determinam o seu valor.

Os processos de intervenção e reabilitação no espaço urbano são frequentemente acompanhados de projetos paralelos de patrimonialização. Neste contexto, a valorização do património arquitetónico é estreitamente ligada a uma readequação funcional, orientada diretamente à revitalização económica através do repovoamento das áreas intervencionadas e de um incentivo à programação cultural variada cuja função específica é a de valorizar o espaço e atrair maior fluxo de pessoas, com uma consequente dinamização das atividades económicas locais.

Um processo qualquer de patrimonialização que tenha base em objetivos meramente visando o desenvolvimento económico e os interesses especulativos imobiliários, costuma ocultar os valores simbólicos dos bens culturais, valores estes que reproduzem e exprimem os diferentes aspectos de determinada comunidade local, geralmente traduzidos e experienciados através de suas relações sociais quotidianas.

O património presta-se a ações pedagógicas, turísticas, políticas, económicas, além de experiências técnicas e sociais de ponta. Assim, a preservação do património também pode ser vista como uma forma de intervenção através de uma perspectiva simbólica, O próprio estatuto de património cultural a uma bem ou manifestação quaisquer gera sempre uma nova interpretação e apropriação social dos mesmos, normalmente através de uma atribuição de valor. Estes novos significados distanciam-se, muitas vezes, dos processos sociais que os geraram. Por um lado, estes bens podem criar novas relações espaciais. Por outro, a patrimonialização, desde o modo como é estabelecida, pode causar um efeito perverso tal que leve ao fim de uma identidade compartilhada.

Se provocada por um projeto participativo, para além de viabilizar o desenvolvimento económico, e por que não, a patrimonialização pode ser uma via de desenvolvimento social, uma ferramenta de transformação e promoção de qualidade de vida, se integrada a uma reabilitação interclassista, numa noção democrática de direito à cidade. Para tanto, faz-se necessária a adoção de uma conceção de património onde sua preservação e divulgação, longe de estagnar práticas sociais ou objetos, com fins de torná-los em mercadoria e visando apenas a rentabilidade económica, leve a experiências educativas e sociais que partam dos sentidos e valores que lhes são atribuídos por suas próprias comunidades produtoras ou detentoras.

Isto é possível através de um projeto participativo de mediação patrimonial que

considere o património cultural como valor de identidade e memória em uma realidade híbrida e mutável, resultante do cruzamento continuado entre o tradicional e o contemporâneo, perspectivado em um processo contínuo de negociação e ressignificação gerado por novos contextos.

O mote patrimonialização e o recurso às identidades são comumente utilizados como recursos retóricos que encerram em si ideologias diversas, ideologias estas que sustentaram as políticas urbanas ao longo da história contemporânea. A apropriação destes mesmos recursos, voltados para um projeto participativo que tenha origem na comunidade local, em suas expectativas e necessidades é a resposta para um desenvolvimento social democrático e sustentável.

Neste contexto, a patrimonialização constitui-se em um pretexto para promover a participação social e a valorização destes espaços que já possuem, em si, grande valor para aqueles que o habitam. O apego dos moradores a suas respectivas ilhas e casas e sua consequente recusa em abandoná-los ao aceitar o realojamento, deve-se a uma territorialidade dupla, que transita entre o público e o privado, ou entre a territorialidade do portuense com sua cidade e a territorialidade do morador com o lugar, com seu espaço privado, ou com a casa, e que no caso das Ilhas rompe as fronteiras da porta de entrada da residência, estendendo-se por seus corredores e espaços de uso comum.

É justamente na identificação deste processo, ou desta atribuição de valor pelos moradores a seus espaços de residência, que se encontra o sentido de um projeto integrado de mediação patrimonial. Este projecto deve acompanhar, de forma endógena, todo o processo de intervenção e estender-se após a atribuição das casas, com o fim de não perder de vista a rede simbólica de significados gerida e mantida pelos moradores. Muito longe de, arbitrariamente, construir identidades e realidades encenadas como produtos da reabilitação do espaço, a mediação neste contexto teria o papel de convidar os moradores a pensar a sua própria realidade a partir de um distanciamento que os leve a, reflexivamente, manter a sua própria lógica social.

Reflexivamente por que o próprio conceito de reflexividade guarda em si a transformação e ressignificação como essência. Cabendo aqui a aplicação de um uso ligeiro do conceito tal como proposto por Anthony Giddens, a reflexividade envolve a incorporação rotineira de novos conhecimentos e informação nos ambientes de acção, que são assim reconstituídos e reorganizados. Assim, se segundo GIDDENS, a reflexividade é um processo onde “as práticas sociais são constantemente examinadas

e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente o seu carácter”(1), é suposto que o envolvimento de especialistas e comunidade, dentro de um projecto de mediação reflexivo e participativo, leve a uma lógica local ressignificada, mas que ao mesmo tempo mantém seu sentido para todos aqueles que compartilham estes espaços e que, na tecitura de seus cotidianos, tornam as Ilhas um património da cidade do Porto a ser socialmente dinamizado em um contexto de coesão social.

O desafio que nos cabe aqui é a gestão de um projeto de mediação patrimonial que venha ao encontro da realidade vivida e compartilhada por sua comunidade. É dentro das crenças, conhecimentos e representações comuns, partindo de suas referências simbólicas, evitar a todo custo, como desfecho de uma intervenção de reabilitação, a imposição de uma realidade encenada, distante do quotidiano presente, ou mesmo a tentativa de branqueamento das práticas com o objectivo de higienização dos hábitos das classes populares, que geralmente acompanham as políticas correntes de patrimonialização e reabilitação.

O que faz das Ilhas um património da cidade do Porto a ser valorizado não é o conjunto de habitações em si, mas sim a sua apropriação social e as identidades que são construídas através deste mesmo processo, e que ao mesmo tempo justificam a relação simbólica que os moradores mantém nestes espaços e com estes espaços.

A busca de respostas a todas estas questões de partida, e tantas mais forem impondo-se ao longo de um processo de intervenção, são cruciais se aceitamos a premissa de que a reabilitação de um espaço qualquer envolve não simplesmente a renovação de espaços físicos, materiais, mas constitui-se em instrumento de promoção de desenvolvimento social sustentável. Longe de uma abordagem economicista do conceito de desenvolvimento, no âmbito das atividades do 1º Seminário Internacional de Habitação Básica, o que se vem propor através desta contribuição é a união de interesses e vontades para um projecto uníssono, onde a mediação patrimonial consista num ligame capaz de promover desenvolvimento, qualidade de vida e coesão social.”

FIM

Anexo 2. Núcleos e fogos identificados por tipo de núcleo habitacional

Quadro 1

Núcleos e fogos identificados por tipo de núcleo habitacional

Tipos	N.º Núcleos*		N.º Fogos	
	Habitados	Desabitados	Habitados	Desabitados
"Ilha"	856	51	5.182	725
"Ilha" atípica	121	2	651	74
Bairro operário	104	2	1.507	186
Quinta	32	---	210	30
Vila	14	---	104	9
Total	1.127	55	7.654	1.024

*Nos 1191 núcleos observados, em 9 não foi possível verificar a sua situação quanto à ocupação

Fonte: Pimenta et al. (2001) p. 9

Anexo 3. Núcleos e fogos identificados, agregados inquiridos e pessoas residentes

Quadro 2

Núcleos e fogos identificados, agregados inquiridos e pessoas residentes

Freguesias	Identificados				N.º Agregados inquiridos	N.º de Pessoas residentes
	N.º Núcleos*		N.º Fogos			
	Habitados	Desabitados	Habitados	Desabitados		
Aldoar	48	1	168	28	72	197
Bonfim	152	4	1.278	175	731	1.937
Campanhã	226	6	1.503	147	647	1.695
Cedofeita	167	8	1.081	189	685	1.818
Foz do Douro	44	3	178	23	63	159
Lordelo do Ouro	45	5	262	49	2	8
Massarelos	23	1	322	33	98	245
Miragaia	9	2	76	19	46	139
Nevogilde	19	5	82	12	---	---
Paranhos	181	7	977	120	279	743
Ramalde	120	6	672	93	211	515
S. Nicolau	---	---	---	---	---	---
Santo Ildefonso	55	6	544	86	354	913
Sé	30	1	490	48	308	784
Vitória	8	---	31	2	21	56
Total	1.127	55	7.654	1.024	3.517	9.209

*No total de 1191 Núcleos observados, em 9 não foi possível verificar a situação quanto à ocupação: 2 em Aldoar, 1 em Campanhã, 1 na Foz do Douro, 1 em Paranhos, 2 em Ramalde, 1 em S. Nicolau e 1 na Vitória.

Fonte: Pimenta et al. (2001) p. 10

LAHB SOCIAL SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE HABITAÇÃO BÁSICA

10-12 Abril 2014 — Braga / Porto, Portugal

DIA UM

U. MINHO, CICS, AUDITÓRIO B1, BRAGA

9h00

Abertura

António Cunha, Reitor da Universidade do Minho
Ricardo Reis, Presidente da C.M. de Braga
ICS Presidente
Manuel Carlos Silva, CICS Director
Fernando Matos Rodrigues e Berta Granja,
Direcção da LAHB Social

9h30

Espaço, Sociedade e Habitar

Moderação por Berta Granja, LAHB Social
Manuel Carlos Silva, CICS, U. Minho
Luís Baptista, CES, U. Nova
Fernando Matos Rodrigues, LAHB Social / MIA-ESAP

14h30 — 1.ª Mesa Redonda

Direito à cidade e mediação

Moderação por Maria Manuel Oliveira, U. Minho
Elena Tarsi, U. Firenze, Itália
Eduardo Jorge Fernandes, U. Minho
Aline Cunha Augusto, LAHB Social
Miguel Bandeira, U. Minho

16h30 — 2.ª Mesa Redonda

Movimentos Cívicos e políticas de habitação

Luís Cunha, ICS, U. Minho
Miguel Bandeira, Vereador Braga / U. Minho
Representante do P.S.
Representante da C.D.U.
Paula Nogueira, CEM

18h15

Visita ao Bairro do Picoto

Encontro com a comunidade cigana

Inês Barbosa

DIA DOIS

CASA DO INFANTE, AUDITÓRIO, PORTO

9h00

Abertura por Manuel Pizarro

Vereador da Habitação do Porto

9h30

Habitação Básica

Alexandre Alves Costa, FAUP
Fernando Matos Rodrigues, LAHB Social / MIA-ESAP
Nuno Grande, FAUP / U. Coimbra
Paulo Cunha e Silva, Vereador da Cultura do Porto

DIA TRÊS

CASA DO INFANTE, AUDITÓRIO, PORTO

22h00

Apresentação dos projectos pelas equipas

23h30

Encerramento por Manuel Correia Fernandes

Vereador do Urbanismo do Porto

Para se inscrever e receber mais informações contacte:

workshoplahbsocial@gmail.com

Inscrições grátis limitadas aos lugares existentes.

Para mais informação sobre workshop consulte

www.basichousingworkshop.jux.com

Organização LAHB Social, CICS - Universidade do Minho
Parceiros ISSSP, MIA-ESAP, Bergen School of Architecture

Anexo 5. Relatório de visita à ilha da Bela Vista (última ilha camarária do Porto)

05/04/2014

1ª Parte:

- 16:45 (aprox.) – Chegada à ilha do portão 832 da Rua D. João IV.
- A primeira impressão é a de um longo e estreito corredor que dá para um pequeno pátio. À esquerda, as primeiras ilhas anunciam-se, num corredor estreito. Neste primeiro “conjunto de ilhas”, é possível destingir duas tipologias:
1º: Rés-do-chão;
2º: Rés-do-chão e 1º andar.
- Estou em companhia do professor Fernando Rodrigues Matos, do Luís Coelho (um antigo aluno do professor, actual fotógrafo), o Sr. Luís (chamado “o guardião da ilha”) e o Sr. Luís, um dos porta-vozes dos habitantes da ilha. Uma senhora, moradora da ilha, junta-se a nós e cumprimenta a todos. Aqui, cumprimenta-se a toda a gente.
- O professor F.M.R. apresenta-me ao Sr. Luís, explicando-lhe a intenção de criar um projecto de animação turística nas ilhas e abri-las aos visitantes. Este responde: - Claro! Isto é uma coisa fora do normal”.
- O Sr. Luís, “o guardião da ilha”, quando lhe foi referida a ideia de ir para um bairro social aclamou (com um certo tom de orgulho por viver onde vive): “Daqui não saio. Daqui ninguém me tira!”.
- Chegamos ao segundo “conjunto” de ilhas, no total, são 40 e tal ilhas. Foi-me possível entrar na nº 11 que estava desabitada. Ao entrar, a cozinha encontra-se ao fundo, e umas escadas muito estreitas do lado direito que dão para uma espécie de sótão que também serve de quarto. Do lado esquerdo está a sala, com um quarto ao fundo. Todo o espaço é aproveitado centímetro por centímetro. Prevalece a escassa luminosidade e a humidade no ar.
- Em frente da nº 11 está a casa de Dona Rosa, habitante do segundo “conjunto” de ilhas. Quando o professor F.M.R. pede a autorização à D. Rosa para me mostrar a sua casa, esta não coloca nenhuma objecção: Claro menina, entre. Olhe menina, já viu esta miséria?”. Assim como muitos outros habitantes, há muito que D. Rosa deixou de ter esperanças por promessas que nunca chegaram a ser cumpridas: - “Desde os meus 7 anos que prometem que isto vai mudar.

Agora tenho 66 anos. Veja quantos anos lá vão!” Acrescenta, ainda “vou ver se acredito”.

2ª Parte:

- Enquanto nos dirigíamos para uma outra ilha abandonada, mais abaixo na rua, o professor F.M.R. alertou-me para aspectos fundamentais a ter em consideração neste tipo de projecto (neste caso os projectos sociais): “isto implica um trabalho de mediação com os habitantes e todos os membros implicados no projecto. É um trabalho muito delicado. É preciso fazer essa mediação para não criar conflitos entre os habitantes.” Enfim, garantir de que todos sejam ouvidos e manter, através do diálogo, uma relação próxima que permite uma melhor comunicação e um melhor resultado final. Segundo o professor, não basta só chegar-se a eles, é preciso manter essa relação.
- Numa situação de ligeiro conflito e discordância, o professor F.M.R. chama a atenção: “Está a ver Emily, isto é difícil de gerir!”
- Enquanto discutiam ideias, o professor F.M.R., o Sr. Luís (guardião) e o Sr. Fontana, o professor F.M.R. refere-se a um dos objectivos do projecto que é retirar idosos dos bairros sociais e alocá-los nas ilhas, onde terão mais conforto (passariam de um T3 para um T1). Refere igualmente a intenção de colocar casais jovens (com ou sem filhos) “para criar diversidade no bairro. Senão isto é um lar de idosos!”. Enquanto discutem, Sr. Fontana acrescenta: “Eu, nascido e criado aqui, sem crianças isto morre!”.
- F.M.R.: “A ilha está muito fechada ao exterior, e é bom que continue assim, para a parte de cima [ilha da Bela Vista]. Esta parte de baixo [ilha abandonada mais abaixo da rua] tem que haver uma intermediação entre a rua e o bairro [a través de uma praça];
- Os outros membros concordam com o professor F.M.R., mas estão preocupados com a questão da segurança na zona, especialmente o Sr. Fontana.

Anexo 6. Programa tertúlia do Reabilitação Total: “O património que se reinventa” – 05 de Abril de 2014 (página 1)



reabilitação
total

Tertúlia “Património que se Reinventa”

Promovido por: Reabilitação Total “Aproveitar Melhor Portugal”

Apoiado por: Cafetaria-Bar-Galeria de Arte Duas de Letra

SOBRE OS INTERVENIENTES:

Moderador – Rita Borges

“Quis a minha vida que me licenciasse em História para descobrir a minha verdadeira paixão, aquilo que me realiza e me dá motivação: o património. Aceitei sem hesitar o projeto Reabilitação Total porque me vai ajudar a lidar diretamente com pessoas e sensibilizá-las no que diz respeito ao património.”

Orador/a – Arq^a Margarida Coelho

Margarida Santos Coelho (n.1941, Mafra) reside no Porto há vários anos, com algumas estadias noutras cidades de Portugal e estrangeiro. De 1959 a 68 frequentou e licenciou-se em Arquitetura (ESBAP, hoje FAUP, Porto). De 1971 a 2006 trabalhou em diversos serviços públicos, nomeadamente, da Habitação (ex-FFH), no Património Cultural Português (ex-IPPC/IPPAR), tendo sido no Património Cultural, Diretora Regional no Porto de 87 a 99. Esteve envolvida na génese da licenciatura de “Gestão do Património”, na ESE/IPP, onde lecionou diversas disciplinas especialmente da área do Património Cultural (1999-2005).

Entre 1999-2001 realizou em Madrid, Universidade Complutense, um mestrado em “Gestão do Património Cultural”. Organizou e participou em diversas ações de formação na área das políticas culturais. Escreveu livros e efetuou diversas comunicações a congressos e encontros profissionais. Durante vários anos participou em grupos de trabalho do Conselho da Europa sobre os “Métiers du Patrimoine”.

Dentro das atividades referidas é de nomear, em especial, o trabalho desenvolvido, a partir de 1989, em torno do edifício da “Cadeia da Relação” (Porto): libertação da ocupação indevida do edifício, obras de salvamento, discussão sobre as novas funções, eventos diversos nos seus espaços e lançamento de projetos e obras de recuperação. O livro “O Palácio da Relação e Cadeia do Porto” escrito em coautoria com a Professora Doutora Maria José Moutinho Santos (FLUP), fixa em grande parte o estudo e o trabalho de reabilitação desse monumento, no início da década de 1990.

Orador/a – Eng^a Rita Ferreira

Rita Ferreira, 36 anos, Licenciada em Engenharia Civil pelo Instituto Superior de Engenharia do Porto, iniciou a sua atividade profissional em 1999 na cidade do Porto, que embora não tenha sido a cidade do seu berço, é a sua cidade de eleição.

Trabalhou inicialmente em Direção e Fiscalização de Obras e desde 2005 é projetista de Projetos de Engenharia Civil, tendo apostado desde 2009 também na Certificação Energética de Edifícios, como Perita Qualificada. Atualmente é profissional liberal e faz parte do Arrebita!Porto, como projetista e coordenadora técnica das equipas nacionais e internacionais de participantes.

O **Arrebita!Porto** é um projeto inovador de empreendedorismo social, vencedor da primeira edição do Concurso “Faz - Ideias de Origem Portuguesa” promovido pela Fundação Calouste Gulbenkian e pela Fundação Talento, que tem como missão combater o abandono do centro da cidade do Porto através da reabilitação de edifícios degradados negligenciados pelo mercado comercial, pertencentes a proprietários carenciados ou a proprietários públicos, com o apoio de uma rede colaborativa, constituída por empresas consultoras e fornecedoras, entidades públicas, fundações filantrópicas, universidades, institutos e jovens voluntários nacionais e internacionais, estudantes ou recém-formados da área da arquitetura e das engenharias. O Arrebita baseia-se na ideia de que, criando trocas e contrapartidas entre todas as partes envolvidas neste projeto, é possível criar o impacto social de repovoamento e dinamização urbana que todos ambicionamos!

Anexo 7. Programa tertúlia do Reabilitação Total: “O património que se reinventa” – 05 de Abril de 2014 (página 2)

Orador/a – Fernando Matos Rodrigues

Fernando Matos Rodrigues (Arouca, 1962) licenciou-se em História pela Universidade do Porto. Fez depois uma Pós-Graduação em estudos medievais e Ciências Documentais pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, e completou Mestrado em antropologia social pela Universidade do Minho (Braga), com a tese “Casa e Diferenciação Social. Arouca um estudo de caso”, em 1998. Fez mais tarde o Curso de Doutoramento em Teoria de Arquitetura e Projeto Arquitetónico pela Escola Superior Técnica de Arquitetura da Universidade de Valladolid, com “Topologias Arquitetónicas. Memória, Lugar e Projeto” (2002).

É Professor de antropologia do espaço no curso de Arquitetura da Escola Superior Artística do Porto e Professor de História da Arte na Escola Superior de Educação da Guarda / Instituto Superior Politécnico da Guarda. É Investigador no CICS da Universidade do Minho, Diretor do Laboratório de Habitação Básica e Social e doutorando a finalizar a tese de Sociologia e de Antropologia sobre o tema “Casa Para Todos. Processos de Resistência ao Direito à Habitação nos Bairros Populares da cidade do Porto”.

Foi ainda fundador e diretor da Revista Ruralia (1987-1994); Fundador e diretor da Revista Cadernos ESAP (1997-2000); Diretor e fundador do Jornal CUBO (2000). Autor de várias dezenas de títulos (artigos, ensaios, livros, etc.).

Orador/a – Manuel Guedes

Manuel Guedes, 27 anos, é mestre em Arquitetura pela Escola Superior Artística do Porto, e teve oportunidade estudar durante um ano no Institut supérieur d'Architecture de la Communauté française - 'La Cambre' (Bruxelas), ao abrigo do programa ERASMUS.

Iniciou a sua atividade profissional num gabinete de arquitetura como desenhador de projetos, em 2011. Dois anos depois começa a apostar na formação na área do empreendedorismo social através do Bootcamp do Instituto de Empreendedorismo Social. A par da sua atividade profissional, desenvolve, desde 2011, atividades de apoio à população sem-abrigo, como voluntário do Grupo de Ação Social do Porto.

Em 2013 funda o **projeto Reabilitação Total**, no qual se mantém, até hoje, como coordenador geral. Trata-se de um projeto que pretende reverter o êxodo rural, tendo como missão utilizar os recursos humanos socialmente excluídos nas cidades e potenciá-los como fator de desenvolvimento rural no interior do país. O projeto centra-se na reabilitação a três níveis: reabilitação do património (físico, cultural e ambiental), reabilitação social e reabilitação da economia local. Neste momento, o projeto-piloto Reabilitação Total está a ser desenvolvido na aldeia de Covas, em Vila Nova de Cerveira, e na cidade do Porto.

Obrigado pela Participação!

Votos de uma boa tertúlia.

Contactos:

Isabel Pereira | Coordenadora da Comunicação

Telf. 914674380

Geral.reabilitacaototal@gmail.com

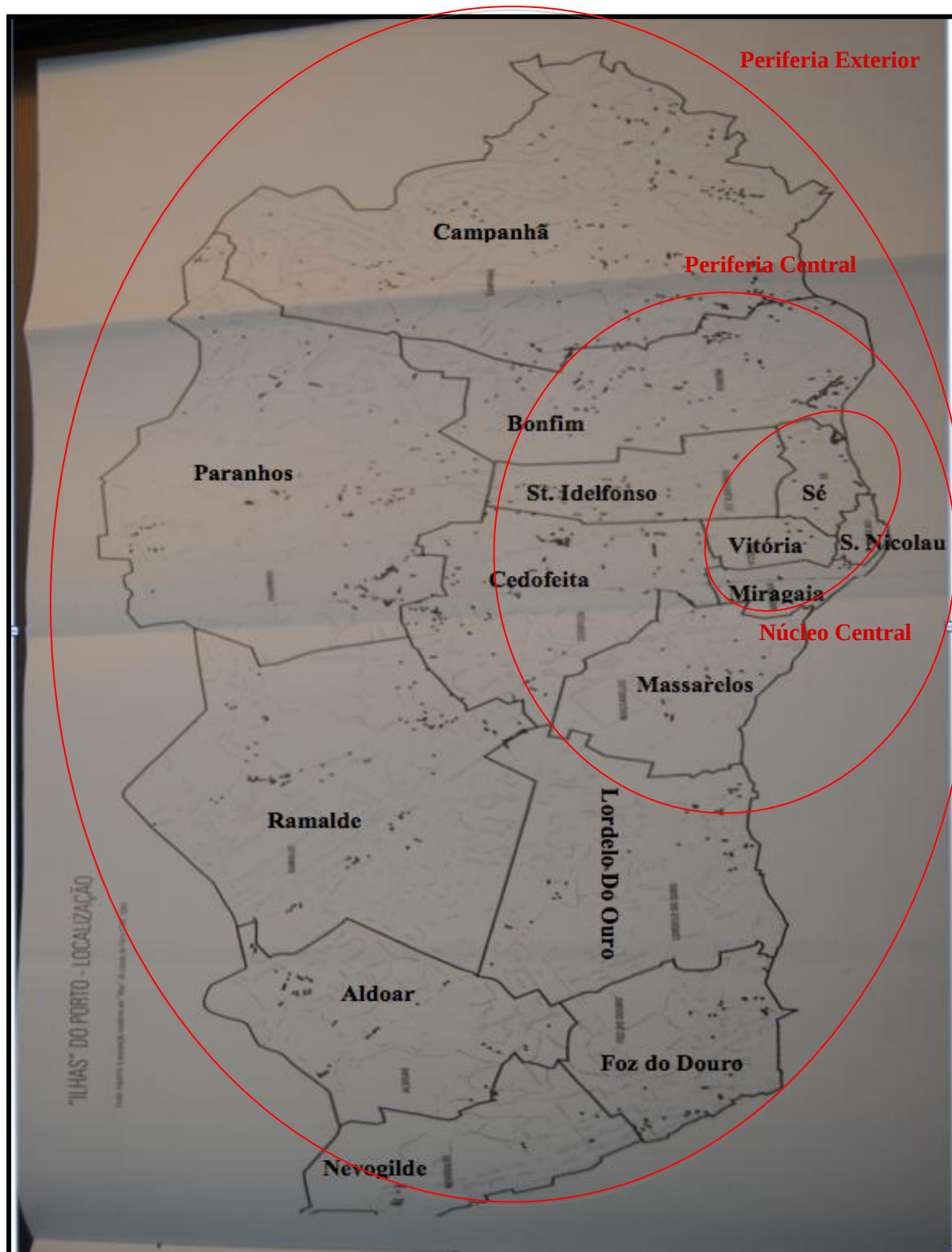
Site: www.reabilitacaototal.pt

Facebook: www.facebook.com/reabttotal

Parceiros:

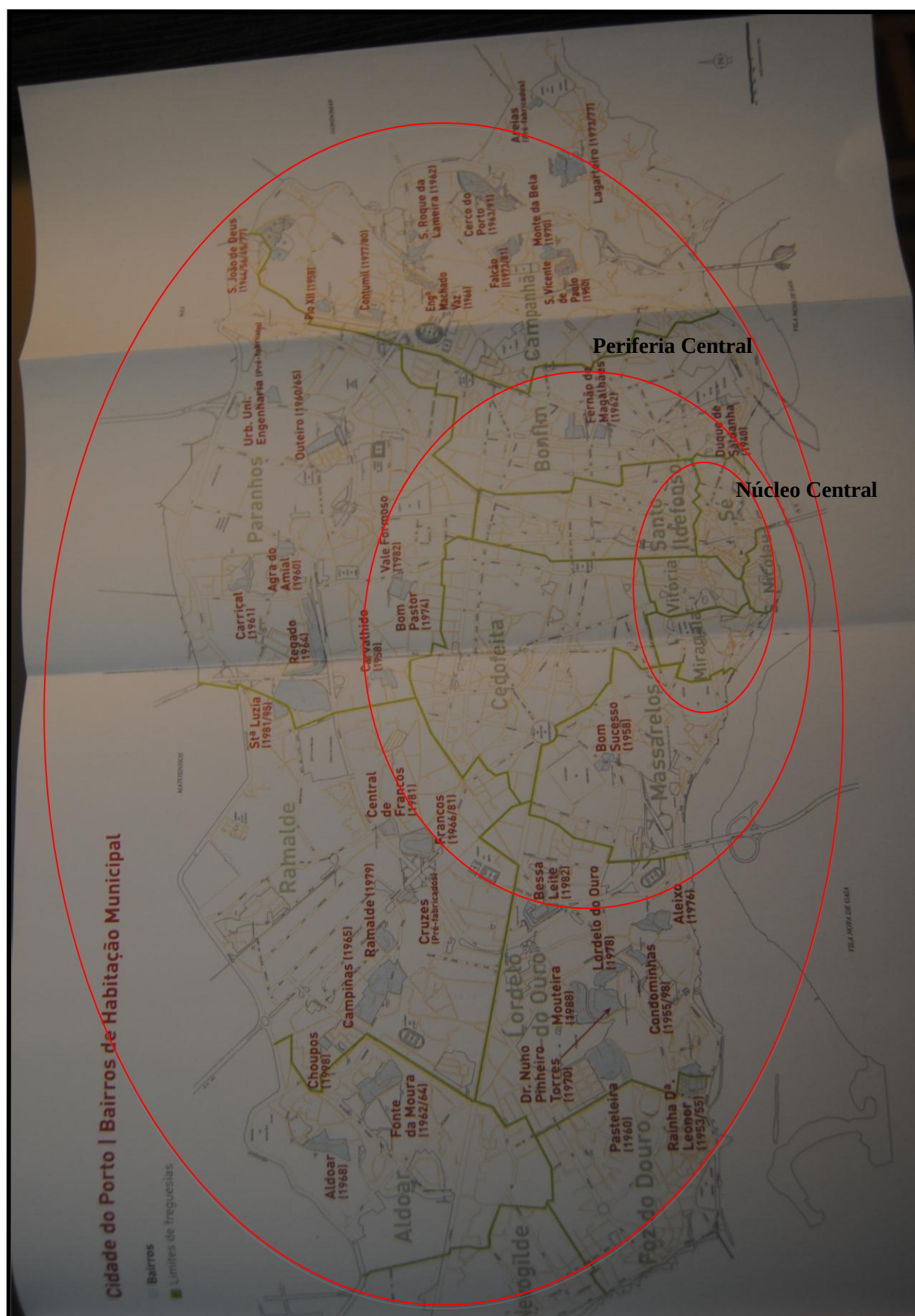


Anexo 8. Mapa Ilhas do Porto – Localização e zoneamento



Fonte: Cunha (2012: 61)

Anexo 9. Mapa Ilhas do Porto 2 – Localização e zoneamento



Fonte: Cunha (2012: 62)

**Anexo 10. Apresentação do Projecto de Reabilitação da Ilha da Bela Vista
(Fotografias)**



Anexo 11. Apresentação do Projecto de Reabilitação da Ilha da Bela Vista

Porto, 4 de Julho de 2014 - Apresentação do Projecto de Reabilitação da Ilha da Bela Vista

Primeiras observações:

- Hoje, sexta-feira, 4 de Julho de 2014, assina-se o protocolo com a Câmara Municipal do Porto.
 - **Ilha número 37:** Instalações da Associação de Moradores da Ilha da Bela Vista (em obras).
 - O início das obras oficiais de reabilitação estão previstas para o final do verão.
-

Manuel Pizarro – Vereador da Habitação

- Este projecto é um ponto de partida para começar com outras reabilitações na cidade do Porto. Desta forma, a Ilha da Bela Vista é, e deve, ser vista como um exemplo de inclusão urbana pois trata-se de uma intervenção com consciência social.
- O que se pretende é precisamente o revisitar, ou visitar com outros olhos aquilo que o passado nos deixou, sendo que as ilhas são parte desse passado.

Fonte: Emily Roberto

Rui Moreira – Presidente da Câmara Municipal do Porto

- Este projecto pretende mostrar que é possível viver de forma inclusiva.
- Somos habitantes de uma mesma e só comunidade, somos habitantes do Porto e tal não pode ser ignorado.

FIM

Anexo 12. Programação do Seminário do Rio Bom –o dia 18 de Abril de 2015



Seminário do Rio Bom

A cidade e o direito à habitação

Regularização jurídica de habitações precárias

18 Abril 2015

9:00h	Encontro na Junta de Freguesia de Bonfim – Salão Multiusos.
9:30h	Abertura do Encontro do Rio Bom. Intervenções: Representante da Comissão de Moradores do Rio Bom, Direção do Laboratório de Habitação Básica e Social, Presidente da Junta de Freguesia do Bonfim, Vereador do Pelouro da Habitação da Câmara Municipal do Porto, Vereador do Pelouro de Urbanismo da Câmara Municipal do Porto.
10:00h	I.º Seminário: Proposta de programa de renovação arquitectónica, ambiental e social para o bairro do Rio Bom.
11:30h	Visita ao Rio Bom.
12:30h	Almoço nas Fontainhas (com inscrição prévia).
15:00h	II.º Seminário: A cidade e o direito à habitação: o instituto do usucapião como alternativa de regularização jurídica de habitações precárias em bairros / ilhas informais.
17:00h	III.º Seminário: Processo de realojamento e apropriação do espaço num bairro multiétnico.
18:00h	Debate final referente aos três Seminários. Encerramento.

Organização
Laboratório de Habitação Básica e Social
Comissão de Moradores do Rio Bom
Câmara Municipal do Porto - Pelouros da Habitação e Apoio Social; Pelouro do Urbanismo; Pelouro da Cultura
Junta de Freguesia de Bonfim

Participação gratuita sujeita a inscrição prévia
Inscrição para o email: lahb.social@issp.pt

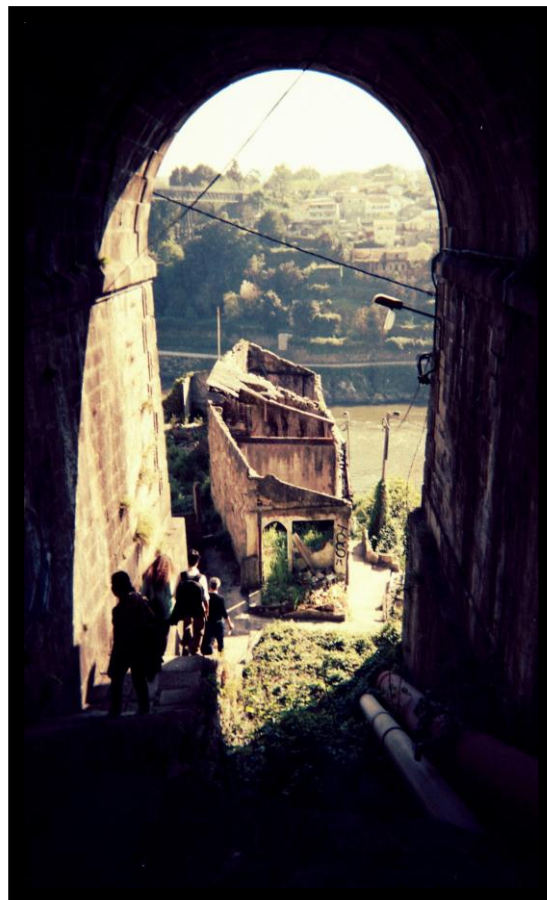
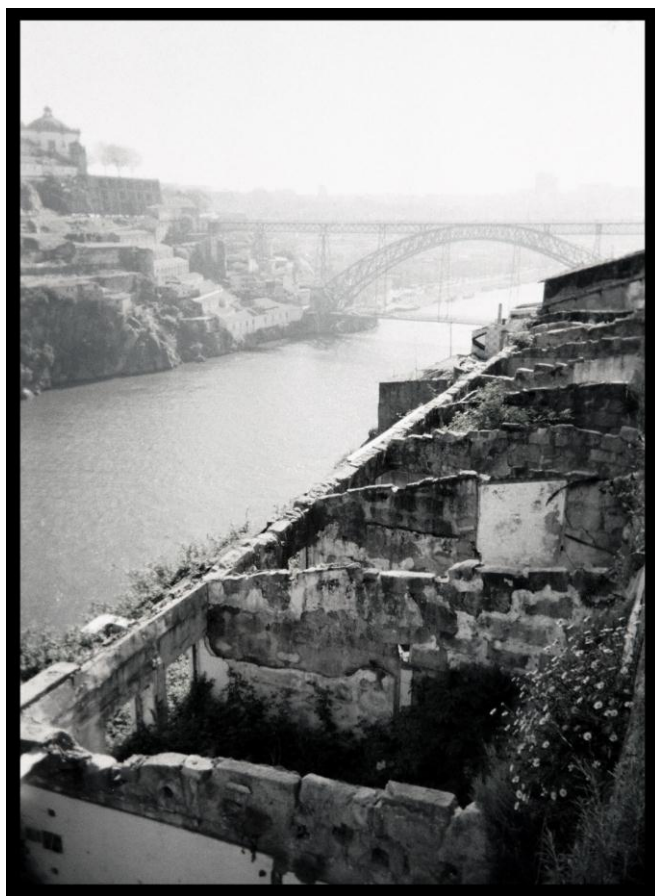


Anexo 13. Fotografias da visita ao Bairro do Rio Bom, no âmbito do Seminário Internacional de Habitação Básica (Parte 1) - Abril de 2014



Fonte: Emily Roberto

Anexo 14. Fotografias da visita ao Bairro do Rio Bom, no âmbito do Seminário Internacional de Habitação Básica (Parte 2) - Abril de 2014



Fonte: Emily Roberto